

A Defesa Nacional

15

JULHO
1945

NÚMERO
374

CEL. RENATO BATISTA NUNES

CEL. LIMA FIGUEIREDO

MAJOR JOSE SALLES

RIO DE JANEIRO

B. B. A. S. L.

A DEFESA NACIONAL

Fundada em 10 de Outubro de 1913

Ano XXXII

Brasil — Rio de Janeiro, Julho de 1945

N. 374

SUMÁRIO:

	Pags.
Osorio! Lenda e símbolo de um povo — Cel. J. B. Magalhães	9
Combate de Carros — Trad. do Maj. J. F. Moreira Couto	41
Excertos — Trad. do Cel. R. B. Nunes	49
Fatos Psicológicos — Cel. R. B. Nunes	69
As Minas na Guerra Atual — 1.º Ten. J. F. L. Serpa	73
Esclarecendo um fato	83
Trabalhos de salvamento de um C-54, após uma aterrissagem forçada — Cel. Paulo Mac Cord	95
Virtudes Militares — Cap. Rui Alencar Nogueira	109
A Língua Japonesa — 2.º Ten. Wilson Veado	119
A Cavalaria Moderna — Trad. do Cel. R. B. Nunes	129
Estatutos	151
Livros Novos	183
Revistas em Revista	187
Boletim	191
Noticiário & Legislação	193

EDITORIAL

O momento em que regressa a F.E.B. é tão solene quanto o da partida.

Naquela oportunidade os nossos sentimentos eram de saudade, mágua e aflição; o nosso ânimo era de coragem e confiança.

Pensávamos nos nossos irmãos, nos nossos amigos, no sacrifício de quantos daqueles que não tornariam a ver o contorno sinuoso da Guanabara de onde partiam.

Mas pensávamos também na justiça de nossa causa, no valor do nosso soldado que ia ser posto à prova em terras longínquas, que ia enfrentar uma luta cruel contra um inimigo experimentado.

Naquele instante tudo eram interrogações, incertezas, dúvidas, exceto quanto à confiança que

Temos um numeroso núcleo de oficiais que viram e fizeram a guerra.

Esse fato talvez não o valorizemos na justa medida, agora, ao contato direto com os acontecimentos. Não tardará, porém, a produzir todos os seus magnos efeitos na vida profissional do nosso Exército.

E não só ensinamentos estritamente militares devemos esperar. Essa convivência com outros povos, com outros exércitos, refletir-se-á necessariamente, nos hábitos, na organização, na mentalidade, enfim, dos nossos quartéis.

* * *

Que aqueles que retornam, sem resvalarem na arrogância, sem se deixarem estragar por fúteis "complexos de superioridade", propugnem enérgica e intransigentemente pelo aperfeiçoamento do nosso Exército, à base de tudo que viram e sentiram no curso dessa custosa e única prova por que passaram.

OSÓRIO!

LENDA E SÍMBOLO DE UM POVO

"Osório compendiava em si a experiência prática, vivida, de toda a evolução militar do Brasil, desde a era colonial".

(Calógeras — Osório! — Res Nostra).

Pelo Coronel J. B. MAGALHÃES

Não houve até hoje na história nacional alguém que, como Osório, tanto empolgasse a Nação Brasileira, com tão grande e duradouro arrebatamento. De Norte a Sul, sem distinção de côres e matizes, a todos se impôs, e de muitos obteve as mais decididas e irrestritas dedicações. Momento houve em que foi o homem mais poderoso da terra brasiliense. Então, fazer-se a República ou continuar a Monarquia Constitucional Representativa, dependeu exclusivamente d'ele.

Osório, é um nome que vai surgindo aos poucos no conhecimento público, desde as lutas pela independência nas planícies ensanguentadas da Cisplatina. Esbate, paulatinamente, as penumbras do desconhecido que o encobrem aos olhos da multidão. A medida que seus feitos vão sendo divulgados, sua personalidade se impõe a todos impressionantemente. De súbito, porém, como um sol, surge brilhante no cenário da Pátria.

Primeiro, como é natural, seu nome sai do anonimato no Sul do país e no Prata, onde já é conhecido quando ainda o ignora o Norte do Brasil.

A guerra farroupilha, uma vez terminada, dá-lhe um singular valor político, com irresistível simpatia popular. E', porém, apenas, ainda, uma personalidade local, um nome da província... O Brasil quase não sabe de sua existência; co-

nhecem-no algumas autoridades públicas e os chefes militares.

Quando as lutas contra Rosas findam, o nome de Osório e a fama de seus feitos deslumbram de súbito o Brasil todo! Mas é apenas sensação de um momento... Conhecem-no, de fato, os homens da Corte, o Imperador e os áulicos; olham-no com simpatias uns e com receio outros, os políticos... Só os maus e os insinceros o detestam...

Tem já um procedimento estranho. Não se deixa embair pelos intrigantes. Vai chefiando espontaneamente, quase sem o querer, uma corrente de opinião pública, amante da liberdade na ordem, que se forma em torno d'ele. Não teme tomar atitudes, seja contra quem fôr, contanto que honestas. Não receia denúncias e devassas. Desfás as futricas. Não toma represálias de caráter pessoal. Seu procedimento, incompreendido de seus adversários, fazem-no temido.

Adquire um prestígio imenso, tanto no Exército a que pertence, por ser militar que cumpre modelarmente os seus deveres, como no público, a quem fascina, pelo desassombro e justeza de suas atividades.

Coronel, nenhum regimento, no Exército todo, vale o seu. Chefe político, ninguém possui maior influência no eleitorado.

Brigadeiro, por força da lei que fazia graduar, nêsse posto, o mais antigo coronel sem nota desabonadora, sua influência aumentou tanto numa esfera como noutra. Dentro em breve certos políticos vêem nêlo um estorvo às suas manobrinhas. Tentam neutralizá-lo pela intriga, pela difamação, mas Osório a tudo enfrenta, desfazendo umas, a golpes de franqueza; pulverizando outras, com fatura de documentos.

Dêsses embates sempre sai robustecido.

Para evitar sua influência só há um meio, pensam os adversários: — afastá-lo da província! Experimentam, duas vezes, fazê-lo.

Essas tentativas, porém fracassam. O Imperador o conhece e simpatiza com êle. Lastima apenas que o seu gosto pela política, provoque tais indisposições contra si. Informado por Caxias, das manobras que contra Osório se fazem, sôbre os verda-

deiros motivos dos novos encargos que lhe querem dar, ou das razões porque o chamam ao Rio, inutiliza esses esforços dos seus contrários e êle regressa sempre mais prestigiado e forte ao torrão natal.

Militar e político, Osório realiza o milagre único que conhecemos, de ser uma e outra cousa simultanea mas separadamente. *Militar*, tem como norma servir à *Pátria*, quaisquer que sejam as mãos que tenham o governo, e cumprir as ordens deste, sem indagar si é ou não do seu partido, isto é, *liberal* ou *conservador*. *Político*, é uma força de reação permanente contra o personalismo, o cacique e a opressão; propugna intemeratamente pela verdade da representação nacional e por tudo quanto seja necessário ao progresso, dentro da ordem constitucional monárquica.

Republicano de coração e de espírito, é monarquista de fato, porque não vê o povo preparado para as excessivas liberdades da forma de governo, que toda a América adotou, caindo em graves fermentações caudilhescas.

Quando irrompe a guerra do Paraguai, Osório é um nome do Rio Grande, que todo o Brasil ouve com simpatia mas conhece pouco. Só ali e nas provincias do Prata, sabem a fundo o que êle vale. De tal modo é prestigiado que *passa-portes* que dá, quando revoluções incendeiam a campanha da Cisplatina, são mais respeitados que os do próprio Governo Imperial.

Pela primeira vez vai *comandar em chefe*. Mas esse comando cabe por acaso, por força da rotina militar, porque é o mais graduado dos chefes que obedeciam às ordens do Barão de S. Gabriel, quando este comandara o Exército de intervenção no Uruguai contra as diatribes de Aguirre. Substituiu-o porque êle adoeceu e demitira-se.

Não é um chefe escolhido para o exercicio das altas e difficilimas funções que a nova guerra vai exigir. Eram, de fato, difíceis e árduas funções e demandavam um homem de qualidades raras.

Esta guerra, foi o problema militar mais sério que o Brasil jamais teve de solucionar. Êle só possuia superioridade de forças navais e Lopes havia organizado e preparado um exér-

cito de excepcional potência naquela época. Ademais, contava com o apóio do partido *blanco* uruguaio, contra o qual se fez a intervenção brasileira, e o das províncias argentinas de Entre Rios e Corrientes, além dos numerosos desafetos que o Império tinha nas terras dos antigos vice-reinados do Prata e do Perú.

O primeiro problema e o mais sério a resolver, era o do comando. O nome de Caxias vem naturalmente à baila. E' dêle que todos se lembram. Mas Caxias é conservador e o Governo é liberal e, por causa disto, não conseguem entender-se. Não quer o governo liberal dar-lhe nenhuma autoridade politica do Sul, a presidência da província de S. Pedro, como sempre ocorrera quando por lá comandou em chefe e Caxias recusa comandar em condições diferentes. E' Senador, pode desobedecer...

Entrementes, o tempo corre. Felizmente, Lopes comete o erro de iniciar as operações por Mato Grosso, em vez de tomar a ofensiva imediatamente em socorro directo do Uruguai e, assim, vai nos dando tempo para providenciar. Osório, no comando *ad-hoc* das forças, que estão no Uruguai compreende logo a gravidade da situação que antevira de longe, desde quando comandara em S. Borja, em 1856... Não perde um instante. Desenvolve uma actividade surpreendente. Procede com um saber e uma habilidade que ainda mais surpreendem.

Desde logo, quer Silva Paranhos, quer Francisco Octaviano, que a êste substitui como representante do Governo no Prata, e notadamente êste último, deixam-se entusiasmar pelo que o vêem fazer. Octaviano, em pouco, sente-se fascinado, assombrado com a actividade, a intelligência, a capacidade do homem e do general... Vê o prestígio de que êste goza no Exército e nos países vizinhos... *As maravilhas que faz...*

A recusa de Caxias, fez pensar em Osório e ainda em outros nomes: Polidoro, Porto Alegre, Camamú. Até dêste se lembraram... Mas o Imperador prefere Osório que lá está... *E está fazendo maravilhas dirá mais tarde Otaviano a seu amigo Saraiva!*... Osório é, portanto, nomeado comandante em Chefe e logo após Marechal de campo. Com isto todos exultam. A isto não parecem extranhas a intervenção de Francisco Otaviano, e

as sugestões de Mitre... *Vocês não poderiam ter feito melhor, escreve aquêle a um amigo do Governo...*

Seja como fôr, Osório nêsse posto, faz o Exército — obra titânica — e o leva até o território do inimigo. Vai adquirindo um prestígio crescente, sem o menor atrito com os aliados os quais, como os brasileiros, o estimam, admiram e veneram... Tôdas as grandes dificuldades da guerra, lá no teatro de operações, vão sendo solucionadas e, quando se vê, por causa dêle, de sua ação pessoal... E' surpreendente, entusiasmo!...

Seu nome e sua imagem, vão se projetando sôbre o Brasil todo, empolgando-o! Os feitos que realiza assombram. E' o herói por excelência. Em pouco tudo em tôrno dêle é lenda!...

E a lenda, hoje, quase não deixa vêr o homem. Ela invadiu a massa e as elites. Estas só notavam nêle uma falha: não era um homem culto, diziam, querendo evidentemente significar letrado. Lastimavam esta deficiência, mas assinalavam ao mesmo tempo sua *peregrina inteligência*, tôda eivada de patriotismo...

Mas ao homem do povo isto pouco importava, ou melhor, antes favorecia, pois, compreendia-o melhor.

A uns e a outros, a tôda gente, porém, o que de fato mais impressionava era a sua bravura: foi o primeiro que pisou em terra do adversário; o general que salvou os exércitos aliados em Tuiuti; o guerreiro que, após a batalha, sacudia as balas inimigas retidas nas dobras do seu poncho pala... Em quase cinco anos de guerra, só deixara de ser vanguardeiro, uma vez; vira vários cavalos tombarem feridos ou mortos quando os montava; e em Perebebuí, depois da ferida ainda sangrenta de Avaí e gravemente enfermo, fôra a sua fôrça, com êle a frente, a primeira a penetrar na praça...

Então, o povo o toma por símbolo, no dizer de Rui Barbosa, ainda joven... Mas símbolo só pela bravura? Sim, por tôdas as formas da bravura que nêle residiam, e que mais do que nenhum outro homem no Brasil êle possuiu.

Nunca nos faltaram bravos no campo de batalha. Em tôrno mesmo de Osório, desde Caseros, desde a guerra farroupilha, desde Sarandí, êles pululavam. A porfia, uns com os

outros, sabiam desafiar a morte. Mas êsses bravos mesmos admiravam e proclamavam a bravura de Osório. Cabrita, Sampaio, João Manoel, Canabarro, Triunfo, Câmara, Vitorino, Souza Neto, Niederauer, Bittencourt, Porto Alegre, Venancio Flores, Mitre, Paunero, Castro e tantos, todos os outros nunca lhe disputaram a palma e todos lhe renderam homenagens. Caxias, que desde cedo viu nêlle um braço direito na guerra, rende-lhe em várias oportunidades as mais expressivas deferências. Só para êle abre certas exceções de tolerância. Só a êle presta certas homenagens. . . Por que tudo isto?

E' que a bravura de Osório era típica e completa, sem frieza, sem quixotadas e sem os arrêbos enebriantes da excitação de um momento. Manifesta-a desde a calma com que previa os acontecimentos até o denôdo com que enfrentava as situações mais críticas. Crescia a medida que o perigo aumentava, até que, no auge dêste, suas feições e gestos tomavam ares leoninos.

Não havia nêlle o aqodamento do bravo que teme os horrores do insucesso, e sim, apenas, o entusiasmo dos que dominam a luta com destemor e inteligência.

Eia! Camaradas! Aqui só Deus e as nossas armas! E' a frase com que êle mesmo celebra na história o momento mais difícil do Passo da Pátria. Mas é também gesto que nos mostra um dos exemplos mais fortes da sua espécie de bravura. Saltara em terra em busca de vêr o terreno e o inimigo. Êste vem ao seu encontro. A infantaria de Deodoro corre a marche-marche para que a cavalaria, o piquete reduzido de Osório, doze homens apenas, possa avançar mais. O inimigo, porém, avança também. O momento é crítico. Osório o vê e decide arriscar tudo por tudo, caindo sôbre o flanco do adversário ardil e audacioso.

Eia! Camaradas! Aqui só Deus e as nossas armas! Grita aos seus, e êle mesmo de espada em punho, e não de lança como se compraz em fantasiá-lo a lenda, lança-se para a frente. A situação está salva! . . .

Depois, é o progredir constante até ganhar espaço largo e seguro, onde o resto do exército possa se alojar para investir contra o inimigo. São dois dias e duas noites em vigília, ao lento e sob a intemperie. . .

Mas, mesmo isto, não explica porque a sua bravura mais do que a de todos os outros tanto impressionava e impressiona ainda.

Caxias em Iitororó, também se lançou, sexagenário, para frente, num sublime arrôjo para dar o exemplo que evite fraquejar-se o ânimo vacilante da tropa. Mas êste e outros procedimentos de bravura dos guerreiros eméritos, que mercê de nossos bons destinos, nunca nos faltaram, parecem atos isolados, como que pontos salientes e destacados na curva das dignas vidas dos que os praticaram.

Em Osório, não. Não eram vértices agudos no gráfico de sua vida. Eram vértices, sem dúvida, mas apenas marcantes de pontos de máximo esplendor, numa vida que tôda ela lembrava heroísmo. *Osório era a bravura integral e permanente*, a qual nêle se manifestava sob tôdas as suas formas. Possuía a coragem da modéstia, do desinterêsse e da desambição, sem escolha de campo, sem exceção de oportunidade para as suas manifestações. Nêle não medravam sentimentos subalternos. Aborrecia a bajulação, repelia a intriga, repugnava-lhe a lisonja. A franqueza e o destemor que o acompanhavam sempre; êsse amor constante da verdade, êsse respeito permanente pela personalidade de outrem, fosse grande ou humilde, adepto ou adversários, tudo isto, não eram manifestações de bravura?

Dai, dêsse conjunto admirável de qualidades que davam realce aos seus atos de heroísmo, com a ajuda de seu porte físico, de seu espírito sempre bem disposto ao humor desafogado, a formação da lenda... Osório, o "legendário"!...

Aliada a fama de bravo excecional, que, por seu deslumbramento, quase não deixava vêr nêle mais nada, à de homem inculto, lástima de muitos que o admiravam, e até a de *sargento* ou *tarimbeiro* de que o acoimavam certos pedantes, ou homens mal satisfeitos em seu convívio pela franqueza com que repelia os seus pedidos, pouco restava de Osório além da consagração da lenda...

No entanto, quando vemos como empolgou as massas, como forçou a admiração das elites e como formou uma carreira de glórias militares e políticas, fazendo-se *símbolo de um povo*, a

custa de seus procedimentos, numa época de evolução e de crises, não somos forçados a pensar que isto não seria possível sem que houvesse nêlo *uma cultura* capaz de inspirar confiança; de justificar esperanças?

Quando vemos com uma constância admirável, sem nenhum vac-vem, sem nenhum subterfúgio, sem nenhum mascaramento, sem quebra alguma de norma, sem uma incoerência ou deslize, collocar-se sempre, mesmo com risco de se vêr isolado, sem temor algum do que de mal lhe possa acontecer, no caminho do progresso, dentro da ordem, que julga necessária, mas onde respire livremente a liberdade, durante tantos anos, do comêço ao fim de sua carreira, não suspeitamos que havia nêlo *uma cultura real*?

Em livro que temos em preparação, procuramos vê-lo sob os diversos aspectos de sua vida e compreender sua personalidade integral, dos diversos pontos de vista em que sua ação pode ser observada. Hoje, em comemoração a essa batalha de Tuiuti, a maior que se travou até o presente em terras da América, pelos efetivos que se debateram nela e pela violência com que o fizeram, da qual Osório foi a figura principal, a que dominou todo cenário, por prevê-la, prepará-la e conduzi-la, vamos antecipar alguns elementos dos que bem permitem conhecê-lo, *sob o prisma da cultura*.

Para o conhecimento ou estudo de um homem, ou melhor, de sua personalidade, dois elementos são de suma importância, ao que supomos: — os episódios de sua vida, isto é, o anedotário, na mais lata expressão do termo; e os seus pensamentos. Os primeiros, nê-lo mostram *em ação* espontânea, franca, não preparada, quando o que se conta é verdadeiro, ou tal como os outros o vêm, se é obra de pura invenção.

Os segundos, os seus pensamentos, revelam-nos a recôndita intimidade de sua alma, o que há de cultivado em sua inteligência, o seu espírito.

O anedotário de Osório, onde o chiste, a galanteria, a viveza da inteligência, se revelam sempre, é já muito conhecido; mas os seus *pensamentos* jazem perdidos na imensidade das manifestações epistolares íntimas, dos seus discursos, dos seus pare-

ceres, da sua correspondência, sem que até hoje, salvo um ou outro de mais forte evidência, fossem destacados para melhor serem apreciados.

Há nisto uma lastimável lacuna e tanto mais lastimável quanto, verá o leitor, Osório revela-se nesses pensamentos um homem *verdadeiramente* culto, embora não houvesse jamais podido satisfazer a ambição que sempre teve de se fazer um *homem de estudos*.

O seu saber é principalmente um saber de experiências feito. Adquiriu-o na lide das campanhas e batalhas e no trato dos homens com quem viveu, colaborou e lutou, na paz e na guerra. Mas é uma cultura que se sabe exprimir e nada tem de vulgar. Na arte da guerra, em política, na administração, na obediência ou no mando, êle soube, por si mesmo, encontrar e dizer — o que os mestres ensinam. E o que concebeu e pregou, soube também praticar, mostrando-nos quanto era profunda a cultura que revelou possuir.

Que o julgue o leitor pelos exemplos que em seguida mencionamos. Colhêmo-los na sua correspondência familiar e política, nos discursos, nos diversos documentos que elaborou, em suma. Mencionamos as fontes onde os fomos buscar, exceto para um ou outro de que, inadvertidamente nos descuidamos. Mas isto, por seu pequeno número não pode prejudicar o valor da demonstração que fazemos.

Ei-los.

PATRIOTISMO E CIVISMO

1 — “O amor da glória e o amor da Pátria foram durante a vida o meu único senho”.

(Citado por Marcolino Moura).

2 — “A farda não abafa o cidadão no peito do soldado”.

(Citado por Fernando Osório).

3 — “A minha espada, que desembainhei nos campos da guerra para defender a Pátria e a Ordem, nunca a desembainhei no meio da paz para derramar o sangue dos meus compa-

triotas". (Resposta aos manifestantes de Jaguarão que o convidam para chefiar uma revolução republicana).

(Discurso de Fernando Osório na Câmara dos Deputados em 1-6-1880).

4 — "Nunca fiz nem faço opposição a govêrno algum no meu país, e nem costume queixar-me, ainda que tratado seja com menos consideração".

(Carta a Silva Ferraz — 15-10-1858).

5 — "Quando é preciso combater pela Honra Nacional, e pela Monarquia, não vou atrás dos combatentes; enquanto dura o perigo, não soffro accusação de anti-patriota; acaba-se a guerra, e logo começam os meus grandes inimigos a apregoar que sou anarquista, insubordinado, etc."

(Carta ao Dr. Belo — 29-1-1862).

6 — "Meus princípios como soldado, não consistem em esconder os *colarinhos* (alusão aos que o censuravam por não ser muito amigo do figurino militar, motivo por que fôra advertido de uma feita pelo Marechal Francisco Felix) mas em ser leal aos meus deveres, à minha Pátria, e ao govêrno do Imperador; e se não acompanho os meus amigos nos seus desmandos também não tenho alma para coadjuvar a empurrá-los para a lama".

(Carta de 12-7-1858 a Angelo Muniz da Silva Ferraz — Presidente da Província).

7 — "Deve-se, antes de tudo, servir à Pátria qualquer que seja seu govêrno".

8 — "Seria traição à Pátria e à confiança que Sua Magestade o Imperador se dignou outorgar-me, ocupar um pôsto que, no meu estado de saúde, não posso desempenhar".

(Carta ao General Polidoro — 3-6-1866).

9 — "Os que assim me estão (autoridades públicas do Rio Grande) contrariando obsecados pela paixão política, não se lembram de que não se trata de negócio meu e sim do País, e de que as fatais consequências da prolongação da guerra pesarão sobre todos nós, e especialmente sobre o govêrno que lhes deu autoridade".

(Carta ao Ministro da Guerra — Paranaguá — em 5-12-1866).

10 — “O governo de meu país há de sempre encontrar em mim um soldado fiel e obediente”.

(Carta ao Ministro da Guerra — Paranaguá — 5-12-1866).

11 — “Tenho, como soldado e como cidadão, bastante amor a meu país para não esmorecer, e, menos ainda, recuar diante de dificuldades que resultam da natureza das cousas”.

(Carta ao Min. da Guerra — Paranaguá — 24-12-1866).

12 — “No desempenho desta minha comissão o que menos eu posso vêr são conseqüências políticas ou interesses de partidos, porque só vejo a honra e a dignidade da Pátria ultrajada, exigindo de seus filhos um completo desagravo, e não sei, ou pelo menos não quero crêr, que haja brasileiro que anteponha aquêles a êstes interesses”.

(Carta ao Ministro da Guerra — 24-12-1866).

13 — “Quando te perguntarem por aí de que partido político eu sou na nossa terra dirás: que enquanto houver guerra, não tenho partido, porque os partidos desunem os brasileiros, e a desunião é a fraqueza e a derrota; depois dela, porém, sou o mesmo que sempre”.

(Carta à esposa em 4-10-1868).

14 — “Os cegos políticos que retardam a prosperidade da Pátria, tarde abrirão os olhos, porque a opressão nem sempre deixa de produzir a reação do espírito”.

(Carta ao Conde de Porto Alegre, em fevereiro de 1869).

15 — “As manifestações que emanam de meus concidadãos encham-me de justo orgulho”. (Discurso em Porto Alegre — 1871).

16 — “O povo é a Nação, a Nação a Pátria, a Pátria uma Religião. (Idem).

17 — “Consagro à Pátria o culto mais ardente e, para servi-la, quisera ser o mais virtuoso, o mais perfeito dos homens”. (Idem).

18 — “Felicito-me por ter a minha vida pública merecido a aprovação de meus patrícios, embora eu creia ter feito menos do que desejo em prol da Pátria e da Humanidade”. (Ofício em agradecimento à Sociedade Riograndense Beneficente e Humanitária — 31-3-1869).

19 — “Desde que a Nação achou-se envolvida na guerra estrangeira que sustentamos, não alimentei outro desejo, outro empenho senão vê-la terminada com honra; para êsse fim busquei o concurso de todos os riograndenses; não vi mais côres políticas; busquei as dedicações patrióticas, o merecimento, o valor”.

(Carta ao Dr. Pio da Silva — Palmas, 17-11-1863).

20 — “O egoísmo não admite virtudes patrióticas”.

(Carta ao onde de Porto Alegre, 5-1-1870).

21 — “Será um desgraçado aquêlê que puser suas armas ao serviço do despotismo. Nunca o farei”.

(Discurso em agradecimento à recepção que lhe fez o povo do Rio de Janeiro — 28-4-1877).

22 — “O dever patriótico obriga ao indivíduo a interessar-se pelo destino de sua pátria, tanto na guerra como na paz”.

23 — “Quando se trata de interessê público reflito antes de agir”.

POLÍTICA E ADMINISTRAÇÃO

24 — “Só a justiça pode plantar a ordem pública”.

(Carta a Silva Ferraz, 17-4-1858).

25 — “A justiça fará o seu dever e é preciso conformar-se com as suas decisões a fim de parar a intriga que ameaça dilacerar a sociedade”.

(Carta ao Compadre Mascarenhas, 23-9-1878).

26 — “A falta de energia da autoridade acorôça a licença e a rebeldia; as arbitrariedades proveçam a indignação e a revolta”.

(Carta a Silva Ferraz, 17-4-1858).

27 — “Govêrno reto, govêrno amado; govêrno frouxo, povo rebelde”.

(Idem).

28 — “O despotismo não pode medrar numa nação que tenha consciência de seus direitos e os queira defender”.

(Discurso em Porto Alegre, em 3-8-1870).

29 — “Não é tiranizado o povo que não quer ser”.

(Idem).

30 — "Só pode haver governo forte baseado na Justiça",
(Idem).

31 — "O partido vencido pela força estará em constante
conspiração em prejuízo do progresso".

(Carta ao Conde de Porto Alegre — 1-1-1870).

32 — "Desejo as reformas mais convenientes à nossa
Pátria, para que livres marchemos à prosperidade".

(Idem).

33 — "A autoridade que pratica a justiça cria o respeito
e obediência espontânea, o ataque ao direito cria a resistência
e desobriga o dever".

(De rascunho — Arquiv. — Coleção Osório — Instituto
Histórico e Geográfico Brasileiro — Lata 227 — Doc. 7.142).

34 — "O governo partidário perde o atributo de governo
nacional".

(Idem).

35 — "Em política, mais do que em qualquer outra ma-
téria, é natural a divergência de vistas, por interesses, impres-
sões e paixões que nem sempre permitem ao espírito um juízo
imparcial".

(Carta a um correigionário sobre a saída de Gaspar Mar-
tins do Ministério Sinimbú — 21-5-1879).

36 — "Muito nos iludimos pensando que o povo é insen-
sível ao desprezo disfarçado dos que mandam".

(Idem).

37 — "Compreendo o grande alcance político e econô-
mico da fundação de escolas para ensinar órfãos desvalidos a
lêr e algum ofício; não compreendo, porém, que se sujeitem
crianças em idade tão tenra à disciplina militar".

(Senado, 8-10-1877).

38 — "Parece que os velhos estão ficando crianças! Pois
no estado em que estamos é possível fosse o primeiro projeto
a discutir o da escola de declamação? Ora sebo!"

(Carta a Fernando, 26-2-1877).

39 — "Parece-me que a questão servil deve quanto antes
receber o princípio da solução — o ventre livre, o ensino livre,

a liberdade religiosa, as reformas municipais, são assuntos que me parecem merecer muita atenção”.

(Idem).

40 — “Desejo que o Império do Brasil se regenere, porque se no meio de tanta desmoralização resvala a Monarquia da América, nós, que desde a infância a temos ajudado a defender, veremos o resto de nossos dias nadando em sangue e a Pátria anarquizada pelos máus costumes”.

(Idem).

41 — “O tempo é das ciências, das letras, da civilização; a força dos governos não reside nas metralhadoras e canhões, nem no despotismo e violência contra os povos, mas sim no império da justiça, no respeito ao direito de todos e à liberdade”.

(Discurso no Rio de Janeiro, 28-4-1877 — Resposta à Sinimbú — no Clube da Reforma).

42 — “Um sistema talvez projetado com patriotismo pode degenerar em perseguição eleitoral, em questões entre particulares e até entre as autoridades”.

(Discurso no Senado, 8-10-1877).

43 — “Si os que governam não acreditam nos fatos, andarão enganados tôda vida”.

(Idem).

44 — “Desejaria que o Império do Brasil pudesse ter uma escola em cada quarteirão mas, pergunto, quem são os pedagogos e quais os recursos que temos para custear essas escolas?”

(Senado, 7-2-1879).

45 — “Não posso deixar de reconhecer que após os angustiosos anos da guerra do Paraguai, a vitória endoideceu a todos; ficaram os homens alucinados pelo prazer do triunfo, e começou-se a gastar mais do que se podia, ostentando grandezas e fazendo presentes sem ter com que. Pensou-se que não se acabava o crédito e o dinheiro. Não sabemos ainda até onde êsse erro se fará sentir; mas, as economias hão de ser obrigatórias para muitos ou *tudo isto* há de voar. Não haverá remédio: ou miséria, ou trabalho com economia”.

(Senado, 7-2-1879).

46 — “De política, na pasta da Guerra, não quero saber, faço a minha obrigação, e quando deixar de ser Ministro não levarei saudades”.

(Idem).

47 — “Sou de longa data liberal monarquista, unionista do Império do Brasil. Não se pense que vou para a República, nem para o despotismo, mas direi que, em matéria de serviço público, não indago o que são os brasileiros na política, porém, sim, si cumprem o seu dever em bem da Pátria”.

“Não faço distinção de pessoas, desde que a meu lado e na minha vanguarda vi cair muitos brasileiros, filhos heróicos de tôdas as províncias do Império desde o Norte até o Sul”.

(Discurso na Câmara, abril de 1879).

48 — “E’ muito mal cabido e muito pouco político que se faça cortezia ao Exército e ao povo com o chapéu do Ministro da Guerra”.

(Senado, 16-4-1879).

49 — “As poucas palavras escritas no Relatório do Ministro para serem submetidas à apreciação dos representantes do país, não são a lei, são a idéia, que pode ser ou não aceita”.

50 — “No nosso sistema de governo nada pode influir mais maléficamente do que a má escolha dos que devem representar o país, e nem de outra coisa têm provindo as dificuldades em que se tem visto a Côroa para a organização dos últimos ministérios”.

(Carta a Fernando, 10-6-1878).

51 — “E’ mesmo um desaforo pensar esta gente que os Ministros devam ser os procuradores de seus negócios particulares”.

(Carta a Fernando, 10-6-1878).

52 — “Dos hábitos constitucionais o mais apreciável é a eleição onde os partidos desarmados se batem por seus princípios”.

(De uma carta a Ventura Coronel — Montevideu, 7-11-1854).

53 — “Também me parece que a extensão da reforma não será só das leis que pouco a pouco foram destruindo o sentido

da nossa Constituição e fazendo-nos retrogradar para o despotismo de muitos, acabrunhando o povo brasileiro pela centralização que mata o espírito público. A moralidade política também precisa ser levantada. Chegamos a um estado em que os homens no poder mudam de côr e põem de parte a lei, os interesses e os direitos do povo. A magistratura não tem independência; o poder joga com ela no sentido de sua conservação sem o menor respeito ao direito individual do cidadão. Por este caminho vai à garra a garantia da vida, da fortuna e da família”.

(De uma carta ao Conde de Porto Alegre — Pelotas, 5-1-1870).

54 — “Um partido que começa deve ir procurar o mérito onde estiver e só excluir os incompatíveis”.

55 — “O espírito de política de aldeia na administração prejudica o interesse público”.

(Carta ao Dr. Homem de Melo, 2-1-1867).

56 — “Si chegares a fazer parte da Câmara te recomendo muito que sejas prudente; e nada de ameaças e insultos aos colegas”.

(Carta a seu filho Fernando — Pelotas, 26-4-1876).

57 — “Ouve os políticos como quem não entende o que ouve”.

(Carta a Fernando, 30-9-1866).

58 — “Quem está à frente de um serviço não pode declinar da responsabilidade que lhe cabe”.

(História do General Osório — 2o volume — pag. 15).

59 — “Um Deputado não deve ser o filho dos Ministérios, mas sim um patriota que acima de tudo veja os interesses do povo que vai representar; a sua ilustração e antecedentes devem collocá-lo no lugar de verdadeiro deputado do povo”.

(Carta a Ant. O. Nico — Bagé, 24-3-1860).

60 — “Parece-me curial que cada partido leve às urnas seu voto de consciência sem se impressionar com as ameaças dos que estão no poder. Si estas se realizarem, pugnará pela

nulidade das eleições, apelando para o que possa garantir a liberdade".

(Carta a Dionísio Côronel, citada).

DOCTRINA DE GUERRA E AÇÃO

61 — "Creio que o Exército deve marchar reunido de modo a poder agir".

62 — "A junção de diferentes colunas nas proximidades do inimigo é sempre perigosa, quando este pode rechassá-las uma após outra; quando não se sabe a força de que ele dispõe e não se pode calcular ao certo o tempo necessário para o movimento das mesmas".

(Parecer ao Conde d'Eu, 3-7-1869).

63 — "O projeto de manobra que não assenta no cálculo exato das forças que a devem efetuar, é caduco por si mesmo".

(Idem).

64 — "O inimigo está dividido; aproveitemos o seu erro. Vamos nos reunir na campanha ou cá dentro, a vêr se o conseguimos bater em detalhe".

(Guerra Farroupilha, 4-9-1837).

65 — "Qualquer que seja o ataque, devemos ter um ponto forte que nos sirva de apoio em qualquer que seja a emergência".

(Parecer ao Conde d'Eu — 3-7-1869).

66 — "É preciso combater para vencer e por algum ponto é preciso atacar com todas as forças disponíveis. O plano a adotar depende das disponibilidades".

(Parecer ao Conde d'Eu, 3-7-1869).

67 — "Esta marcha estratégica nos separa bastante de nossa base de operações, mas deve prejudicar muito o inimigo o aparecimento de nossas forças no centro de seus recursos e em sua linha de retirada e, com isso, poderemos em um só combate conseguir o fim da guerra".

(Idem).

68 — "Creio que o exército deve marchar reunido para agir conforme as circunstâncias. As notícias podem ser falsas, mas é bom prevenir-se".

(Hist. do Gen. Osório — 2º vol. — Joaquim Osório e F. L. O. Junior — Carta a Canabarro).

69 — “O inimigo temerá dar tempo a que ultimemos nossos preparativos”.

(Idem).

70 — “A proporção das fôrças das diversas armas deve corresponder à natureza de guerra e aos meios de que dispõe o inimigo”.

(Ofício ao Ministro da Guerra — 27-6-1865 — Idem — 2º Vol.).

71 — “As munições e mais artigos de que necessita o Exército devem ser abundantes para o que devem haver depósitos fixos e móveis”.

(Ofício de 27-5-1865, ao M. G. — Idem 2º vol.).

72 — “Entendo que qualquer das fôrças inimigas que seja batida, levá-lo-á a retirar a outra, mas nós não devemos dividir as nossas”.

(Carta a Urquiza — Idem — 2º Vol.).

73 — “E’ preciso manobrar como as circunstâncias aconselham, até ter fôrça para derrotar o inimigo”.

(Idem).

74 — “E’ natural, nestes países, sofrerem-se as tempestades e esperarar-se pelo bom tempo, porque os Generais não dominam os elementos”.

(Ofício ao Ministro da Guerra, 3-7-1865).

75 — “A fôrça moral do soldado aumenta quando é bem comandado”.

(Idem, 2-11-1865 — 2º volume).

76 — “E’ perigoso amoldar o plano de campanha à vontade do inimigo”.

(Idem — 2º vol. — Carta a Canabarro).

77 — “Ao preparar uma ação ofensiva é preciso considerar que o inimigo muitas vezes pensa também em atacar e, por isso, devem-se tomar as necessárias cautelas”.

(Referido pelo General B. Mitre — Idem — 2º vol.).

78 — “Tenho profunda convicção que a Marinha salvou a causa da Aliança em 11 de junho”.

(Ofício a Tamandaré, 6-2-1866 — Idem — 2º vol.).

79 — “Penso que a guerra se faz com muita reflexão”.

(Ofício a Tamandaré, 6-1-1866 — Idem — 2º vol.).

80 — “O inimigo é que nos há de ensinar o caminho de Assunção, cabendo a nós remover os óbices da estrada”.

(Idem).

81 — “Não sou inclinado à divisão de forças, e mormente forças novas, porque ainda me recordo da guerra de 25 e 28, e estão bem recentes os resultados das operações de julho e setembro, no Paraguai, e o fim que tiveram as de Estigarribia”.

(Corta a Caxias, 15-4-1867).

82 — “A primeira condição para uma boa cavalaria é a velocidade e esta depende da excelência dos cavalos”. (Idem).

83 — “Não me parece que o inimigo encerre seu exército em Humaitá; isto poderia suceder por uma circunstância imprevista por todos e até por ele mesmo; todavia o segredo me parece necessário”.

(Idem).

84 — “Sem dúvida que a marcha por Itapua de um Exército forte, seria o termo da guerra, mas onde está ele?”.

(Idem).

85 — “Os generais não podem falar do futuro”.

(Carta de 31-3-1868 ao Dr. Doufoug).

86 — “Não se pode crêr ou saber quando acabará a guerra — Sim, porém, que o inimigo vai em decadência”.

(Carta à esposa, 12-5-1868).

87 — “A vitória é caprichosa...”

(Boletim do Exército, 10-7-1868).

88 — “A guerra dá frutos amargos...”

(Boletim do Exército, 10-7-1868).

89 — “Enquanto a vitória não está consumada não se distraem forças”.

(Carta a Fernando, 14-9-1870).

90 — “O soldado prático sabe aproveitar o tempo; a guerra não se faz com officios, dúvidas e consultas”.

(Officio ao Comandante das Fôrças em trânsito por Montevideu, 11-1-1865).

91 — “Si uma fôrça não é bastante forte para proteger uma linha de comunicações, conservando-se a distância do inimigo em posição escolhida e organizada defensivamente, muito menos o será estacionando fracionada em diversos pontos exposta ao fogo do inimigo, em más posições suscetível de ser atacada a cada momento por fôrças superiores”.

(Parecer citado ao Conde d’Eu — 1869).

92* — “Asseguro-lhe que sobra desejo, e não faltará empenho de minha parte, para, logo que as circunstâncias o permitam, tentar algum golpe sôbre o inimigo, só recuando diante do impossível”.

93 — “Uma nação dividida e desconfiada de seu govêrno, é fraca para uma grande guerra exterior”.

(Carta a Silveira Martins, 28-10-1872).

94 — “Nenhum general pode prestar serviços verdadeiros e reais, desagrar a nação, se não contar com o apoio do país, o qual é a verdadeira fôrça”.

(Discurso em Porto Alegre — 1871).

95 — “Quem não tem exército próprio, formado, para bater o inimigo, não dispensa aliados”.

(Carta a Felix da Cunha — 1860).

96 — “Combater é o menos, enquanto a fortuna ajuda. O difficil é depois acomodar os feridos, enterrar os mortos, reorganizar tudo, não tendo fartura de meios”.

97 — “O inimigo não está isento dos males que soffremos”.

(Carta ao Ministro da Guerra — em resposta a uma de 6-12-1866).

98 — “Dado o primeiro tiro na guerra, ninguem pode saber quando será dado o último, nem que operações será o exército obrigado a fazer”.

(Carta a Homem de Melo — 15-3-1867).

99 — “Um combate desigual, por condições de terreno e porque o inimigo ameaça nossas comunicações, é sempre perigoso, tanto mais que uma retirada nem sempre é possível por máus caminhos que por êle podem ser cortados”.

(Carta ao General D. José G. Suarez — Tala Corá, 18-2-1866).

100 — “Uma informação pode não ser exata, mas convém acautelar-se”.

101 — “O que mais receio na guerra é a surpresa”.

102 — “Nunca se deve descuidar de manter a capacidade de movimento de um Exército, e muito menos enfraquecê-la na cavalaria. O inimigo de quem isto não se pode esconder, mesmo batido, tudo ousará para manter elevado o próprio moral”.

(Carta ao Barão de Muritiba, 15-4-1869).

103 — “V” Excia. diz-me que a missão especial do atual Ministério é a defesa do país e vingar as afrontas aos direitos e dignidade do Império. E eu respondo a V. Excia. que a minha missão e a d’este Exército é cumprir as ordens do Governo, e, possuído dos mesmos sentimentos, prestar ao mesmo Governo franca e leal cooperação como V. Excia. com justiça espera”.

(Carta ao Ministro da Guerra Silva Ferraz, 27-5-1865).

DIVERSOS PENSAMENTOS MILITARES

104 — “Os recrutas mesclados, em pequeno número com soldados velhos, brevemente aprendem todo mecanismo do serviço e os meios de se procurarem as comodidades. Esta medida, portanto, vale mais que dois Batalhões de paisanos, que por muito tempo são mais incômodos do que úteis”.

(Carta ao General Sampaio, 1-6-1865).

105 — “Os esquecimentos e as injustiças não são raras na guerra, porque muitas cousas escapam às vistas do General”.

106 — “Está provado que as carretas puxadas a boi são um elemento que não pode entrar com proveito na composição do Exército, onde só convém usar de transportes tirados a bestas”.

107 — “Convém que o depósito esteja próximo do Exército para que as baixas possam ser facilmente preenchidas”.

(Ofício ao Ministro da Guerra, 13-11-1865).

108 — “Nem ao próprio soldado que assiste a batalha é dado descrevê-la minuciosa e completamente”.

(Opinião de Osório sobre o quadro de Pedro Américo — A Batalha do Avaí).

109 — “O cearense é bravo e rápido em disciplinar-se; o mesmo o pernambucano e o baiano. O paulista é o mais tardo em receber o manejo das armas, mas é bravo, obediente e concentrado: está sempre no seu acampamento”.

(Registado por Homem de Melo — Hist. Gen. Osório — 2º vol.).

110 — “O Humaitá ainda resiste, porém, em estreito sitio e creio que êle caído, pouco mais durará a guerra, e si os escrevinhadores e Pais da Pátria não criarem novas dificuldades antes”.

(Carta à filha, Manuela).

111 — “O soldado deve ter sempre na mente as leis militares, para não incorrer em faltas, para reconhecer seus deveres e saber até onde vai o seu direito”.

— Deve cumprir fielmente as ordens que lhe dão, e sendo possível, em menos tempo que o que lhe foi marcado.

— Não deve prometer o que depende de seus superiores, para não faltar.

— Não deve fazer ostentação de serviços.

— Nomeado para uma comissão, se ocorre qualquer dificuldade para o seu bom desempenho, deve dar sua opinião ao seu chefe com lealdade, mas não teimar para que ela prevaleça, porque, se a dêle sossobrar, se evidenciará o mérito da sua”.

(Hist. Osório — Dr. F. L. Osório — 1º vol.).

112 — “O Exército que não recruta por si se acaba”.

(Carta a Caxias, 7-9-1866).

113 — “Nada de graças com a guerra do Paraguai, pois que ela envolve grandes interesses para o Brasil”.

(Idem).

114 — “O Exército é o verdadeiro apreciador dos trabalhos que junto sofremos”.

(Discurso em agradecimento à entrega da espada. — Porto Alegre, 6-7-1871).

115 — “A boa disciplina do Exército demanda bons quartéis, campos de instrução e de manobras; requer que os chefes, os Generais e os oficiais convivam com os soldados”.

(Discurso no Senado — 1879).

116 — “O Exército brasileiro não tem um só covarde. O brasileiro em geral é valente, embóra às vezes demore um pouco em decidir-se a enfrentar o perigo, mas isto feito ninguém o excede em bravura e constância no sofrer”.

(Hist. Osório — 2º vol.).

117 — “Na guerra procuro ser o primeiro a desafrontar a minha Pátria, acabada a luta sou apenas um homem do povo donde saí e em cujo seio vivo”.

(Discurso em Porto Alegre, 3-8-1871).

118 — “O oficial no hospital perde a gratificação, perde o meio soldo, perde a etapa, porém não diminui o ventre dêle nem dos filhos”.

(Discurso no Senado, 13-9-1877).

119 — “Para o oficial que cumpre seu dever a gratificação que recebe não é incentivo para melhor serviço; o incentivo é a honra da classe”.

(Idem).

120 — “O Exército brasileiro, ou nú ou mal alimentado (mostra-o a história), nunca deixou de servir bem à Pátria, com disciplina, valor e abnegação no exercício de seus deveres”.

(Idem).

121 — “Arremessar aos inimigos um exército bisonho, baldo de instrução, embóra valente e numeroso, é falta de critério que, além de uma desgraça colossal para o país, representa verdadeira deshumanidade, senão crime hediondo”.

(Citado pelo General José Luiz Rodrigues da Silva — Recordações, etc).

122 — “Si um militar tivesse direito de aprovar os feitos de seus superiores também teria o de os censurar ou o de se lhe opôr: daí viriam a indisciplina e a morte do Exército”.

(Explicação por que se recusou a assinar uma manifestação de apôio a Silva Ferraz na Presidência do Rio Grande do Sul, encabeçada por Porto Alegre).

123 — “Não sei para que criar cavalaria a pé...”

(Senado, 5-2-1879).

124 — “O Governo Imperial bem terá entendido que a defesa de nossa fronteira será eficaz si tivermos meios prontos de invadir o território inimigo”.

(Parecer ao Dr. E. Câmara sobre a estrada de ferro).

125 — “A família do soldado nunca foi embaraço às suas marchas, nem aos atos do Governo”.

(Hist. Osório, Dr. F. L. Osório — 1º vol.).

126 — “Creio que possam haver generais ciumentes da glória militar, porque esta deslumbra”. “Eu julgo-me feliz ao lado dos heróis”.

(Idem).

127 — “Acredito nas ameaças e na raiva dos vencidos, mas não que se possam vingar”.

(Carta ao Tenente Menezes, 17-1-1870).

128 — “O Exército não pode ser como o salão de baile que só se veste na hora da polca e mal”.

(Carta ao Marechal Gaspar Mena Barreto, 1846).

129 — “Ninguém ignora que a subordinação de um exército não pode existir sinão em corpos criados, organizados, reunidos, em serviço, com seus oficiais”.

(Senado, 25-9-1879).

130 — “Não pode haver a desejada disciplina, se os soldados não formam todos os dias para a instrução”.

(Idem).

131 — “Criei um corpo e a minha tropa e os meus oficiais tinham apenas uma hora para comer, a do almôço e outra para o jantar, à tarde, o resto do tempo era occupado em exercícios e instrução até à noite”.

(Idem).

132 — “Em toda parte um exército que está dividido pelas fronteiras, pelas províncias, pelas nossas colônias, pelos nossos matos, não pode ter a disciplina que nós todos desejamos, mormente quando se acha sem cômodos, com máus meios de vida e

cercado de homens de toda classe, o que os nobres Senadores não desconhecem".

(Senado, 7-2-1879).

133 — "Quem pode saber por que ponto a nossa fronteira do Rio Grande do Sul será invadida?"

(Idem).

134 — "Acredito que não há um só brasileiro que possa querer que um dia a honra da nossa Pátria e a glória de nossas armas tornem a ser tão mal tratadas por imprevisão".

(Idem).

135 — "Na milícia os que, como eu, quasi há meio século têm atravessado a vida e ocupado todos os postos até aquêle em que me acho, nunca nêles encontraram abundância".

(Discurso no Senado, 13-9-1877).

136 — "Na guerra foi sempre a minha preocupação restituir puras e gloriosas as insignias que eram o símbolo da nossa nacionalidade..."

(Discurso em agradecimento à recepção do Rio de Janeiro, 28-4-1877).

137 — "A maior de todas as dificuldades na guerra é a desmoralização que lavra, resultante de noticias exageradas e das apreciações mal feitas pela imprensa, dos recursos e poder do inimigo".

138 — "O soldado que se separa de seus companheiros de serviço depois de vencidas grandes dificuldades e de cinco vitórias sucessivas, é dominado por desagradáveis emoções".

(Carta a Otavio, 28-7-1866).

139 — "Soldado, enquanto a saúde me permitiu, fui servo do dever".

(Hist. Osório — Joaquim Osório e F. O. Junior — 2º vol.).

140 — "No quartel é que o soldado aprende a ser soldado, cabo e sargento".

141 — "E' preciso energia. A guerra não se faz com abraços".

(Carta ao Ministro da Guerra, Paranaguá, Dezembro de 1866).

142 — “As deserções têm a sua maior origem no costume e nas más doutrinas de certos oficiais que cometem a imprudência de se lamentarem à vista dos soldados”.

(Carta a Soares Andrea — 17-4-1869).

143 — “Soldado, desde a infância, sem comércio nem heranças, não uso, apesar disso, roubar ou extraviar os cofres públicos quando comando”.

(Carta ao Barão de Muritiba, 14-4-1869).

NO COMBATE

144 — “E’ facil a missão de comandar homens livres: basta mostrar-lhes o caminho do dever”.

145 — “O inimigo vencido, desarmado e pacífico deve ser sagrado para um exército composto de homens de honra e de coração”.

(Ordem do Dia — Passo da Pátria, 15-4-1866).

146 — “Eia, camaradas! Aqui só há Deus e as nossas armas!”

(Exclamação de Osório no Passo da Pátria, ao repelir uma força inimiga que se aproxima, contado pelo Coronel Joaquim Silverio de Azevedo — “Jornal do Comércio” — Rio).

147 — “A glória é a mais preciosa recompensa dos bravos”.

(Ordem do Dia n. 56 sobre a Batalha de Tuiuti).

DEPOIS DO COMBATE

148 — “A missão de General foi-me facil à frente de tantos bravos”.

(Da resposta a uma saudação da Câmara Municipal de Maroim (Sergipe), em março de 1869).

DIVERSOS

149 — “Nada temos aprendido com o passado, nem o presente garante melhor futuro”.

(Carta a Homem de Melo, 14-9-1879).

150 — “Melhorou-se o regulamento, o que muito aplaudi, mas primeiramente devia-se ter melhorado o pessoal. Tenham, pois, os nobres Senadores paciência, que só com vagar poderemos chegar ao resultado desejado — a boa disciplina e subordinação”.

(Senado — 1879).

151 — “Os amigos sinceros e constantes são raros. A maior parte o é, enquanto não necessitamos ou enquanto podemos ser-lhes úteis”.

(Carta a seu filho Chico, 31-3-1872).

152 — “Sempre desprezei o orgulho e a vaidade dos homens, mas evitei atacá-los”.

(Idem).

153 — “Nunca me deixei vencer pela adulação”.

(Idem).

154 — “Vivemos rodeados dos piores inimigos que são os invejosos”.

155 — “Os foros de grandeza envaidecem os bôbos, para mim a dignidade de procedimento é que vale”.

(Idem).

156 — “Segue os conselhos de Sócrates:

— “As contrariedades não são sempre um mal, fortificam e desenvolvem o homem e mostra-lhes o mundo como é”.

— “A prudência, a paciência e a firmeza triunfam tarde ou cedo”.

— “Mesmo os inimigos são úteis, pois servem muitas vezes de corretivo ao homem”.

— “Perseguido muitos anos acabei por obrigar meus inimigos a me aplaudirem”.

— “A carreira pública é um purgatório constante que as vezes satisfaz a vaidade, precedida sempre de desgostos”.

— “Deve-se sempre recear a vingança, ainda que tudo pareça acomodado”.

— “Não se deve crêr em tudo que se ouve”.

— “É melhor aprender com os práticos que à custa própria”.

(Idem).

157 — “Os homens descarados e atrevidos que ascendem ao poder ficam ainda piores quando cometem crimes ou erros que os enlameiam”.

(Carta a Tenente Menezes, 16-2-1872).

158 — “Agrada-me abraçar os amigos, vêr um povo dedicado e bom, por outro lado me arrefece o desejo (de ir à Côrte) o ter que encarar com áulicos aborrecidos e talvez traiçoeiros”.

(Carta a Fernando, 14-9-1870).

159 — “O que eu sei de certo, é que nada sei”.

(Idem).

160 — “Quem fala muito e sem pensar perde a questão”.

(Idem).

161 — “Deixa a política, poderás servir à tua Pátria de outro modo. Acredita que tôdas estas simpatias de que elles me rodeiam são fingidas; depois de minha morte elas se converterão em ódio contra ti”.

(Fernando Osório — Câmara dos Deputados, 11-6-1880).

162 — “O exílio por mais amenizado que seja, é sempre desagradavel”.

(Carta a Ventura Coronel, 7-11-1854).

163 — “As idéias são como as epidemias, alastram-se”.

164 — “Estarei firme como sempre nos meus deveres, sem que me agitem os males que soffrer por cálculos alheios e errados”.

(Da carta ao Dr. Belo, 4-11-1856 — Lata 229 — Doc. 7.558).

165 — “A única fôrça, a única virtude que nos pode levar ao triumpho é a fôrça da união”.

(Declaração na Câmara, 28-2-1879).

166 — “Não apoio tolices”.

(Hist. do Gen. Osório — Joaquim Osório e F. O. Junior — 2º vol.).

167 — “Não poderia tomar sobre meus ombros a responsabilidade de males que não foram por mim criados...”

168 — “Pode ser que eu esteja em erro, mas então, é só culpa de minha pouca intelligência”.

(Carta a Silva Ferraz, 15-10-1858).

169 — “Sinto-me um homem sem ambições e por isso sem esforço me desembaraço das intrigas, e não posso permitir que com o meu nome se prejudique a bem assentada reputação de meu amigo”.

(Carta a Caxias, 23-6-1868).

170 — “Os serviços que tenho prestado deveis attribuí-los a esses bravos compatriotas, guarda nacionais e voluntários, que me ufano de comandar”.

(Discurso em P. Alegre — resposta a Deodoro).

171 — “Meu maior desgosto é vêr a Pátria em luta e achar-me num campo de batalha. Para mim a data mais feliz seria aquela em que soubesse festejarem os povos — os civilizados pelo menos — a sua confraternização queimando os seus arsenais”.

(Discurso no Clube da Reforma, resposta à Sinimbú).

172 — “A vida de um velho é pouca cousa: a honra da família vale mais”.

(Carta à Fernando).

173 — “Não desejo a morte, porque talvez com a vida se acabem os amigos; a morte, porém, é incerta na guerra, mas infalível pela ordem natural das cousas”.

(Idem).

174 — “A gratidão pessoal não me faria deixar de dizer a verdade inteira aos meus concidadãos”.

(Idem).

175 — “Com êrros não se argumenta”.

(Senado, 3-9-1879).

176 — “Não existe direito de enfado quando cada um faz seu dever”.

(Idem).

177 — “A justiça a tempo e o favor ao oprimido são benefícios invioláveis”.

(Carta ao Dr. Belo, 29-1-1862 — pag. 674).

178 — “Estimaria saber até onde chegaram tais patifes e as patifarias...”

(Carta a Fernando).

179 — “Quando se nos pede franqueza devemos dizer a verdade sem rebuços, porque não é lícito queixarmo-nos de quem se oferece a ouvir-nos”.

180 — “Não acompanho meus amigos nos seus desmandos, mas não tenho alma para ajudar a empurrá-los para a lama”.

181 — “Os homens pequenos e mesquinhos fazem o mal que podem aos grandes homens, e principalmente pela espalda”.
(Em Ayuhy, 17-7-1865 — Carta ao General Urquiza).

182 — “Nenhuma tolerância deve haver com passeadores e madraços que por falta de brio, abandonam seus postos na fileira”.

(Ordem ao Comandante do Hospital em Salto).

183 — “O que mais falta me faz é o saber que não se adquire nos acampamentos, onde envelheci”.

(Discurso no Senado).

184 — “Os males da guerra, como esta que nós pelejamos, cimentam os benefícios da paz”.

(Ordem do Dia ao retornar ao Comando do 1º Corpo, em 1869).

185 — “A convicção que nasce de suspeita não é prova”.
(Carta a Fernando, 31-11-1874).

186 — “A correspondência por telegrama é perigosa porque é fácil de falsificação e não chega a destino com a assinatura de quem a expede”.

(Carta a Bordine, 28-5-1879).

187 — “E’ preciso saber sofrer o que não se pode remediar”.

(Senado, 7-2-1879).

188 — “As dificuldades não me quebrantam o ânimo”.
(Carta ao Ministro da Guerra, dezembro de 1866).

189 — “Quando há capacidade, se todos ajudarem um pouco, faz-se muito”.

(Carta a Compadre Mascarenhas — Arapehy, 22-8-1876).

190 — “Aborreço-me esta vida da Côrte, si tivesse olhos de ouro já m’os tinha marrancado”.

(Carta a Manuela — 8-8-1877).

191 — “Não creio nesta gente, nem que eles se distraiam dos seus prazeres para fazer algo em favor do Rio Grande. Nem sentem até que o clima se presta para a colonização”.

(Carta a Compadre Mascarenhas, 10-6-1878 — do arq. part. do Dr. Gabriel Osório Mascarenhas).

192 — “Tôda minha vida tem sido de dificuldades vencidas com prudência e paciência”.

(Carta a seu filho Chico — 31-3-1877).

193 — “Sempre desprezei o orgulho e a vaidade dos homens, jamais, porém, ataquei êsses inimigos, nem me deixei vencer pela adulação”.

(Idem).

194 — “Acredita que vivemos nêste mundo rodeado de inimigos e os peores são os invejosos da reputação alheia, que sentem o maior prazer em verem abatidos os invejados”.

(Idem).

195 — “O partido liberal defendendo suas idéias contribui para fortificar o sistema de govêrno do Império do Brasil”.

(Carta ao Dr. Pio Angelo da Silva — Arapehy, 9-8-1876).

196 — “O partido conservador, teimando em governar contra a opinião pública desmoraliza e põe em perigo as nossas instituições”.

(Idem).

197 — “Não te iludas com as falsas informações dos correspondentes dos jornais: a guerra terá fim, porém, já e já não será; tomado o Humaitá, teremos o Chaco e Tebicuary, onde anda o Lopez, e então o osso será aí mais duro de roer”.

(Carta a Fernando, escrita de Tare Cuê — 1868).

198 — “Não são as ocasiões que faltam aos homens, êstes é que as perdem”.

(Da tradição familiar).

199 — “Para pagar dívidas nada se poupe...”

(Carta ao compadre Mascarenhas — 22-3-1877).

200 — “As provações são a escola do bom soldado.”

(Da sua correspondência sôbre a guerra).

COMBATE DE CARROS

Traduzido e condensado na Escola de Comando e Estado aior, dum artigo do Major MANOEL GONZALES CIDRON, na revista espanhola "Ejército", número de dezembro de 1943.

(Military Review, junho, 944).

Tradução do Major J. F. MOREIRA CCUTO

No decorrer do atual conflito o carro de combate tem evoluído continuamente, acompanhando os progressos da guerra e adaptando-se aos diferentes teatros de operações: sua tonelagem aumentou; a blindagem e o armamento, a potência dos motores, os órgãos de visão e os dispositivos óticos de pontaria foram aperfeiçoados; introduziram-se nele placas reforçadas de blindagem, colocadas de sorte a oferecer sempre ao tiro das armas anti-carro ângulo de incidência máximo. Os carros usados nas campanhas da Polônia e da França não eram do mesmo tipo dos que foram mais tarde empregados na Rússia e na Sicília.

A tática do emprego dos carros sofreu também muitas modificações. Na Polónia e na França foram utilizadas grandes massas de blindados como aríetes, em penetrações profundas no território inimigo, desorganizando suas defesas e cortando-lhe as linhas de comunicações; essa tática fracassou mais tarde na Rússia, onde as peculiaridades do terreno permitiram ao inimigo atacar de flanco as formações de tanques e cortar-lhes a retirada, isolando e destruindo muitas unidades.

Posteriormente, o emprego pela defesa de canhões anti-carro em grande número, peças de artilharia, obstáculos, bem como de bombardeiros em mergulho e unidades destruidoras de tanques, impediram o uso dos blindados em formações maciças.

A tática de emprego dos carros teve de ser modificada. A infantaria, a engenharia e a artilharia foram dotadas de

veículos blindados, para poderem seguir os carros no seu rápido avanço. Todas essas armas cooperavam em íntima ligação, apoiando-se mutuamente. E desse esforço comum nasceu a moderna divisão blindada como unidade independente.

* * *

De vez que é missão principal dos carros ocupar, tão rapidamente quanto possível, os objetivos, e arremeter profundamente no dispositivo inimigo para ocupar pontos cuja posse facilite o avanço das forças restantes da divisão, compreende-se facilmente que, nas incursões dentro do dispositivo de defesa adverso, devam os carros esbarrar repetidas vezes com formações de tanques inimigos, e tenham de dar-lhes combate.

Esses encontros não assumem o aspecto dum choque brutal entre massas de aço, como se poderia imaginar. Surpresa, e decisão rápida no momento do encontro, são as principais características do combate de tanques. Todo o armamento deve entrar de pronto em ação, e os carros procuam imediatamente cobertura nos acidentes do terreno, afim de se proporcionarem posições vantajosas. Provocam, se necessário, cortina de fumaça, afim de escaparem às vistas e ao fogo inimigo.

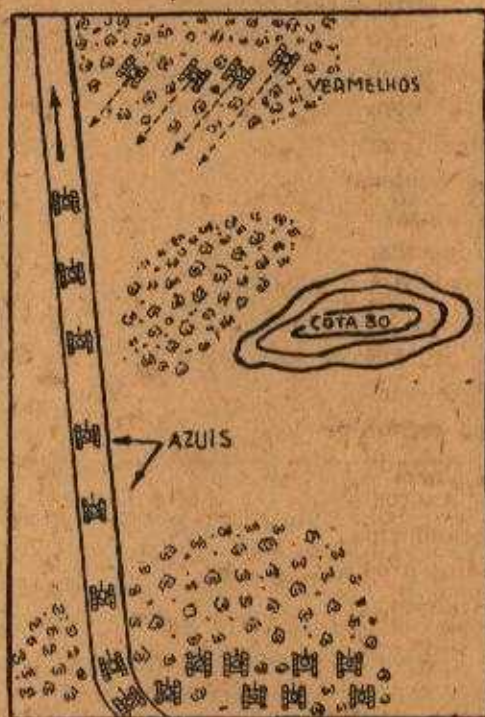
Dessas posições os tanques inimigos são observados. Sendo superiores em número aos nossos, o melhor é retirar, sem cessar fogo. Se, ao contrário, está do nosso lado a vantagem numérica, deve ser aberto incontinenti fogo violento, e logo encetada uma manobra com o propósito de cercar o inimigo e cortar-lhe a retirada. Convém não perder de vista que toda formação de carros deve ter os flancos bem protegidos por carros de reconhecimento, ou armas anti-carro pesadas montadas em veículos providos de lagartas, e que os carros que abrirem fogo primeiro, ou que possuírem os melhores atiradores, levarão a melhor.

* * *

Nas linhas que se seguem um exercício de combate de carros, presenciado pelo autor num campo de treinamento da Alemanha, é discutido em minúcia.

Um batalhão de carros Mark IV, representando as forças Azuis, faz parte da vanguarda duma divisão blindada, e recebe ordem de acelerar o seu movimento, com a finalidade de atingir rapidamente as pontes dum canal situado cerca de 10 km. à frente, impedindo que o inimigo as ocupe primeiro. O batalhão recebe essa ordem ao alcançar a região do cotovelo de estrada, entre os bosques. O terreno a percorrer é desembaraçado: desde a saída dos bosques, uma estrada real conduz diretamente ao canal; no flanco direito, uma elevação de 30 metros aproximadamente é o único obstáculo digno de consideração.

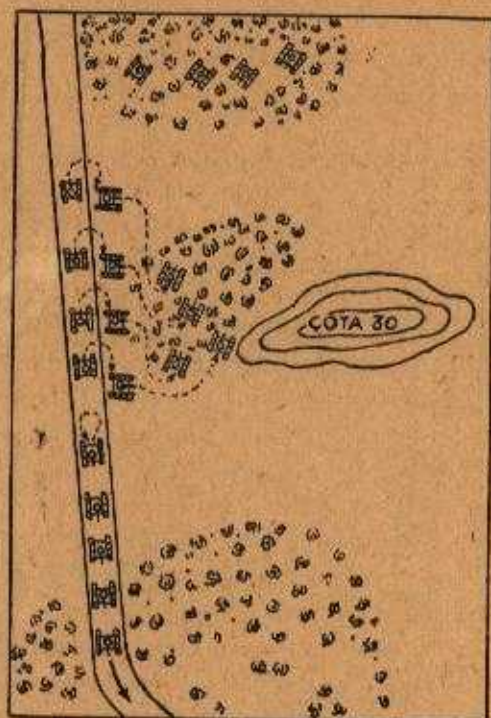
O Cmt. Btl., depois de observar cuidadosamente o terreno, decide que a sua unidade deve continuar a progressão pela estrada, em coluna de marcha (fig. 1).



Quando o batalhão se tinha deslocado uns 3 km. nesse dispositivo, a vanguarda foi recebida pelo fogo de alguns car-

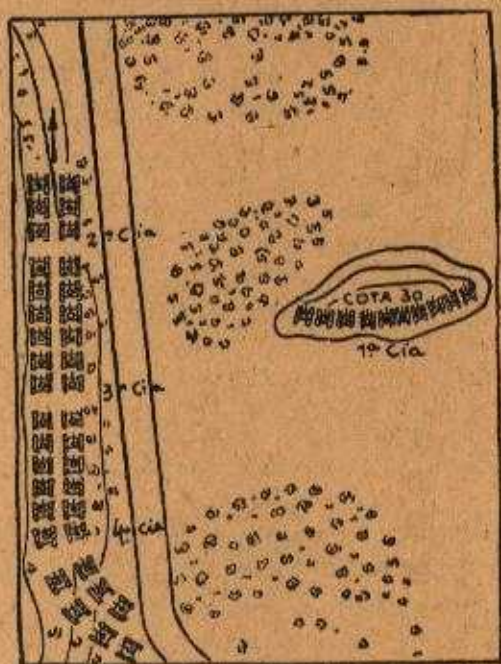
ros inimigos ocultos nos bosques à margem direita da estrada, cêrca de 2 km. à frente, provàvelmente a vanguarda duma formação inimiga.

Deante dèste ataque inesperado os tanques de primeiro escalão abandonaram imediatamente a estrada, procurando refúgio num grupo de árvores próximo à cota 30 (fig.2).



Os carros restantes fizeram rápida meia-volta, rumaram novamente para os bosques donde tinham partido, ocultaram-se e ocuparam posição. O Cmt. Btl., que dirigira a manobra pelo rádio, informou pelo mesmo meio o comandante da vanguarda. Êste aprovou a manobra realizada, e transmitiu informação, recebida da aeronáutica, segundo a qual grande número de carros inimigos se dirigia para a região ocupada pelo batalhão, devendo êste se preparar para atacá-los e impedir o avanço.

O Cmt. Btl. estuda a nova situação e transmite rapidamente aos capitães a sua decisão: a 1ª Cia. tomará posição a coberto da cota 30 (fig. 3), e, quando os carros inimigos estiverem à vista, tomá-los-á sob seu fogo, atraindo a si o ataque inimigo. Com o E.M. do Btl. e as 3 Cias. restantes, levar-se-ia a efeito largo envolvimento pela margem esquerda

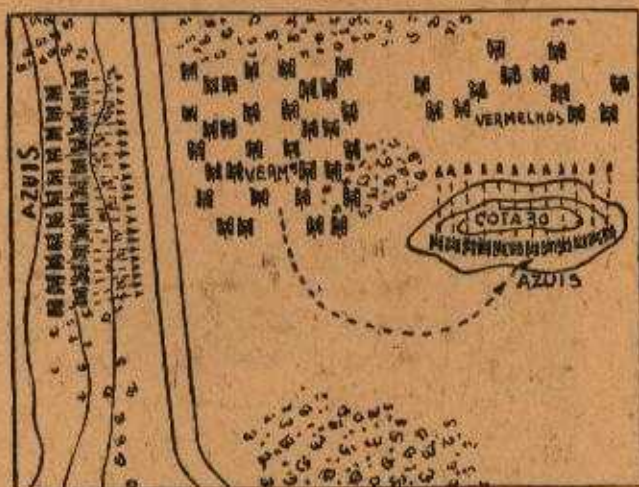


da estrada, tirando partido da cobertura oferecida pelas árvores e pelas irregularidades do terreno. A finalidade desse movimento seria colocar os carros em posição no flanco inimigo e aguardar oportunidade para o ataque.

Por seu turno o comando inimigo (Vermelhos), dispondo de forças do valor aproximado de um batalhão, observara o aparecimento dos carros Azuis, a sua retirada, e decidiu rapidamente atacar, concebendo o plano seguinte: como julgava passar na cota 30 e na orla do bosque a linha ocupada pelos Azuis, um grupo de carros faria um ataque frontal à cota 30, para atrair nesta direção o fogo e o contra-ataque dos blindados.

dados adversos; o restante das forças Vermelhas efetuará um movimento envolvente sobre o flanco esquerdo dos Azuis, afim de atacar pela retaguarda as forças que mantinham a cota 30.

A fig. 4 mostra o evoluir do combate. De acôrdo com o plano atraz exposto, os tanques inimigos deslocaram-se das



suas posições na orla do bosque e realizaram um ataque frontal à cota 30. Os carros Azuis ali estabelecidos observaram o avanço, adeantaram-se por sua vez até terem somente as torres sobressaindo da crista da elevação, e abriram fogo cerrado e rápido sobre os carros inimigos quando estes se tinham aproximado a 1.200 metros de distância. Surpreendidos pelo ataque, os Vermelhos procuraram refúgio nas dobras do terreno, e atacaram também. Os Azuis, porém, dispondo de posições vantajosas, obtiveram superioridade de fogo, destruíram vários carros inimigos, e conseguiram deter o ataque.

Simultâneamente, da outra extremidade do bosque, cerca de um batalhão de carros dos Vermelhos irrompeu em formação cerrada para executar o envolvimento da cota 30.

Nesse ínterim as 3 Cias. dos Azuis, que já se tinham alçado ao flanco inimigo, estavam em posição ao longo da estrada e prontas para atacar.

O Cmt. Btl. observou que os Vermelhos tinham descurado a proteção do seu flanco direito; logo que a formação inimiga chegou à distância útil de tiro das suas armas, decidiu chegado o momento favorável para o ataque, e emitiu pelo rádio a ordem de fogo. Os Azuis romperam fogo acelerado e denso sobre os carros inimigos. Imediatamente grande número deles se incendiaram e foram destruídos. Em face do inesperado ataque os Vermelhos, tomados de pânico, romperam sua formação, procuraram abrigo no terreno, saltaram nuvens de fumo para escapar ao tiro inimigo, e giraram continuamente para não apresentarem ao tiro um alvo estacionário. Alguns procuraram se reunir aos carros que tinham atacado a cota 30, mas o fogo dos Azuis estabelecidos naquela elevação impediu tal movimento e destruiu vários outros. Os que tentaram recuar das posições iniciais tiveram retirada cortada pelos carros Azuis, que já tinham avançado. A formação inimiga foi dizimada, e os carros remanescentes perseguidos.

Este exemplo dá uma idéia de como se pode desenrolar um combate de tanques. Nêle se prova a grande importância que tem, no emprego dessa arma, a cobertura dos flancos, dever primordial de todo comandante de carros e única medida capaz de evitar um ataque por surpresa.

CAIXA POSTAL N.º 1542

END. TEL. "JOARCE"

**Carga e descarga de minerios com
aparelhamento moderno****BUARQUE & CIA. LTDA.**

Escritório: Edifício do Jornal do Comércio, Av. Rio Branco 117.

4.º andar, salas 401/2. — Telefones: 43-3426 e 43-2570.

Códigos: Lieber's — Scott 10th. A,B,C, 5th — Bentley's

Lombard e New-Box Code

EXCERTOS

*General DAUDIGNAC — As realidades do combate.
Fraquezas heroísmo, pánicos.
Tradução — Cel. R. B. NUNES, da Reserva de
1ª classe.*

Nota do tradutor — Antes de iniciar esta longa relação de casos de pânico, julgo conveniente insistir na observação preliminar relativa à utilidade de conhecer essas manifestações das fraquezas humanas, do ponto de vista psicológico visado pelo autor d'êste trabalho.

Volto a referir-me a uma possível objecção da parte de alguns leitores: — “tudo isto acontecia antigamente, quando a educação militar dos homens, as armas de que se serviam e os processos de combate eram primitivos, em comparação com o que se passa nas guerras modernas”.

Com effeito, não se pode negar que essas condições são outras, presentemente. Mas é preciso pensar no que de fato mudou. Se o progressivo alcance das armas de fogo determinou o afastamento e a dispersão dos homens que lutam, se novos engenhos e o aperfeiçoamento de outros aumentaram o poder destruidor dos antigos, se o alcance dos meios de observação e de transmissão das informações possibilitam a variedade e combinação das manobras do campo de batalha, se a educação moral do soldado e sua instrução de combate foram extraordinariamente desenvolvidas, uma cousa, entretanto, não mudou: — o coração do homem, dá-lo Ardant du Picq, à frente dos demais psicólogos militares.

Cada homem só é capaz de resistir a uma certa quantidade de terror, além da qual o instinto de conservação predomina sobre a razão, e o homem pensante se transforma no animal espavorido, que pensa e age somente com o instinto de fugir à morte, afirma ainda o grande pensador.

Ora, dizemos nós, o cenário moderno em que se desenrola o "drama pungente da batalha", é de molde a confortar e encorajar mais o soldado-homem de hoje, que nas lutas de outrora? Mais do que nunca, não terá ele que apelar para toda a energia moral de que fôr capaz, para suportar, em cinco minutos, sem se deixar vencer, as angústias que se repartiam por duas horas, nos tempos de Turenne, como já dizia Ardant du Picq, referindo-se às guerras de 1870? A alma humana fortaleceu-se na mesma proporção em que cresceram os perigos mortais, que espreitam por todos os lados o homem no campo de batalha?

Não há dúvida de que a guerra atual está cheia de exemplos que parecem responder afirmativamente à pergunta, sobretudo quando se vê guarnições se deixarem matar até ao último soldado, antes do que render-se. Mas, o que custou esta conquista? De um lado, a fanatização de uma geração; mas é claro que não se podem organizar e manter permanentemente exércitos de fanáticos, como regra normal; de outro, esforços, sofrimentos e sangue, para restabelecer o equilíbrio inicial, que a violência preparada e premeditada desfez nos primeiros embates.

Mas, ainda que assim seja, para argumentar. E' lícito, entretanto, garantir-se que em todos os países, de agora por diante, jamais se reproduzam circunstâncias e situações que nos parecem antiquadas e definitivamente relegadas ao esquecimento? Poder-se-á pensar que nas guerras do continente (que nos perdõem os esperançados idealistas a heresia), os soldados combaterão à sombra de uma nuvem de aviões e atrás de uma muralha de obuses e de carros blindados? E o homem, será outro? Os efeitos fisiológicos do terror serão eliminados sempre?

Não. Evidentemente, é mais prudente confiar nos heroísmos sem, contudo, negar, *à priori*, as fraquezas. Para evitá-las o quanto humanamente fôr possível, e estar em guarda para restringir-lhes as consequências, o melhor meio é conhecer as realidades, os fatos, sem idéias preconcebidas, com a preocupação única de colher ensinamentos da experiência alheia.

Por isto, e é esta a razão principal desta nota, queremos deixar bem claro que a leitura pura e simples dos numerosos relatos que se seguem, seria improdutiva e até monótona.

Mas, ao contrário, se considerarmos a narrativa como o quadro, a cena em que se movem os personagens, e analisarmos as causas circunstanciais do fato, o estado físico, moral e psicológico dos participantes do drama, os erros ou as imprevisibilidades dos chefes, as condições do local e do tempo (dia, noite, rigores climatéricos), e tantos outros fatores que se conjugam ou se contrariam para determinar ações e reações, tanto prejudiciais como benéficas, então, há uma série de reflexões e conclusões proveitosas que fazer, e o interesse que tal estudo oferece dispensa qualquer encarecimento.

O erro é muito mais sugestivo e instrutivo, do que as coisas perfeitas.

E é sempre mais fácil prevenir do que remediar.

Um exemplo disto, é o episódio adiante narrado: as instruções do general Trochu". Este chefe, ao receber a comunicação de que, à noite, dois regimentos de cavalaria ultrapassariam as linhas de suas tropas, a fim de executar um reconhecimento em zona inimiga, previu logo os resultados desastrosos dessa ordem absurda, e tomou as providências necessárias para resguardar suas forças contra o pânico que considerava como certo. E sua previsão foi confirmada.

* * *

II — OS PÂNICOS

Prólogo — Tratando da Psicologia do combate, referi-me, até aqui, às fraquezas humanas diante do perigo e à necessidade que tem o chefe de atenuar-lhes as consequências.

Disse, com o coronel Ardant du Picq e outros que fizeram a guerra, que o soldado nem sempre é um bravo;

Que há, numa tropa em combate, um número reduzido de valentes intrépidos, sempre os mesmos, que avançam sem hesitações; um certo número de poltrões que se deixam vencer pelo

mêdo e se esquivam, e u'a massa flutuante e indecisa de bravos rapazes que não desejariam mais do que se safarem, mas que lá permanecem todavia, e vão para a frente quando se sentem conduzidos e orientados por chefes enérgicos.

E, se enunciei estas verdades, foi para fazer sentir a necessidade de uma educação moral sólida, destinada a combater e dominar o instinto de conservação.

Em tudo isto nada mais havia que fraquezas individuais; estudava o homem. Agora, prosseguindo o estudo do moral no combate, quero estudar não mais o homem, individualmente, mas o conjunto de combatentes agrupados em tropas armadas e tratar das fraquezas coletivas conhecidas pelo nome de *pânico*.

Que é o pânico? — O pânico é uma expansão súbita, um acesso de terror louco, muitas vezes inexplicável, que se apodera repentinamente de uma tropa inteira e dentro dela se propaga com rapidez vertiginosa, transformando-a num bando de fugitivos desvairados.

Como se originam os pânicos? — Quase sempre, de um alarido ou um perigo imprevisto. Por exemplo, no fim de um dia de combate a tropa repousa durante momentos de calma; julga-se, nesse momento, livre de perigos; súbitamente, estala um tiro de fuzil, um tiro só: imediatamente, dez homens se voltam e procuram esconder-se; com outros os imitam; a companhia inteira foge e arrasta os restantes.

Se não é um tiro de fuzil, é outro ruído imprevisto qualquer, à noite sobretudo; o galope de um cavalo, por exemplo.

Ainda durante a noite, um homem que dorme, agitado pelas impressões do dia, grita, sonhando: "às armas!", ou outro brado de alarma qualquer; levados por esse falso alerta, todo o acampamento perde a cabeça e se precipita para os fuzis, e começa a atirar sem saber em quê.

Se é durante a ação, tudo quanto constitui surpresa origina o pânico; refiro-me à surpresa no sentido lato do termo, isto é, tudo quanto é inesperado: um ataque pela retaguarda ou pelo flanco; a aparição inopinada de uma força inimiga numericamente superior; um medroso ou mal intencionado que foge bradando: "salve-se quem puder!"

Este último característico se encontra, notadamente, nos pânico que se levantam nas retaguardas de um exército, nos comboios, onde há gente que não é militar, carroceiros, vendedores ambulantes, aproveitadores, malandros, feridos, isto é, gente de moral pouco elevado.

E', aliás na maioria das vezes, nas retaguardas dos exércitos que irrompe o pânico, notadamente onde há cavalos. E neste caso, pode assumir proporções consideráveis porque, se o homem é medroso, o cavalo ainda o é mais; espanta-se com pequenos nada, perde facilmente a cabeça e com sua força de animal espavorido, derriba tudo e arrasta todos os demais.

* * *

Pânico de animais. — Os animais, quando reunidos, estão expostos, como os homens, a serem prêsas de terrores súbitos. Com os cavalos, fáceis de espantar, não são raros os pânico, que podem até ser provocados intencionalmente para fazê-los fugir. Os índios da América do Norte empregaram muitas vezes este meio com o fim de despojar os comboios de emigrantes que se aventuravam pelas regiões dos campos.

Na campanha de Kabila, em 1857, no acampamento de comboios da coluna, no qual se reuniam 2.000 cavalos e muires, um pânico de causa desconhecida dispersou durante a noite todos os animais; novamente reunidos, dispersaram-se ainda no dia seguinte sob a influência de pânico sobrevivendo em pleno dia.

Cita-se, também, o pânico de 1854, no começo da guerra da Criméia, ocorrido no acampamento de um regimento de cavalaria francesa, perto de Galipoli.

No ano passado, em 1904, verificou-se um pânico semelhante no acampamento de um regimento de cavalaria, em Aldershot, na Inglaterra.

* * *

Consequências dos pânico. — Podem ser terríveis. Provocada por um falso alerta à noite, por exemplo, a desor-

dem pode tornar-se espantosa; aumenta rapidamente com os tiros disparados a êsmo pelos que perderam a cabeça, pois os tiros sempre provocam outros e as tropas amigas fuzilam-se entre si.

De parcial, pode tornar-se geral, porque se alastra com a rapidez de um rãstillo aceso, e então, será a debandada de todo um corpo de exército; que o inimigo avance nesse momento sem se deter, e a desmoralização será completa, tudo desabarà sucessivamente: foi o que succedeu com o exército grego em 1897, após o pânico de Larissa.

As massas de reservistas, levados para os futuros campos de batalha, nem sempre apresentarão a coesão necessária.

Que num ponto da frente de batalha venha a produzir-se qualquer desfalecimento, que, além disso, as companhias cedam terreno, a emoção se apoderará de boa parte da linha de combate e não será difficil que, a par de atos particulares de heroismo, se vejam unidades inteiras arrastadas súbitamente por pânicos inexplicáveis.

Que neste momento surjam súbitamente alguns esquadrões inimigos bem conduzidos, e tudo estará acabado para a jornada de regimentos, de brigadas e talvez de divisões inteiras: exemplo, a divisão italiana Ceraie, em Custozza (1866).

Com os exércitos provenientes do serviço de curta duração, faz-se mister temer os pânicos, e é preciso fazer tudo para impedir-lhes o surto; é para atrair a atenção para êste ponto, que estudarei completamente esta questão, da qual poucos escritores militares se têm occupado.

* * *

Histórico dos pânicos — Os pânicos têm-se verificado em todos os tempos e em todos os exércitos; não há acontecimento mais frequente em campanha e, entretanto, não há outro de que a história da guerra fale menos.

Ela dedica, quando muito, algumas linhas, e acidentalmente, sem tirar nenhuma indução ou qualquer ensinamento, à lembrança dos incidentes dessa natureza que se tornaram mais

notórios; fala-se, sobretudo, dos pânicos do inimigo, mas deixam-se em silêncio os ocorridos nos exércitos de que se faz parte.

Quem sabe, por exemplo, em França, que na noite que precedeu a batalha de Austerlitz, no dia que se seguiu à batalha de Solferino e na tarde de Wagram, houve pânico notável?

O silêncio em torno desses pânicos explica-se por si.

O inimigo, que não deixaria de explorá-los, glozando-os, ignora-os quase sempre e, naturalmente, os boletins dos interessados calam-se.

Seria exigir muito dos relatórios redigidos à pressa, após, a batalha, e sob a influência de sentimentos afinal explicáveis, que confessassem de maneira absolutamente imparcial e completa, fraquezas que, é preciso dizer, provêm muitas vezes de faltas primárias do comando.

“A descrição fiel das cenas de desordem, tais como as que ocorrem em certos momentos de crise no campo de batalha, seria, entretanto, uma fonte preciosa de reflexões e de ensinamentos para os que forem elevados à honra de comandar.”

Esta justa observação s encontra no relato da batalha de 18 de agosto de 1870, feito pelo estado-maior francês (*Revista de História*).

A referida revista frisa, de início, a imparcialidade de alguns autores alemães, que se dedicaram a completar a *História oficial do grande estado-maior alemão*, com a descrição dos pânicos ocorridos nas fileiras alemãs em 1870.

Sabe-se hoje que houve, e terríveis, entre as tropas prussianas, na tarde de 18 de agosto de 1870, nos arredores de Gravelotte.

A *Revista de História* trilha a mesma senda da franqueza, Assinala, sem os dissimular com eufemismos, os pânicos parciais verificados em mais de uma jornada dessa guerra infeliz, no exército francês.

Utilizarei esses documentos para relatar alguns episódios interessantes.

O grande período de guerras que, na era da Revolução e do Império, ensanguentaram a Europa durante vinte e quatro anos (1792-1815), começou por dois pânicos franceses perto de Lille, em 1792, e terminou com outro, em Waterloo, a 18 de junho de 1815.

Não julgueis que no intervalo dessas datas extremas, constituissem os pânicos acontecimentos raros; um trabalhador inteligente e erudito, o coronel de engenharia Vauvilliers, escrevia, em 1843, que, depois de haver traçado a história paciente dos episódios dessa espécie, encontrara *trezentos* nesses vinte e quatro anos de guerra, sem contar os pânicos parciais, episódios particulares e não generalizados.

Os pânicos não são fraquezas peculiares aos franceses; há-os em todos os povos.

Naturalmente, conhecemos melhor os que se verificaram no exército francês, se bem que não se saiba de tudo, dos que pertencem ao ativo dos exércitos estrangeiros, mas nenhuma nação europeia nos ficou devedora a tal respeito.

Espanhóis, ingleses, austríacos, prussianos, russos, até os holandeses (os fleugmáticos holandeses), todos foram acometidos por êsses acessos de loucura; todos mais dia menos dia, experimentaram, e pode dizer-se, experimentarão, essas impressões extravagantes, impetuosas, que precipitam a tropa numa desordem súbita e inexprimível.

Citarei muitos exemplos de pânicos, mas é preciso traçar um limite. Certamente que seria interessante dizer algumas palavras a respeito dos ocorridos nos exércitos de Dario, por exemplo, do de Crecy, dos numerosos episódios semelhantes que se verificaram durante as cruzadas. Isto, porém, nos levaria muito longe.

Renuncio, até, referir os dos exércitos de Frederico, que não foram destituídos de importância, e vos pouparei da quase totalidade dos trezentos pânicos relacionados pelo coronel Vauvilliers; exporei somente os arquivos do século XIX, e isto bastará para esclarecer-vos.

Eis a lista dos pânicos principais, sobre os quais encontrei informações, ocorridos de 1800 a 1900: — 1800: austríacos em

Marengo; — 1806: prussianos antes de Iena; — 1806: franceses em Gelymin; — 1808: espanhóis em Somo-Sierra; — 1809: franceses na tarde de Wagram; — 1812: franceses em Polotsk; — 1812: russos em Borizow; — 1813: franceses em Vittoria; — 1813: ingleses em São Sebastião; — 1814: franceses em Arcis-sur-Aube; — 1815: ingleses em Waterloo; — 1831: franceses (retirada de Medeah); 1859: franceses, no dia seguinte o Solferino; — 1866: bávaros, perto de Fulda, divisão Taxis; — 1866: italianos em Custoza, divisão Cerales; — 1863: americanos nortistas, em Chancellorsville; — 1870: prussianos e franceses (vários); — 1877: russos em Sistowa, no dia seguinte a Plenwa; 1891: italianos em Adua; — 1897: gregos em Larissa; 1900: boers, perto de Bloempontein.

Como se vê, há para todos os países.

....*Da guerra de 1870-71*, que citei sem pormenores, eis os principais episódios de pânico:

14 de agosto de 1870: prussianos, pânico de nove companhias perto de Lauvalliers, batalha de Borny; — 18 de agosto de 1870: franceses, pânico da divisão de cavalaria Clérambault, batalha de Saint-Privat; — 18 de agosto de 1870: franceses, pânico da brigada Gibon, 6º corpo, batalha de Saint-Privat; 18 de agosto de 1870: prussianos, dois pânicos sucessivos na ala direita, na tarde Saint-Privat; — 19 de setembro de 1870: franceses, pânico de um batalhão de zuavos em Châtillon; — 10 de outubro de 1870: franceses, pânico na divisão Martineau Deschenez, do 15º corpo, na tarde do combate de Artenay; — 5 de dezembro de 1870: franceses, pânico perto de Motte-Beuvron (retirada do 1º exército do Loire para Vierzon); — 9 de dezembro de 1870: franceses, pânico da divisão Maurandy, em Chambord; — 28 de dezembro de 1870: franceses, pânico do 17º corpo, perto de Chateaudun; — 11 de janeiro de 1871: franceses, pânico dos mobilizados nas Tulherias, batalha do Mans; — 29 de janeiro de 1871: franceses, pânico da divisão Torton, em Chaffois, retirada para a Suíça; — 1º de fevereiro de 1871: franceses, pânico do 18º corpo, perto do forte de Joux, retirada para a Suíça.

E não cito numerosos pânico parciais, prontamente dominados e sem graves consequências; o relato da campanha, publicado pelo estado-maior francês na *Revista de História*, contém inúmeros casos.

Relatemos alguns.

Pânico prussiano em Iena (1806). — Eis a narrativa de uma testemunha ocular, o coronel Massenbach:

"... A 11 de outubro, à tarde, as tropas prussianas estavam em Iena, e as vanguardas francesas encontravam-se ainda muito longe.

"O príncipe Brunswik ia sentar-se à mesa quando, súbitamente, se manifestou um violento tumulto; gritava-se que o inimigo se achava a menos de uma légua escassa! Isto era impossível, porque tínhamos tropas em tôdas as estradas que convergiam na cidade, e não se havia recebido nenhuma informação que justificasse semelhante notícia.

"Entretanto, ela circulava como um rastilho de pólvora por entre os soldados que estacionavam em torno e dentro de Iena; e o efeito foi tal, que o príncipe se viu forçado a ir, pessoalmente, chamá-los à razão.

"Era uma desordem imensa, vergonhosa...

"Por todos os lados bradava-se que os franceses chegavam com forças poderosas, e que já haviam rechaçado os postos avançados... e ninguém, bem entendido, podia dizer em que direção. Na estrada de Weimar comprimia-se um bando de soldados de tôdas as armas!

Enfim, o pânico era tal, que se fez mister organizar patrulhas de oficiais para explorar os bosques e as vinhas; dizia-se que todos os arredores de Iena estavam ingados de atiradores inimigos... no fim de uma hora, reconheceu-se que não havia franceses à vista em parte nenhuma, e que o alarma partira de alguns fugões ao combate de Schleitz e de Sealfeld." As tropas de Iena não haviam combatido ainda.

* * *

Pânico francês. — Combate de Golymin (26 de dezembro de 1806).

Eis o que conta o general Curely que era, então, tenente da companhia de escol do 7º de hussardos, testemunha ocular:

"A brigada Lassale, 5º e 7º de hussardos, a primeira do corpo de Murat que entrou em contato com os russos, os quais eram numerosos e dispunham de algumas peças de artilharia, manteve-se durante três horas às voltas com um inimigo superior, embora, nesse momento, pouco empreendedor; Murat chegou logo depois com outra brigada e alguma infantaria.

"Ordenou o ataque; a infantaria e a outra brigada à direita, a brigada Lassale à esquerda: esta devia dar uma carga contra a artilharia russa.

"Não havia esta brigada dado mais de vinte passos à frente, para carregar, quando se ouviu bradar: "alto!", e este brado foi repetido nos dois regimentos.

"O inimigo não deu um tiro de canhão e, entretanto, os dois regimentos debandaram, bateram em retirada e foram reunir-se um quarto de hora depois; coisa tão espantosa quanto inconcebível: não havia um cavaleiro ou um infante, sequer, diante dessa brigada.

"Havia, na verdade, 7 ou 8 canhões que não fizeram mais que uma descarga.

"A cavalaria da direita logrou êxito na carga e destróçou a cavalaria inimiga, que por sua vez, carregara também.

"Logo que sua brigada se reuniu, o general Lassale mandou chamar a companhia de escol do 7º de hussardos, que permanecera no campo abandonado em desordem, levou a brigada reunida para a frente dos canhões inimigos e aí a manteve sob o fogo, sem se mover, até às 8 horas da noite, como punição de seu movimento retrogrado (lêde pânico).

As perdas de homem e cavalos foram pesadas; ninguém se mexeu.

Estas tropas já haviam combatido várias vezes, com vigor e bravura.

* * *

Pânico francês na tarde de Wagram. — Julho de 1809.
Encontrei duas narrativas de testemunhas: a do general francês

Lejeune e a do general russo Loewenstein. Eis a do general russo, adido ao quartel-general francês:

"... Terminada, mais ou menos, a batalha, e depois de ter jantado com camaradas ao lado da tenda de Napoleão, resolvemos entrar em Viena.

"Montamos a cavalo para alcançar primeiro, a ilha de Lobau.

"Mal havíamos percorrido o primeiro quarto de légua, alguns tiros disparados nas retaguardas do exército francês lançaram tal terror entre os retardatários e as equipagens, que todos se puseram em fuga, comunicando o terror às reservas e ao trem de artilharia.

"Todo o mundo correu para chegar às pontes do rio Lobau.

"Mantivemos a presença de espírito, mas, dentro em pouco, alguns picadores com a libré de Napoleão, alcançando-nos a galope de carga, bradaram: "Salve-se quem puder! Acabam de carregar o quartel-general do Imperador!"

"O terror generalizou-se, então, de tal maneira, que fomos arrastados pelos fugitivos.

"Ignovava-se de onde vinha o perigo. A desordem era completa. Partiam de todos os lados tiros de fuzil. As equipagens dos generais, as viaturas e os carros das vivandeiras foram pilhados pelos próprios soldados.

"... Vendo uma pobre vivandeira a lamentar-se, por se ver despojar, corri em seu socorro, mas quase paguei caro esse zelo humanitário. Alguns volteadores, apontando-me os fuzis, disseram-me: "Dê o fóra ou será morto." Dei de rédeas e os deixei agir, pois não tencionava sacrificar a vida, sem resultado para a vítima.

"A desordem aumentava a cada instante e, vendo a impossibilidade de ganhar terreno, utilizando a velocidade de meu cavalo, resolvi ir a passo e aguardar com calma e paciência os acontecimentos.

"Segundo tôdas as possibilidades, dizia de mim para comigo, este terror pânico só pode resultar da aparição do Corpo

do arquiduque João; mas, onde estava ele? não se via mais que fumaça e poeira; só se ouviam gritos, desordem.

"Por fim, um general francês que comandava um dos postos de acesso à ilha, veio a meu encontro. Vendo-me mais calmo que os demais fugitivos, marchando a passo, perguntou-me o que significava aquela derrota depois de uma batalha ganha.

"Fiz-lhe a mesma pergunta.

"— O Imperador está em perigo? continuou êle.

"— Ignoro se está neste momento, mas o que sei é que, há dez minutos, não estava, porque tive a honra de jantar à mesa do grande marechal, ao lado de sua tenda.

"Então, o oficial tranquilizou-se.

"— São êstes salafrários! gritou êle, e vou mandar metralhá-los!"

"E, com efeito, mandou atirar de canhão sobre os fujões. A confusão, no momento, só fez aumentar; mas tendo sido ordenado que não se deixasse ninguém passar pelas pontes, os fugitivos começaram a acumular-se na outra margem e acabaram por deter-se.

"A poeira diminuiu e viu-se, com grande espanto, que cada qual tivera medo de seu vizinho e que não havia austríaco em parte nenhuma.

"Soubemos, mais tarde, que alguns lanceiros austríacos, do exército do arquiduque João, tinham aparecido na planície e haviam causado aquela estralada.

"Que consequências não teriam advindo de uma avançada audaciosa do arquiduque João?"

* * *

Pânico francês em Polotsk (18 de agosto de 1812)

— Em fins de jornada, o centro e a direita russos haviam sido rechaçados, mas um de seus regimentos de cavalaria aproveitou-se de um banhado pouco vigiado para esgueirar-se pela retaguarda de nossa esquerda.

A brigada da cavalaria leve (general Corbineau), que poderia tê-lo carregado, deixou-se dominar e fez meia-volta, sem atacar.

Esta brigada, constituída por três regimentos fracos, de conscritos, a despeito de todos os esforços dispendidos por seu comandante para detê-la, fugiu em desordem, mascarando com sua fuga o fogo de artilharia que teria podido imobilizar o inimigo.

Saint-Cyr ordenou a uma bateria vizinha que atirasse sobre a brigada leve a fim de obrigá-la a desmascarar a artilharia, ou a carregar os russos.

Via-se claramente que esta brigada estava tomada de terror pânico,, pois não sentia as vantagens que poderia colher de sua força numérica e de sua posição. Ora, a experiência me tem demonstrado que só se pode curar a tropa assaltada de semelhante terror, submetendo-a a perigos maiores do que aquêles aos quais procura escapar.

A artilharia não ousou atirar sobre os franceses; os russos atropelaram Saint-Cyr, que estava numa carruagem, mas foram felizmente detidos por uma companhia de infantaria postada ao longo do muro de um cemitério.

E' preciso prever sempre incidentes análogos, porque estas espécies de terror assaltam infelizmente com muita frequência o espírito de qualquer tropa, sem que se possa attribuir a nenhuma causa os efeitos produzidos sobre homens de guerra, por vezes bastante intrépidos, antes ou depois de sua eclosão. E' quase sempre a cavalaria que provoca êsses terrores e, entretanto, ela não pode transpor paredes. (*Memórias sobre o Consulado e o Império*, do marechal Gouvion de Saint-Cyr.)

* * *

Pânico italiano em Custoza. (1866). — ... No curso desta batalha, por volta de 11 horas da manhã (24 de junho), o general Ceraie, na extremidade esquerda do exército italiano, havia lançado a 1ª brigada (1ª divisão do 1º corpo) ao ataque às alturas da Mangalia e, depois de ter ordenado que duas peças se transportassem para o sopé do monte Cricole, avançava pela estrada de Valeggio a Castelnovo, à testa de sua 2ª brigada, pronto para apoiar a 1ª.

Esta brigada (general Dho) marchava por quatro, pela estrada, como uma tropa que se vai desenvolver, sem pensar na necessidade de cobrir-se na frente; caminhava com intermitências, parando a cada dez passos, subordinando a marcha às flutuações da linha de combate.

De repente, uma tropa de cavalaria desemboca de detrás da crista do monte Criole e, descendo como um furacão sobre os italianos, atravessa a linha de atiradores da brigada que faz frente a Mangalia.

A seção de artilharia, que ia tomar posição ao pé das elevações, faz meia-volta e corre em disparada em direção à brigada que vem marchando pela estrada.

Atrás dela galepa a cavalaria austríaca: atropela, primeiro, um batalhão do 44º, que apenas tem tempo para atirar-se nos fossos laterais da estrada disparando alguns tiros de fuzil para o ar; cai no meio do estado-maior da divisão, que é derribado e dispersado, continua sua rota, e chega à testa da brigada, na qual a seção de artilharia já lançara uma desordem indizível, com sua louca disparada.

Um imenso clamor, o grito de pânico, escapa de tôdas as bôcas, e os cavaleiros austríacos, sabreando à vontade os retardatários, têm o prazer de ver aquela massa imensa de cinco batalhões lançar fôra os fuzis, as mechilas, para correr melhor, dispersando-se através dos campos e fugir, numa corrida irresistível, na direção de Valeggio.

O general de divisão Ceraie tinha sido morto por um tiro de fuzil disparado na barafunda por um soldado do 44º; o general Dho, fôra ferido com três lanças; o chefe de estado-maior da divisão estava morto, e outros oficiais do mesmo, feridos.

Houve homens que fugiram até Valeggio, a 14 Km. de distância. Foi impossível reunir a brigada nesse dia, e, ao mesmo tempo, a outra brigada teve de recuar.

Que havia, entretanto, produzido êsse incidente desastroso? Três pelotões de lanceiros da Sicília, sob as ordens do capitão Bechtolsheim, ao todo, sem cavaleiros.

Pagaram o êxito na volta, quando tiveram que atravessar o batalhão do 44º, já reunido.

Dos cem cavaleiros, regressaram dezessete, entre os quais, o capitão; o restante estava ferido ou morto.

Mas, que successo para os austríacos, e que pânico para os italianos!

Eis um pânico proveniente de uma ação de surpresa.

* * *

Primeiro pânico prussiano (18 de agosto de 1870, às 6 horas e 30 da tarde). — ... Sabe-se que, na tarde de 18 de agosto, 47 companhias prussianas, atraídas pelo abrigo que a granja de Saint-Humbert oferecia, tinham-se amontoado em torno dela, procurando occultar-se, mais ou menos, ao fogo dos franceses.

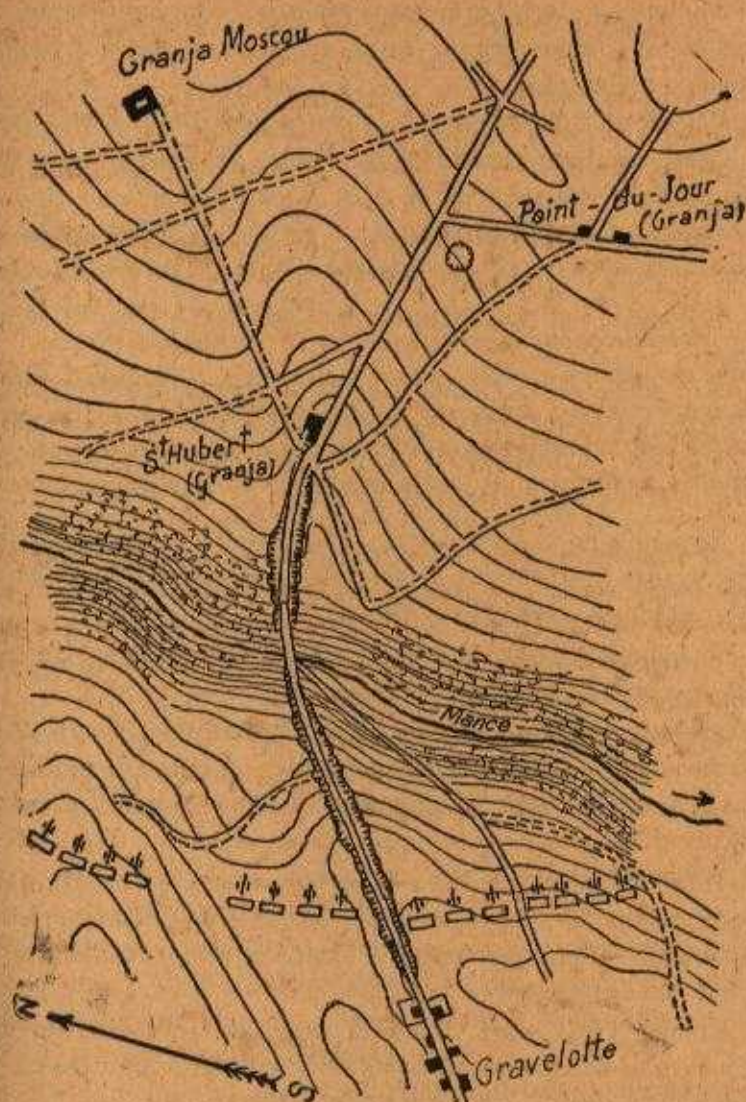
Pelas seis horas e meia da tarde, a intensificação do fogo, após longatrégua, e o movimento de algumas companhias de calças vermelhas que avançavam, produziram violenta impressão no seio dessas tropas misturadas e esgotadas física e moralmente.

Nesta massa confusa, em que só excepcionalmente se encontrava uma unidade agrupada sob o comando de seu chefe, súbitamente arrancada à quietude relativa de que gozava, foi tomada de pânico e começou a refluir para o fundo da ravina do Mance, já atulhada por isolados de todos os corpos.

... Das alturas de Gravelote, a 1.200 metros de Saint-Humbert, observava-se o espetáculo a olhos desarmados. Tinha-se a impressão de que o ataque francês progredia para a orla este do bosque e se dirigia, através deste, para Gravelotte.

A subitaneidade do acontecimento, a nuvem de poeira que o precedia e seguia, a desordem que se acabava de observar... tudo isto produziu, por momentos, na elevação de Gravelotte, um sentimento de opressão!

De repente, sobre toda a frente, ao sul da grande estrada, viu-se aparecer na orla oeste do bosque um magote de infantaria que, impelida pelo pânico, desvairada pelo terror, se precipava sobre a linha de artilharia prussiana, prestes a atirar.



Não se podia perceber, à primeira vista, se estas frações eram amigas ou inimigas.

Os homens, levados pelo terror, perdido o juízo e sem nenhuma pêla moral, corriam para a frente; podia, perfeitamente, tratar-se de franceses.

Na linha de artilharia manifestou-se certa inquietação, e, sem dúvida, olhou-se para trás; os oficiais avançaram a fim de esclarecer a situação.

Reconheceram, então, que era infantaria alemã desatinada.

Mas, em que estado! Moralmente esgotados, êsses homens corriam sem saber para onde.

Em meio dêles, os oficiais de artilharia galopavam de sabre em punho gritando que iam metralhá-los. De nada valeu.

O homem, em semelhantes circunstâncias, é incapaz de raciocinar.

Não sendo possível reunir êsses destroços, procurou-se dirigí-los para a retaguarda da linha de artilharia; não houve meio de conseguir. Arrastados pela angústia, os fugitivos corriam em linha reta para as baterias alemãs, e as atravessaram.

Só muito longe, por detrás dessa linha, acabaram por deter-se, graças aos esforços dispendidos por oficiais de tôdas as armas, desde os tenentes aos generais.

Eram cêrca de sete horas da tarde. (Extraído de Hoenig, *Vinte e quatro horas de estratégia*.)

Segundo pânico prussiano (18 de agosto de 1870, às 7 h. e 30 da tarde.) — Por volta de sete horas e trinta, produziu-se segunda confusão nas retaguardas da linha de combate prussiana.

O 9º regimento de hussardos, que se havia lançado para além da ravina do Mance, achava-se a sudeste de Saint-Humbert; fôra coberto por uma saraivada de balas tão cerrada que o coronel mandara apeiar.

Precisamente nessa situação, reunia-se ao regimento um destacamento de reservistas do mesmo, montados em cavalos de requisição, e vindos diretamente de Trêves.

O coronel constituiu com êles um quinto esquadrão que collocou ao lado dos outros.

Mas, um novo ataque prussiano (32ª brigada) contra Point-du-jour, acabava de ser repellido, e a fuzilaria aumentava de intensidade.

Para subtrair os esquadrões a êsse fogo, o coronel do 9º de hussardos mandou dar o toque de retirada.

Os hussardos viam claramente sua infantaria fazer meia-volta, e os reservistas puseram-se imediatamente ao trote.

A andadura tornou-se cada vez mais rápida; os cavalos, que não estavam habituados ao fogo, tomaram-se de medo com o barulho, e desembestaram; o esquadrão vizinho ao dos reservistas foi arrastado e arrancou com êles; e tudo isto retrocedeu para Gravelotte em marcha precipitada.

Com enorme espanto dos espectadores que se achavam perto de Gravelotte, a massa de cavaleiros desembocou em andadura furiosa da saída do bosque. No primeiro momento, todos ficaram gelados de pavor; recebeu-se tanto mais quanto, momentos antes, como se sabe, acabava-se de presenciar o espetáculo de um pânico semelhante ao sul da grande estrada.

Este foi mais difícil de acalmar. Os animais são mais velozes que os homens, têm mais fôlego; os cavalos, espantados, atiraram-se sobre os restos de diversos regimentos, que se estava precisamente em vias de reunir na grande estrada.

A' passagem dos hussardos, uma parte das equipagens de várias naturezas, e os cavalos de mão que estacionavam à direita da estrada, fizeram inopinadamente meia-volta e se lançaram igualmente na balbúrdia (pânico de cavalos).

Foi em vão que vários oficiais se precipitaram nesta multidão desvairada, de homens e de cavalos, esforçando-se por domá-los; nada conseguiram.

Hussardos, infantas de todos os corpos, cavalos de mão e ordenanças, viaturas de bagagens e outras, tudo se baralhou e abriu violentamente uma passagem para a retaguarda.

A confusão era indescritível.

Os homens e os animais haviam perdido quaisquer sentimentos; as pranchadas de sabre e as imprecações, caíam sobre êsses seres desvairados sem os abalar; somente quando faltou a respiração a homens e cavalos, foi que essa vaga furiosa se deteve e, naturalmente, só puderam ser reunidos muito longe, atrás do 2.º corpo. Alguns fugitivos só pararam nos arredores de Vicville, espalhando por toda a parte esta notícia: "Fo-

mos batidos!" (*Extraído da Revista de história do estado-maior francês, segundo Hoenig.*)

* * *

Pânico dos gregos em Larissa (abril de 1897) — ... Desde o primeiro ataque sério dos turcos, na fronteira da Macedônia, os gregos afrouxavam. Uma divisão engajada perto de Deteri resistiu pouco mais ou menos até à tarde; depois, recuou; a outra divisão, não atacada, recuou também, e esta retirada, efetuada à noite degenerou rapidamente em pânico espantoso, que não se deteve senão em Larissa, porque aí havia um rio e somente uma ponte.

Os turcos não tinham, sequer, efetuado a perseguição.

Desde então, os gregos não mais resistiram em parte nenhuma; recuaram continuamente, procurando, em vão, deter-se por algum tempo.

A confiança estava perdida.

A guerra durou um mês!

* * *

As narrativas de pânicos que acabais de ler, parecem-me suficientes para dar-vos uma impressão exata das cenas de desordem que se podem produzir.

Desejaria agora tentar fazer-vos compreender porque elas ocorrem com tanta facilidade.

Antes de desenvolver esta teoria, porém, é mister falar-vos dos caracteres particulares que as reuniões de homens apresentam, quando sob a ação de certas emoções; direi, portanto, algumas palavras sobre a psicologia das multidões.

(*Continua*)

Salve gloriosos soldados da FEB

A Alfaiataria Oriente apresenta Boas-Vindas aos seus BRÁVOS componentes, oferecendo-lhes o desconto de 5 % na Secção de Roupas FEITAS e ½ Confecções.

ALFAIATARIA ORIENTE

131, AVENIDA MARECHAL FLORIANO, 131

FATOS PSICOLOGICOS

Cel. R. B. N., da Reserva

Instituímos no número de dezembro do ano passado, nesta Revista, uma seção permanente subordinada ao título *Excertos*, no qual reproduzimos as observações atinentes à psicologia do combatente, colhidas por pensadores militares de comprovada idoneidade através dos tempos e dos povos, em seus diferentes estádios de civilização e de cultura profissional.

Nosso escopo principal é despertar, notadamente no espírito dos jovens oficiais, o interesse pelo estudo e a reflexão relativos ao mais potente e decisivo fator do moral no combate, que são as ações e reações que o perigo de morte exercem e provocam nêsse sêr "que é carne e osso, é corpo e alma, o qual, por muito forte que esta seja, não pode dominar o corpo a ponto de evitar a revolta da carne e a turbação do espírito, diante da destruição". (Ardant du Picq.).

A melhor disposição de ânimo para dominar o perigo, é conhecer suas modalidades e extensão da maneira mais completa possível. O maior perigo que o combatente tem que enfrentar e vencer, é o medo, o horror físico que nêle desperta o espectro da morte que o espreita sob mil modalidades e por tôda a parte, no campo de batalha. Ora, disse aquêlê profundo pensador militar "a coragem é o predomínio da vontade sôbre o instinto".

Então, se a funda se transformou na granada de mão, a catapulta no canhão, o carro grego ou romano no "tank", e "só o coração do homem não mudou", pois que êle continua a ser carne e osso, nervos e cérebro, — é sua energia moral, o predomínio do instinto pela vontade, que é preciso desenvolver-lhe, acima de tudo, e por todos os meios.

O oficial, por dever de ofício, e por sua honra, deve ser capaz de tirar de si próprio a energia que domina os sentidos.

ou então, "terá errado a carreira", no dizer de Ardant du Picq, pois além do mais, é nele que os homens "cravam o olhar nos momentos de perigo", e é indispensável que nem pelos gestos, nem pela fisionomia, nem pela voz, os soldados percebam a luta que lhe vai n'alma.

Servem estas considerações de exórdio à transcrição de uma carta escrita da frente da Itália por um jovem oficial o tenente, J. F. L. S., a um seu parente. E' uma carta familiar, íntima que, por isto mesmo, constitui um depoimento espontâneo, flagrante, e serve maravilhosamente para ilustrar a matéria psicológica versada na série de "Excerptos" que vimos transcrevendo. Que o autor nos releve a indiscreção, e saiba que para ela muito nos auxiliou um coração de Mãe justamente orgulhosa e feliz com a intrepidez de seu digno filho. Eis a carta:

Itália, 22/3/945.

Por aqui as coisas variam muito, sendo que o indivíduo sofre tôdas as sensações imagináveis. Os meus nervos, como os de todos que estão no front, já estão acostumados a variadíssima escala de vibrações, produzidas pelas visões dos mortos e mutilados, dos chiado das balas, traxar dos canhões, espoucamento das minas, arrebentamento dos obuzes, e outras coisas.

No tal ataque do Castelo lembrei-me daquele que disse "Treme carcassa"... Enquanto estava limpando uma estrada, fui submetido a um bombardeio de artilharia alemã bem interessante. Os tiros começaram a cair encima de um morro e vieram em minha direção. Estava deitado na estrada e perfeitamente calmo. E lá vinham êles estourando cada vez mais perto, e sem endereço. A 60 m. de mim pararam. Foram uns 200 tiros, mais ou menos, uma espécie de barragem volante. Mal me tinha levantado para recomeçar o trabalho, lá começaram de novo a dansa, e da mesma forma. Pensei logo num erro de alça ou tiro perdido que pudesse me mandar dessa para melhor.

N'um parentesis (1); é interessante como os que estão sob nossas ordens ficam de olhos pregados em nós e confiantes cumprem qualquer ordem, fazem o que se mandar. Não sei si é porque eles têm grande confiança em mim. Eu tenho um soldado, rapaz inteligente, forte, bem educado, e era quem os colegas mais respeitavam. Porém se demonstrou uma vez um pouco medroso, passando eu a observá-lo e ajudá-lo. Pois bem, um dia o cabo comandante da esquadra dêle, ótimo cabo aliás, me disse que êle só trabalhava (o soldado) bem comigo, sendo que nem o próprio general o faria ficar calmo.

E' interessante. Mas voltemos aos tiros. E lá vinham êles... O barulho era de arrepiar, fazendo o sujeito ficar meio surdo e com os tímpanos doendo. Lá pelas tantas eu comecei a tremer... Completamente em mim, senhor absoluto dos pensamentos, queria fazer parar a tremedeira e não havia jeito. Achei graça. Quando os tiros chegaram a uns 100 metros de mim foram desviados para a direita e continuaram avançando, até chegarem na estrada, que por sinal ficou toda esburacada. E isso num lugar que eu tinha passado a uns minutos. Foi de arrepiar! Por fim voltou a calma e eu parei de tremer, e continuamos o trabalho. No dia seguinte eu estava com o corpo como se tivesse levado uma surra e todos os meus soldados idem. Parece que a tremedeira foi geral... No entanto êstes momentos são compensados pela tal italiana. Seu Roberto, não queiras saber; que garota bonita. E' uma morena de olhos verdes que dá arrepios. Tive a sorte de cair-lhe nas graças, a ponto dela querer vir comigo, para o front. Não faço isso porém, por-

(1) Esta observação do Ten. S..., é uma bela confirmação do que diz o Gen. Daudignac: "E vereis, então, o quanto vale em campanha o soldado que estima seu chefe e nêle confia. Sentireis seus olhares, fixados sobre vós, consultando-vos o que é preciso fazer, sobretudo nos momentos difíceis, e, muito embora nesses momentos fale a besta humana, e o instinto de conservação o angustie, a massa há de seguir-vos se tiverdes sabido incutir-lhe a vontade de cumprir com seu dever." (Exertos), revista de Junho — N. da R.).

que ia ser uma trapalhada dos diabos. No entanto confesso que nada haveria de melhor. E quem não se sentiria tentado ao ouvi-la dizer chorosa "O tesoro, portame com te". "Seu" Roberto, que situação!... Porém, calmamente mais uma vez nos despedimos, e lá vou eu tremer de novo. Só rindo.

Este final não é somente delicioso, é também bastante significativo. Ditosa a mocidade que abriga no coração as reminiscências lendárias do espírito do "cavaleiro andante", que se batia pelo amor de sua dama... Mãe, filha, esposa ou simples companheira, nunca se esqueça a Mulher de que é um poderoso fater da força moral, que pode fazer do homem um herói!

* * *

Servimo-nos da oportunidade para solicitar encarecidamente aos oficiais que ora retornam a guerra, que forneçam à nossa Revista uma das mais preciosas colaborações: — suas impressões, observações, de tudo quanto possa constituir ensinamentos sobre as realidades do campo de batalha: instrução, meios de ação, fraquezas, heroísmos, deficiências, abnegação, sem esquecer que são justamente os erros ou deficiências que maior soma de ensinamentos podem facultar, porque permitem prever e corrigir. Em nenhuma outra forma de ação, que no combate, cumpre notar e registrar com sinceridade a verdade honesta, porque o falso pudor que encobre as falhas e os erros, pode gerar consequências funestas e irremediáveis, de futuro, pois não orienta a obra de aperfeiçoamento e de previsão. O que vai bem, marcha por si, carece de correções. Por outro lado, visamos aqui conhecer o homem, e não as grandes linhas das operações, porque nestas, as manifestações do indivíduo se fundem na coletividade. Ora, a observação do homem deve estar presente ao espírito dos que viveram as horas angustiosas da espera e da ação. Daí, o nosso apêlo.

As Minas na Guerra Atual

Pelo 1.^o Ten. J. F. L. SERPA

"Iniciamos hoje uma série de artigos sobre o emprego das minas na guerra atual. São da lavra do jovem oficial José de Feritas Lima Serpa, do Regimento Sampaio, sobre cuja ação na guerra o Major Nelson Rodrigues de Carvalho, do Regimento Sampaio, compôs o belo artigo que em seguida transcrevemos. Este artigo foi publicado em "A Noite" desta capital, de 11 de Maio do corrente ano".

"Eis aqui um trabalho em que só se erra uma vez.

Tais foram as palavras com que o instrutor de minas americano, iniciou seu curso, em Fort Benning, dirigindo-se aos oficiais brasileiros ali estagiários. O trabalho em si, tecnicamente, é de fato dos mais perigosos. Acrescente-se, entretanto, que a colocação ou retirada das minas no quadro tático, têm que ser feitos normalmente à frente das posições, às margens da terra de ninguém, quase sempre à noite para furtá-las à observação inimiga. Não raro, o pelotão de minas de infantaria é surpreendido em sua silenciosa tarefa pela artilharia e os morteiros e então é a morte dos dois lados...

Sem dúvida mais perigosa é a retirada das minas localizadas com auxílio de um detetor; qualquer descuido é fatal e o inimigo tem sempre seus campos minados sob cuidadosa observação. O trabalho é realizado em geral à noite mas a qualquer hora quando se trata de atacar ou abrir caminho a um êxito, de vez que é preciso assegurar aos pelotões que avançam os reaprovisionamentos e as evacuações. E se é verdade que o inimigo retira, sua artilharia pôde ainda atirar, e o faz quase sempre.

E', pois, das mais perigosas tarefas a missão dos Pelotões de Minas; exigem golpe de vista, audácia e técnica. Nelas, só se erra uma vez...

E foi de tais missões que se desincumbiu o tenente José Serpa, antes, durante e depois do ataque vitorioso de Monte Castelo. Jovem, dinâmico e competente, quando nossos batalhões se lançaram à exploração e consolidação do êxito, Marano abaixo, já o pelotão de Minas (cap. Tércio) lhes precedera, tresnoitado e esfalfado do esforço de subidas e descidas, a lhes liberar as vias de acesso às novas posições do boche, derrotado e em fuga, sim, mas sempre agressivo. Não lhe faltou sequer a "visita" da artilharia tedesca como aconteceu na região de Ponte do Malandrone, obrigando-o a paralizações repetidas do árduo trabalho. Mais tarde, passou êle o prosseguimento da tarefa ao nosso glorioso 9.º Batalhão de Engenharia, com o qual colaborou, ainda, proveitosamente, causando admiração aos próprios engenheiros sua atividade e seus conhecimentos: não lhe escaparam até minas de novo tipo, desconhecidas, que retirou com coragem e técnica, às calcanhas do inimigo que retirava.

Pelo seu dessassombro no campo de batalha, mereceu de seu sereno comandante de Cia. (cap. Tércio), a referência que ora se lê: "Agindo sempre em proveito dos Btls. de ataque, desenvolveu o tenente José Serpa um trabalho notável na limpeza das estradas e levantamento dos campos minados, permitindo assim a progressão livre à infantaria e o trânsito dos veículos de reaprovisionamento". E acrescenta: "Enfrentando não somente o perigo traiçoeiro das armadilhas e minas desconhecidas, mas também barragens violentas, de morteiro e artilharia, nada o impediu no cumprimento das missões que lhe foram atribuídas, executando-as com grande pericia e exatidão pondo sempre à prova o seu valor profissional e muita coragem".

Na concisão desta redação militar, há, porém, todo um quadro épico de ação, energia e destemor, a aureolar a simpática figura de um jovem tenente que veio à guerra para nela afirmar, esplendidamente, a sua vocação militar, honrando, do mesmo passo, a forja em que se temperou, a Escola Militar de Realengo, e a unidade em que se aprimorou, o Regimento Sampaio.

Um hurrah aos bravos "caça minas" da companhia Anti-Carros! E um hurrah ao tenente José Serpa, seu intimorato guia em Monte Castelo!

Aí está a apresentação. Agora, os artigos do Tenente Serpa.

MISSÃO PARA MINAR

S u m á r i o

1) Recebimento da ordem:

- a) por intermédio de quem é feito;
- b) emprego em favor de um Btl. ou do Reg. propriamente dito.
- c) a quem cabe normalmente a responsabilidade do trabalho.

2) Missão :

- a) escrita e verbal;
- b) confirmação, por escrito, da verbal;
- c) por quem é dada.

3) Apresentações :

- a) finalidade
- b) quando devem ser feitas.

4) Reconhecimentos :

- a) utilidade
- b) finalidade
- c) variedades
- d) por quem deve ser feito.

5) Plano de execução do trabalho :

6) Preparativos para a execução :

- a) providências sôbre meios de transporte
- b) providências sôbre alojamento e comida dos homens
- c) providências sôbre material

* * *

7) Execução :

- a) deslocamento para o ponto de partida
- b) apresentações
- c) proteção
- d) revisão do material
- e) deslocamento para o local de trabalho
- f) distribuição das missões
- g) recomendações finais
- h) fiscalização durante o trabalho
- i) o que deve ser feito depois do trabalho terminado
- j) regresso
- k) apresentações finais

8) Relatório :

- a) finalidade
- b) por quem deve ser feito
- c) quando deve ser feito
- d) a quem deve ser entregue;

MISSÃO PARA MINAR

1) Recebimento da ordem :

Por intermédio do cmt. da C.C.A.C. o Pel. de Minas do R.I. recebe as ordens para trabalhar em proveito de um Btl., à disposição do qual ficará, ou em proveito do R.I. propriamente dito :

1º caso: Todo o trabalho de minas num Btl. deve ser feito pelo Pel. de Remunt d'êste Btl. Caso êste, por determinadas

circunstâncias, não o possa fazer, o Btl. pede ao R.I. um auxílio de uma esquadra, duas ou mesmo todo o Pel., que poderá ser fornecido pelo Pel. de Minas., a critério do comt. do R.I.

Este trabalho pôde ser:

— minar a frente, retaguarda ou flanco dos elementos do Btl.

— minar bréchas entre êstes elementos.

— minar estradas que dêem neste Btl.

— etc.

2º caso: o Pel. de Minas trabalha em proveito, normalmente, do R.I. ou de seus órgãos. Este trabalho pôde ser:

— proteção do P.C. do R.I.

— proteção dos órgãos regimentais.

— Proteção dos flancos do R.I.

— minar bréchas entre Btls.

— minar o interior do dispositivo do R.I.

— etc.

Nota: o Pel. de Minas poderá ser auxiliado pela Engenharia Divisionária.

II) Missão:

Esta é fornecida, ao comt. do Pel. de Minas, por intermédio de uma ordem, escrita ou verbal, caso em que, posteriormente deverá ser confirmada por escrito.

Esta ordem, ordem de lançamento, é fornecida pelo comt. da fração interessada, nela devendo constar os pontos a minar.

III) Apresentações:

Estas visam:

- a) pôr o dirigente do trabalho ao par dos detalhes da missão, que serão especificados ou pelo comt. do

- R. I., do órgão regimental, do Btl., da Cia., ou do Pel. em proveito do qual irá trabalhar.
- b) Acertar os detalhes sobre alimentação, alojamento, reconhecimento, execução de trabalho e proteção destes elementos.
 - c) terminado o trabalho, pôr os interessados ao par dêste, que será detalhado posteriormente no relatório.

IV) Reconhecimentos:

O reconhecimento, caso seja exequível, e haja tempo, é imprescindível, em virtude dos perigos que poderão surgir para os executantes e tropas protegidas, no lançamento improvisado e apressado.

Deve ser feito de dia e no local a minar, caso em que terá a sua máxima eficiência. Se não fôr possível no local, à distância, já facilitará a missão, assim como se puder ser feito só à noite.

Caso seja inexecuível, aos dados que puderem ser colhidos, deve ser acrescida uma grande margem de segurança, afim de evitar surpresas, que poderão retardar ou impossibilitar o cumprimento da missão.

O reconhecimento, de modo geral, deve ser feito pelo dirigente, pelo executor, pelo cmt. da fração interessada e pelo desenhista. Por exemplo: pelo cmt. do Pel. de Minas, cmt. da esquadra que vai executar o trabalho, cmt. do pel. de fuzileiros e pelo cabo desenhista do Pel. de Minas.

Sua finalidade é facilitar ao dirigente do trabalho, a confecção do plano de execução.

Os principais pontos a notar, são:

- a) itinerários a seguir pelos executores, podendo um guia solucionar este problema.
- b) localização aproximada do campo, que é função da idéia do chefe, do terreno, das armas que baterão

este campo, se fôr o caso, e margem de segurança para as tropas amigas quanto aos estilhaços das minas que porventura vierem a funcionar.

- c) dimensões do campo.
- d) número aproximado de minas necessárias, que deve ser acrescido de um terço do total.
- e) efetivo necessário ao trabalho.
- f) condições do terreno (terra, neve, pedregoso, sujo, limpo, etc. . .).
- g) possibilidade do trabalho ser diurno ou noturno.
- h) dados necessários ao esboço da confecção do relatório.

Do jôgo das vantagens é que se decidirá se o trabalho será de dia ou de noite.

De dia, este poderá ser localizado pelo inimigo e ainda os executores hostilizados. Será no entanto de mais fácil execução principalmente se se lidar com minas contra-pessoal.

De noite, poderá ser feito em sigilo, sendo porém de execução mais difícil e perigosa, pois as operações necessárias para a colocação das minas, não poderão ser bem visíveis, para quem as coloca. Principalmente se a noite fôr muito escura e se houver neve, caso em que o homem perde a sensibilidade nas mãos.

V) Plano de execução:

Após o reconhecimento, ou equivalente, já estamos de posse dos dados necessários para a confecção do plano de execução.

Nêle se prevê:

- a) deslocamento para o local, hora em que será iniciado, se será feito a pé ou transportado, itinerário a seguir.
- b) hora em que o trabalho será iniciado.
- c) efetivo a trabalhar.
- d) hora provável de terminar.
- e) regresso.

VI) Preparativos para a execução:

- a) meios de transporte: designar o, ou os motoristas, as viaturas, ordenar o preparativo destas, ponto em que deverão ficar e hora.
- b) alojamento e comida para os homens; inspecionar aquêles e providenciar quanto a esta.
- c) material; estabelecer o uniforme, equipamento, armamento individual, se fôr o caso, pois geralmente o trabalho é feito desarmado, providenciar quanto às minas, escolher os homens tendo em vista as qualidades necessárias ao trabalho, etc.

VII) Execução:

Após o deslocamento para o ponto de partida e as respectivas apresentações, nas quais se estabeleceram os detalhes referentes à proteção, deve ser feita uma revisão geral do material. A proteção poderá ser fornecida ou por fôgos previstos ou por patrulhas de cobertura.

Tudo pronto, inicia-se o deslocamento para o ponto de trabalho, onde são distribuídas as missões minuciosamente, fazendo-se as recomendações necessárias sobre silêncio, cuidados a tomar com as minas, conduta ao surgir um incidente com estas, e, principalmente, conduta em caso de aproximação ou ataque inimigo.

Iniciado o trabalho, o responsável deve-se manter em constante fiscalização, não só para prevêr incidentes como também para verificar se, terminado o trabalho, este foi honestamente feito.

O descuido, o receio ou a ignorância, podem fazer com que, ao ser lançada a mina, esta não fique em condições de funcionar.

Pronto o lançamento, o desenhista termina seu levantamento sumário, que às vezes tem de ser feito de memória, enquanto é feita uma nova fiscalização geral, e os executores se preparam para regressar, tendo o cuidado de não deixarem nenhum vestígio quanto à existência de minas no local.

No regresso são feitas as apresentações necessárias, quando se deve informar quanto à localização sumária do campo, aos interessados.

VIII) Relatório:

E' o documento feito pelo dirigente e responsável pelo trabalho, no qual todos os detalhes sobre este são especificados.

Seus detalhes devem ser suficientes para que a remoção do campo possa ser feita, mesmo à noite, quando se torna particularmente difícil. E' como um guia, para quem fôr retirar o campo.

Sua confecção e entrega deve ser a mais rápida possível.

A entrega a quem comanda a fração em frente à qual está situado o campo, ou para quem foi feito o trabalho, é feita por intermédio do cmt. da C.C.A.C., que a encaminha para o R.I., de onde chega às mãos do destinatário.

Uma cópia fica com o responsável pelo trabalho.

Tarragó Martinez & Cia. Ltda.

FABRICANTES DE CONSERVAS DE PEIXE

SARDINHAS «COQUEIRO» E «GUANABARA»

MATRIZ:

R. CEL. CANDIDO FARIA, 95/195

PORTO DA VALA

TEL. 2-2212

S. GONÇALO-E. DO RIO

FILIAL:

RUA DOS INVALIDOS, 31

End. Teleg. «Coqueiro»

TEL. 42-6633

RIO DE JANEIRO

ESCLARECENDO UM FATO

Rio de Janeiro, 10 de abril de 1945.

Señor Redator Jefe de la Revista "A Defesa Nacional".

RIO DE JANEIRO.

De mi mayor consideración:

"A Defesa Nacional, tribuna de prestigio de las clases armadas del Brasil, publicó en el número correspondiente al mes de setiembre de 1944, como editorial, un resumen biográfico del General Cámara. Haciendo referencia a ese editorial, el distinguido Coronel Rinaldo Cámara señala "algumas incorrecções que estão a exigir rectificação", en un artículo que A DEFESA NACIONAL" publicó en su número de diciembre de 1944.

"Outro ponto a elucidar e êste mais grave", dice el coronel — "refere-se á versão geralmente tão adulterada sôbre a morte do Marechal López". Luego con el plausible propósito de aclarar ese punto, com documentos exclusivamente de la época, recurre a las palabras del propio General Cámara, reproduciendo los párrafos finales del parte de combate fechado el 13 de marzo de 1870, y una carta del mismo General dirigida con fecha 21 de abril del mismo año a "La Nación" de Buenos Aires, y publicada en el número 97 de ese diario, del 4 de maio de 1870. Como broche final reproduce también un tercer documento, de igual origen, sobre el mismo assunto, y que consiste en una publicación hecha por el General Cámara, diez años después del episodio de Cerro Corá, el 8 de marzo de 1880, como una réplica a la versión emitida sobre la muerte del Mariscal en la conocida obra de Schneider, "La Guerra de la Triple Alianza".

OTRO DOCUMENTO QUE MERECE PUBLICACION

Ahora bien: ya que se trata de hacer valer exclusivamente documentos, creemos que ellos, cuando abundan, siempre se complementan, con tal de que provengan de la época y, sobre todo, sean de actores decisivos en los sucesos del pasado que hoy se trata de dilucidar. Desde este punto de vista adquiere especial valor una carta del Coronel Silva Tavares que fuera publicada, de inmediato, en respuesta, precisamente, a la réplica del General Cámara del 8 de marzo de 1870.

Qué papel desempeñaba el Coronel Silva Tavares en la batalla de Aquidabán? En su carta a "La Nación" el General Cámara nos da la respuesta:

"Viémos (López) cuando salíamos al campo raso sobre las mismas guardias de su campamento, cuando rompíamos a través de la metralla de sus últimos cañones, cargando simultáneamente los bizarros lanceros del *denodado* Coronel Silva Tavares, los bravos carabineros de los valientes Martínez, Marques Xavier y los pocos peros gallardas bayonetas del distinguido Mayor Peixoto".

Basta esta mención de la participación en la batalla del Aquidabán del Coronel Silva Tavares para que el documento de este Jefe adquiriera todo el especial valor que aquí le damos. La reproducción de ese documento nos parece una necesidad cuando se trata del "otro ponto a elucidar, a este mais grave" referente "á versão geralmente adulterada sobre a morte do General López".

Acompaño el documento del Coronel Silva Tavares, en copia fotográfica de un diario del Brasil, en la imposibilidad de remitirle el número de "A Manhã" en que fuera reproducida como una pieza documental muy poco divulgada.

NADIE HUYÓ EN AQUIDABAN

El Mariscal Francisco Solano López, rodeado de oficiales y tropas, los últimos que le restaban de su ejército, ofreció combate a sus poderosos atacantes "mandando cargar a sus briosos

soldados, haciendo lucir al sol la hoja de su espada". (General Cámara en carta a La Nación). De que "el Dictador comprometiera su persona" de esa manera, porque no tenía "tiempo de huir", es una mera suposición del General Cámara. Cuando la suposición se contradice con el hecho militar, el hecho prevalece como única verdad para la historia.

Al ser alcanzado por los atacantes, el grupo que rodeaba a López entó en combate, y "houve um pequeno entrevero" dice Silva Tavares, y de ese entrevero salió el Mariscal López herido, diciendo de él Chico Diabo e Francisco de Iacerda, "vai lanceado en la barriga". (Carta de Silva Tavares).

La palabra ENTREVERO viene de la acción de los combatientes antiguos. En el mismo número de "A DEFESA NACIONAL", de Diciembre del 44, en la página 164, en una traducción del Coronel R. B. N. se lee: "A expressão ENTREVERO... significa cruzamento de armas e não entrevero de homens". El Mariscal López fue herido mientras huía, como repiten tantos historiadores con olvido de la justeza necesaria en las palabras, es una apreciación que vive por repetida y muere por absoluta falta de fundamento.

Probado queda de este modo que el Mariscal López jamás trató de huir. El que huye no ofrece combate. Ya herido, en combate, de un lanzaso, abandonó su caballo, y se dirigió para el arroyo, siempre combatiendo, en cuya orilla izquierda lo encontró el General Cámara, viendo que estaban junto al Mariscal "dos oficiales que murieron con la espada en mano guardándole los últimos momentos". (General Cámara)

La verdad es que nadie huyó de entre los que rodeaban al Mariscal en la última batalla. Nadie se rindió. Desde el joven Coronel Panchito López, héroe magnífico de 20 abriles, hijo del Mariscal, hasta el octogenario vice presidente Sánchez, todos sucumbieron en la última batalla, sin renunciamiento al deber, ante la voz de intimación del adversario.

"PARAGUAYOS HASTA LA MUERTE"

Se repetía así, en Cerro Corá, como confirmación olímpica del temple de una raza, lo que se verificaba en todas las batallas: los paraguayos eran paraguayos hasta la tumba. Y para que el Sr. Redactor Jefe no sospeche en mis palabras una mera exaltación ante el sagrado recuerdo de nuestros muertos, traeré aquí otro documento: esta vez de otro actor brasileiro en la contienda, por demás ilustre, y por tantos motivos merecedor de la veneración que su solo nombre despierta en el Brasil, patria hoy tan hermana de la nuestra. Nombro a Benjamin Constant.

En una carta fechada el 7 de julio de 1867, remitida desde el teatro de operaciones, Benjamín Constant, que actuaba en el Cuerpo de Ingenieros, "pinta un cuadro de la leonina bravura paraguaya", conforme reza la expresión del comentarista brasileiro, y que puede verse en una edición de la Biblioteca Militar, volume XXV, página 42.

"En este combate (Tui-cué) — dice la carta — los paraguayos mostraron cuanto son de valientes y de fieles a López; mueren pero no se rinden. En un pequeño encuentro que hubo en el día siguiente vi cuántos son bravos y fanáticos por el Supremo Gobierno estas desgraciadas víctimas del despotismo de López. Se dio lo siguiente: un piquete paraguayo compuesto de diez soldados, al comando de un oficial, que completamente cercado por un cuerpo de caballería de Osorio; cerraron y apretaron el círculo y el comandante les intimó que se rindiessen, que no serían muertos. Las lanzas y las espadas de nuestros soldados reflejaban al sol, y en cada una veían los paraguayos pintada la muerte que les esperaba si tentasen resistir o no quisieran entregarse; mas en medio de aquel círculo de espadas y lanzas que se apretaban cada vez más, delante de la muerte, aquellos hombres heroicos seguían fieles al juramento prestado a su despótico jefe; no se olvidaban de las órdenes recibidas; este juramento, estas órdenes, tenían para ellos mas valor que la vida, y respondieron que no se entregaban porque no tenían órdenes del Supremo Gobierno; el comandante de nuestras fuerzas les repetía que entonces serían

mueritos, y respondieron con la mayor calma: MORIREMOS, mientras el oficial que los comandaba agitando la lanza gritaba a sus soldados: "NO SE RINDAN USTEDES, SEAMOS PARAGUAYOS HASTA LA TUMBA". Entonces comenzó la escena mas horrorosa que se puede observar: las cabezas de unos eran arrancadas del tronco a un solo golpe de espada; las otras, abiertas a espada, arrojaban los sesos a distancia, mientras otros combatientes eran arrancados de cima de los caballos, atravesados por las lanzas... y dentro de poco no había mas que un montón de cadáveres..."

Así acabaron los diez paraguayos, siendo paraguayos hasta la tumba. Así escribió, en prosa desaliñada bajo la impresión de aquel espectáculo, un testigo insospechable. Así los vio morir a esos paraguayos el que fuera después el mas brillante profesor del mas alto instituto militar del Brasil, fundador de la República: Benjamín Constant. Así puede ver-se entre la escena de Tui-cué y la escena de Aquidabán una perfecta consonancia. Así morían los soldados del Jefe Supremo. Así murió el Jefe Supremo con sus últimos soldados.

CONTRADICCIONES DEL GENERAL CAMARA

El General Cámara, en su carta a LA NACION cuenta que los atacantes del Mariscal, al ver a éste dejar su caballo, "apeáronse también empezándole a tirar casi sin descanso... y esas balas fueron las que pusieron término a los días del Mariscal López, hiriéndole en DOS partes mortalmente". Pero en su parte detallado del 3 de marzo de 1870, ya había afirmado que "herido, desanimado, exhausto" se apeó del caballo. Y, cuando diez años después replicaba a Schneider, el mismo General Cámara decía que "tinha o Marechal um ferimento de bala no baixo ventre" y que esa herida la había recibido al querer trasponer el arroyo. De la lectura de los tres documentos se llega a constatar tres contradicciones:

1. — López, ya herido, desanimado, exhausto, se apeó del caballo.

2. — Después de apeado, López, del caballo, los perseguidores, "hirióle en DOS partes, mortalmente".
3. — Tenía el Mariscal "um ferimento no baixo ventre".

LA PRECISION EN EL RELATO DEL CORONEL SILVA TAVARES

Intimidado el Mariscal para rendirse al comandante de las fuerzas enemigas respondió "muero por mi patria con la espada en la mano". "En esa ocasión — dice Silva Tavares — tomándosele del puño para ser desarmado, recibió la región dorsal una herida de bala". Lo que quiere decir que fue herido nuevamente después de intimidado y cuando el Mariscal, sin desprenderse de su espada, era ya asegurado del puño.

El Coronel Rinaldo Cámara llega a la conclusión de que con los tres documentos dejados a la posteridad por el General Cámara *no se confirma ni se destruye* lo afirmado por el mismo General, "isto é, que em sua presença López não recebeu nenhum ferimento". No se confirma ni se destruye. No es verdad ni es mentira que el Mariscal fue herido después de intimidado, en presencia del General. Hay muchas contradicciones en los tres documentos de un mismo origen, pero hay una prueba de valor absoluto de que el Mariscal tenía dos heridas, y no una, como afirmó después, contradiciéndose a sí mismo, el General Cámara. Llamamos prueba de valor absoluto a la constatación hecha a pedido del mismo por los médicos del Ejército que examinaran el cadáver del héroe. No hay contradicción, entre una y otra. Al determinarse que la herida del bajo vientre no era de bala, y que fue producida por un lanzazo, la otra herida, la de bala, tenía que ser posterior, y sería ella, entonces, la recibida al querer arrancarse la espada del puño del Mariscal. No podemos cerrar los ojos a la verdad de que las heridas del Mariscal fueron dos, y no una como dice el General Cámara en 1880, diez años después de haber afirmado en carta a LA NACION que el Mariscal López fue herido en dos partes mortalmente. Para nosotros, lo único cla-

ro e invariable en los documentos desechados por el General Cámara es la afirmación de que el Mariscal murió de herida de bala. En cuanto a la otra herida, dice Silva Tavares: "... por mis propios ojos verifiqué que López tenía en el bajo vientre una ancha herida de lanza. Y para certificarme de la gravedad y de los resultados que podría producir, pedí a los ilustres médicos, doctores Costa Lobo y Barbosa Lisboa, que examinaran el cadáver del dictador y se expidieran sobre a naturaleza de las heridas recibidas".

Silva Tavares tenía interés en averiguar la realidad de la herida producida por el lanzazo de Chico Diabo, porque mediaba una promesa anterior de él consistente en "dar cien libras a quien llegara a matar a López en combate".

El General Cámara, no menciona la herida de lanza sino la herida de bala.

No puede negarse que en las afirmaciones del Coronel Silva Tavares hay todo lo que falta en las del General Cámara: uniformidad, coherencia y precisión.

GRANDEZA DE UNA MUERTE

Las tres contradicciones del General Cámara, que quedan anotadas mas adelante, alguna cosa dejan sin aclarar, pero jamás llegaron a ocultar la grandeza de la forma en que supo morir el jefe paraguayo, como ningún otro sobre la tierra, llámese apóstol o tirano en la nomenclatura de los héroes máximos de la historia.

Veamos cuándo y dónde, el propio General Cámara contempla esa grandeza. Fue cuando llegó junto al Mariscal López, a quien lo vio "caído junto al río, apoyando el cuerpo sobre el brazo izquierdo, y teniendo en la mano derecha la espada desenvainada".

"Entonces diciéndole quien era le intimé que se considerase prisionero, garantiéndolo la vida".

"El Mariscal me respondió que no se entregaba, que moriría por su patria, y jugóme un golpe".

"Me dirigí de nuevo al Mariscal, repitiéndole la misma intimación, recibiendo de él la misma respuesta".

"Entonces, llegando a su lado un soldado del 9º batallón de infantería, le ordené que le arrancase la espada: el soldado, obedeciéndome, la tomó por el puño para arrancarla".

"Era de cierto, necesario esfuerzo, y por la posición en que se hallaba el Mariscal cayó en el río, dentro del cual tenía los pies: el cuerpo quedó debajo del agua, pero levantó todavía sobre ella la cabeza, muriendo enseguida".

En su carta a "La Nación", el mismo General Cámara relata el episodio de este modo, y rinde al héroe la justicia póstuma :

"Inclinándome para poder tomar la espada que conservaba en la mano, desenvainada, hice un ademán de herirme con ella, y me respondió con voz arrogante y firme *que moría con su espada en la mano y por su patria*".

Y escribe aun el General Cámara estas palabras que hoy resuenan en el tiempo como un homenaje al héroe, cuya gloriosa muerte no fue posible mancillar por nadie ni por nada :

"Debo a mi honra de soldado, a mi nombre, como a mi patria, debo a la verdad de la historia y a mi conciencia el testimonio auténtico de que el Mariscal López murió con grande entereza y presencia de espíritu".

CUADRO MAGNÍFICO

Es al General Cámara a quien hemos recurrido, y no a ningún historiador posterior, para ofrecer en pocas líneas el relato del fin de un héroe.

Cuanto mas pasa el tiempo, más el tiempo se llena del espectáculo de esa muerte épica.

No falta a documentación tan categórica el diseño a toda luz, que transportó a la posteridad, la imagen prometeana. Las pupilas de un pintor que habría querido para sí la gloria de eternizar en lienzo una tragedia de Esquilo, asomaron en el alma del jefe de los lanceros atacantes del Mariscal :

El General Cámara encontró a López "recostado sobre la barranca del río — dice el Coronel Silva Tavares — con parte del cuerpo metido en el agua, con la espada en la mano, atravesada sobre la cabeza, asegurando la punta de la espada con la mano izquierda".

Yo espero ver, todavía, reproducida esta imagen en la decoración mural del Palacio de López de Asunción.

COMO PUNTO FINAL

Creo que la carta del Coronel Silva Tavares, complementa, de modo necesario los documentos del General Cámara. No he traído a colación otros documentos, sino el de Silva Tavares, por trata se de una respuesta a las afirmaciones del General Cámara, publicadas en 1880. Creo no haber abusado de palabra en modo alguno que pudiese lastimar nuestros legítimos intereses históricos, toda vez que esos intereses se hallen defendidos por la propia verdad de los documentos aducidos, exclusivamente de la época y exclusivamente de origen brasileiro.

Saludo al Sr. Redactor con toda consideración.

Leopoldo Ramos Giménez

* * *

VIDA MILITAR

O cel. Silva Tavares contesta o gen. Cámara esclarecendo certos pontos da morte de López

Em 3 de Março de 1880 o general Cámara, em artigo num jornal de Porto Alegre, narrou a morte de López, negando a versão do lançamento de Chico Diabo. O coronel Silva Tavares veio imediatamente ao debate reiterando o seu depoimento anterior e aduzindo documentos definitivos. Eis a sua palavra:

"Coube-me a honra de comandar a vanguarda das forças que encontraram em seu antro as forças do ditador, e, sem que pretenda fazer uma descrição do combate que se travou,

referirei unicamente o que tem relação com a morte de Solano Lopez”.

“Na ocasião em que se aprontavam as forças para o combate, mesmo na presença do general Câmara, eu disse :

“Dou cem libras a quem matar Lopez em combate”.

“Depois de empenhada a luta, sentindo eu a falta de cavalaria, voltei a galope pela picada onde vinha o general Câmara, que, ao avistar-me, perguntou: — O que quer? — Respondendo: — Cavalaria à frente! — O general mandou dar o respectivo toque e eu voltei imediatamente. Ao chegar à barranca, vi nossos soldados atravessando o rio, e eu o transpuz também, saindo da picada já para os lados do acampamento de Lopez; mandei o major Joaquim Nunes Garcia e meu Estado-Maior pela estrada de Chiriguelo, única saída do ditador, e fiquei só na boca da picada, reunindo alguns soldados dispersos, que se retiravam a pé do combate. Quando tinha cerca de 30 homens reunidos, appareceu uma força comandada pelo general Delgado, que ficou prisioneiro; mandei por esses poucos bravos fazer fogo e carregar, levando-os completamente de vencida”.

“Quando cheguei ao rancho de Lopez, o avistei rodeado por officiais, e de perto perseguido pelo major Joaquim Nunes Garcia, capitão Antonio Cândido de Azambuja e meu Estado-Maior. Ao alcançá-lo os nossos companheiros, houve um pequeno entrevero; Lopez entrou no mato, dizendo nessa ocasião Francisco Lacerda (Chico Diabo): “Vai lanceado na barriga”.

“Chegou então o sr. General Câmara, perguntando por Lopez, ao que responderam: “Entrou aqui”. E repetiu Lacerda: “Lanceado na barriga”.

“Então o brigadeiro apeou-se, entrou no mato, e não muito longe encontrou Lopez, recostado sobre a barranca do rio, com parte do corpo metido nágua, com a espada na mão, atravessada sobre a cabeça, segurando a ponta da espada com a mão esquerda”.

"Intimado Lopez para render-se ao comandante da força, respondeu já com dificuldade: "Morro por minha pátria com a espada na mão", deixando-a cair para o lado do general brasileiro. Nessa ocasião, tendo-se-lhe puxado o punho para ser desarmado, recebeu sobre a região dorsal um ferimento de bala. Em vista do dito de José Francisco Lacerda e da promessa que fiz antes do combate, fui pessoalmente examinar o cadáver de Lopez, que, por ordem do general, fora recolhido ao rancho que lhe servira de morada; e pelos meus próprios olhos verifiquei que Lopez tinha no baixo ventre um largo ferimento de lança. E, para cerificar-me de sua gravidade e dos resultados que poderia produzir, pedi aos ilustres médicos doutores Costa Lobo e Barbosa Lisboa, que examinassem o cadáver do ditador e atestassem a natureza dos ferimentos recebidos".

"Além do atestado que esses ilustres facultativos me entregaram, disseram-me que o ferimento de lança era mortal, e que se Lopez não estivesse dentro d'água, não o teríamos encontrado vivo".

Indústrias "CAMA PATENTE L. LISCIO" S./A.

A maior fábrica de camas da América do Sul

Legítima só com a faixa azul!

Grande
fornecedora
dos Exércitos
Nacional
e Americano



Matriz: Rua Rodolfo Miranda, 97 - S. Paulo

Filiais: RIO DE JANEIRO - Rua Figueira de Melo, 307 — Loja:

— Rua 7 de Setembro, 177.

— BELO HORIZONTE, RECIFE, BAHIA, PORTO ALEGRE e

— PELOTAS.

Agências: MANAUS, BELÉM DO PARÁ, FORTALEZA, NATAL e

— MACEIO.

RABALHOS DE SALVAMENTO E UM C-54, APÓS UMA TERRISSAGEM FORÇADA

Pelo Capitão V. J. Thompson, do Corpo de Engenheiros
Traduzido da revista *The Military Engineer*, de Outubro
de 1944, pelo Cel. Paulo Mac Cord.

No outono de 1943, um avião cargueiro C-54, do "Air Transport Command", foi obrigado a descer, com o respectivo rem de aterrissagem recolhido, em um terreno pantanoso, distante cerca de 100 quilômetros de Georgetown, Demarara, Guaiana Inglesa, na direção noroeste. Graças à habilidade do piloto e às condições naturais do solo, o aparelho não sofreu avarias sérias. O seu valor monetário, acrescido da falta que ia fazer no serviço de transportes, justificava sua recuperação, e o Distrito de Engenharia de Trinidad foi autorizado a realizar o seu salvamento. Cinquenta dias depois, estava o avião em condições de prosseguir o seu voo até uma base militar próxima.

O C-54 foi encontrado em uma área inundada, que, provavelmente, na estação chuvosa, constituía o fundo de uma bacia, porquanto, segundo afirmaram os nativos moradores das vizinhanças, o ponto onde jazia o aparelho ficava, no começo da estação citada, a metro e meio abaixo do nível das águas. A duzentos metros ao norte do local existia densa mata, com árvores de grande e pequeno diâmetro e muito cipó. Mais ao norte, a 400 metros para dentro da mata, encontrava-se o igarapé Ituribisi pequena corrente sujeita à influência das marés

e desembocando no rio Essequibo a 10 quilômetros. O igarapé era marginado de espesso mato, que descia até as suas barrancas e apresentava tantas voltas que tornava impraticável qualquer tentativa de acesso por meio de embarcações. Em um ponto situado a 400 metros de sua embocadura, existia pesada ponte de vigas de madeira sobre pilares de concreto.

Depois de exame minucioso da situação, ficou decidido bordinar o cumprimento da missão aos três capítulos seguintes. Primeiramente, reservou-se a faixa norte da mata para o traçado da pista de voo a ser construída. Esta zona tinha uma

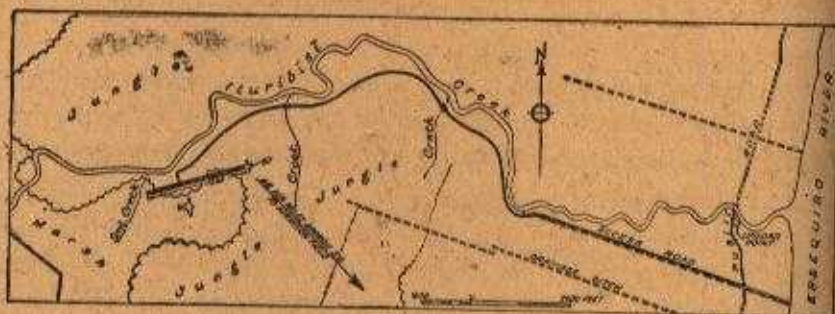


Fig. 1 — Planta de situação do C-54, após a queda, mostrando o traçado da pista de voo e da estrada de acesso. (Página 335 da Military Engineer de outubro de 1944)

altitude de apenas 30 centímetros em relação ao sitio onde se encontrava o aparelho. Informaram os nativos que a estação chuvosa deveria ter início nas próximas semanas, havendo, em consequência, necessidade de levantar e deslocar o avião para o local escolhido para a pista no mais curto prazo possível. Em segundo lugar, a construção da estrada de acesso do rio Essequibo até a pista, numa extensão de 10 quilômetros, sobre areia, lama mole e mata virgem. Esta operação incluía o estabelecimento de três pontes, sobre as quais deveriam ser transportadas para a pista, e depois recolhidas, 300 toneladas de pranchões de aço perfurados. Finalmente, a desmatagem, o destocamento

e o preparo do leito da pista de vôo, a ser revestida com os mencionados pranchões.

Dois dias após ter sido recebida a autorização para o início dos trabalhos, todo o equipamento necessário, uma rede de pranchões de madeira (louro) de 3.30 m de comprimento, 25 centímetros de largura e 75 milímetros de espessura, bem como um núcleo de pessoal especializado, era tudo transportado, em rebocador e barcaças de aço, de um ponto a 120 quilômetros à embocadura do igarapé. Dêste local até a ponte de madeira, as barcaças foram manobradas à mão, por meio de uma corda de reboque ancorada na praia, sempre a montante. Junto à ponte, foi organizado um acampamento, para alojamento e alimentação do pessoal. Era de uma hora e vinte minutos o tempo despendido diariamente, numa viagem de ida e volta até o lugar onde se achava o avião. Dos 180 homens empregados no trabalho, seis eram americanos, quinze eram nativos especialistas e o restante compunha-se de trabalhadores recrutados nos arredores.

LEVANTANDO O APARELHO

O terreno sobre o qual repousava o avião era semelhante ao encontrado em qualquer banhado típico, com grande percen-

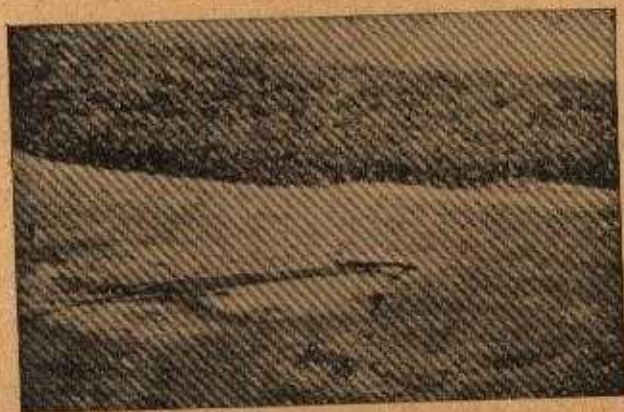


Fig. 2 — Posição do aparelho no terreno lamacento em meio da floresta
(Pág. 336 da mesma revista)

tagem de húmus. A taxa de resistência do solo à compressão era estimada em 100 gramas por centímetro quadrado, com abatimento imediato, mas definitivo, de 25 centímetros. Afim de drenar o local, foi construído um sistema de valas, as quais auxiliadas pelas bombas, fizeram aprofundar o lençol d'água



Fig. 3 — Veículo carregado com pranchões de aço perfurados ao ser puxado pela estrada de acesso. (Pág. 336 da mesma revista).

de 45 centímetros. Levantou-se em seguida uma barragem em volta do aparelho para represar as águas superficiais circunjacentes.

O levantamento de aviões em casos anteriores foi normalmente executada com o auxílio de macacos hidráulicos aplicados em pontos apropriados daquêles. O aparelho em questão possuía três dêses pontos, dois situados junto ao trem principal de aterrissagem e o terceiro próximo à roda do nariz. Fôra julgado indispensável efetuar uma elevação de 2,50 m, o que excedia à capacidade de um macaco, tornando-se necessário sustentar o aparelho por meio de cavaletes, enquanto os macacos eram desmontados e recolocados em nível mais alto, para uma elevação suplementar. Neste caso, como os macacos ocupassem o lugar que caberia ao cavalete debaixo do trem de aterrissagem, o cavalete teria de ser colocado contra a delgada

estrutura da fuselagem e das asas, com o risco de prováveis avarias. As operações de levantamento foram, entretanto grandemente simplificadas quando a Força Aérea do Exército mandou, inesperadamente, de Englin Field, seis sacos pneumáticos retangulares, de borracha, medindo cêrea de 3,30 m por 1,30 m e possuindo uma altura de levantamento de 1,3 m cada um, sob uma carga máxima de 5 toneladas. Foram utilizados todos os sacos, visto ser de 20 toneladas o pêsso bruto do avião. Três dêles foram colocados debaixo de cada asa, bem próximos da fuselagem. O trem de aterrissagem foi baixado e introduzido em valas de tamanho suficiente a permitirem-no descer completamente e apoiar-se em um estrado constituído de pranchões de madeira e paus roliços, distribuindo, assim, a carga de cada roda sôbre uma área de pouco mais de 16 metros quadrados.

Afim de firmar o aparêlho sôbre os sacos pneumáticos, esticadores de corrente ancorados foram fixados aos eixos de manivela das máquinas extremas e um cabo ao patim da cauda. O nariz do avião deveria ficar no solo, para maior estabilidade.

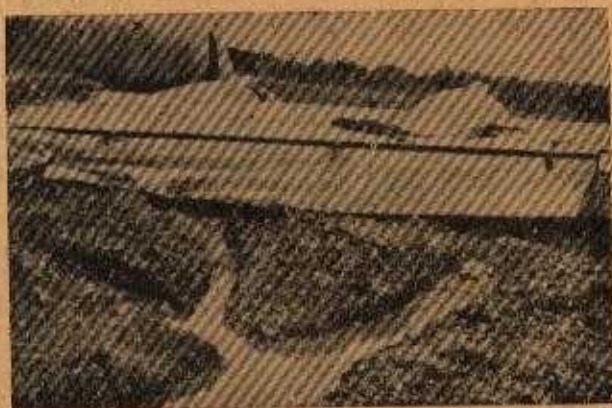


Fig. 4 — Aletas de aterrissagem ligeiramente danificadas.
(Pág. 337 da mesma revista)

Os sacos pneumáticos foram inflados simultâneamente por uma bomba, causando uma ascensão uniformemente distribuída e os cavaletes foram então montados sob o trem de aterrissagem, afim de transmitir a carga do avião para os estrados,

enquanto os sacos eram esvaziados. Com a perda de 15 centímetros consequente ao abatimento produzido, obteve-se uma elevação total de 75 centímetros. Os sacos, vazios, fôram, outra vez, firmemente calçados contra as asas do avião, e novamente inflados, fazendo-o subir mais um metro. Afim de eco-



Fig. 5 — Barragem construída em torno do aparelho
(Pág. 337 da mesma revista)

nomizar o tempo necessário a construir os cavaletes destinados a sustentar o avião na última fase da ascensão, dois pequenos macacos de 10 toneladas fforam colocados sob o trem de aterrissagem, entre os pneus duplos. Um macaco de cada vez foi posto a funcionar, realizando uma elevação de cerca de 10 centímetros, até que as rodas principais ficassem ao nível do solo. Uma tonelada e meia de terra em sacos de pano foi aplicada sobre a cauda do avião para contrabalançar o peso do nariz. Um saco cheio de ar debaixo deste permitiu descer a roda do nariz, completando as operações de levantamento. Antes de ficar pronta a estrada procedente da embocadura do Ituribisi, todos os materiais empregados no levantamento e deslocamento do avião tiveram de ser transportados por água, sobre aquêle igarapé, até o ponto mais próximo do local dos trabalhos, e daí, dentro da mata espessa, através de uma extensão de 400 metros.

CONSTRUÇÃO DA ESTRADA E DA PISTA

Depois da descarga do material e da construção de um acampamento, foi iniciada a construção da estrada de acesso, simultaneamente concluída com os trabalhos de restauração do aparelho. Foi designada uma turma para cada uma das três pontes, encarregando-se homens munidos de machados de cortar toras pesadas de madeira, afim de serem empregadas na construção de muros de arrimo, e paus roliços para revestimento do piso — nos primeiros dois quilômetros da estrada, que corriam no topo de uma estreita barragem de terra adjacente a um campo de arroz. A areia extraída de local mais afastado, no percurso da estrada, foi utilizada para cobrir o piso de paus roliços. Os quatro quilômetros seguintes acompanhavam a margem de um rio, não apresentando dificuldade alguma, além da derrubada e limpa da espessa mata. Os quatro quilômetros restantes atravessavam mata densa em terreno baixo, que exigia revestimento de paus roliços em toda a extensão. Uma tur-



Fig. 6 — Trilho de paus roliços para o local da pista.
(Pág. 337 da mesma revista)

ma incumbia-se de reforçar a camada de paus roliços, após cada passagem do trator e do reboque carregado de pranchões perfurados. Em cada viagem eram transportados seis amarrados de pranchões (15 toneladas), num período de tempo de

duas horas e meia. Conquanto tivesse começado a estação chuvosa, o que onerou as condições de trabalho, toda a rede de pranchões perfurados foi entregue no ponto de destino dentro de dezoito dias após o início das atividades.



Fig. 7 — Fim da primeira fase do levantamento.
(Pág. 327 da mesma revista)

Junto ao local onde se achava o aparelho foi construído um caminho de ligação com a pista de voo, constituído de duas camadas de paus roliços e duas de pranchões de madeiras. O reduzido fornecimento desses materiais tornou impossível a construção de trechos desse caminho, pois onde foi levado o avião, com extensões maiores de 5 metros, de cada vez. Após se achar o aparelho a uma distância aproximada da pista, os mecânicos iniciaram a reparação do mesmo, tendo sido determinado que os motores só fossem postos em funcionamento durante as horas das refeições, porque, fora disso, os trabalhadores nativos, receando que o avião partisse sem aviso, recusavam-se a trabalhar na pista.

Enquanto extraíam paus roliços para as operações de levantamento os trabalhadores iam desmontando e destocando a área destinada à pista, com 500 metros de comprimento por 130 de largura. Um trator bulldozer e aproximadamente dezenove nativos iniciaram a desmatção. As avarias causadas nas conexões hidráulicas, tubos de alimentação e outras partes

expostas da bulldozer por pedaços de madeira caída exigem reparos de seis em seis horas, aproximadamente, tornando assim necessária a cooperação de um trator bulldozer adicional, afim de manter a continuidade do serviço. Dentro em pouco, ambas as máquinas foram dotadas de couraças improvisadas, feitas de folhas de aço, com o objetivo de proteger os seus dutos e demais elementos expostos. As chuvas retardaram os trabalhos de desmatação e limpa, visto haver a terra amolecida e úmida reduzido a eficiência do trator bulldozer pela perda de tração. Todavia, a faixa ficou aberta em três semanas, lançando-se então, a título experimental, uma camada estreita de pranchões perfurados.

Era evidente que longo período de tempo sêco seria necessário para que a pista pudesse ser utilizada, a não sêr que na mesma se construísse uma base de páus roliços. Oprojêto original abrangia uma pista de 800 metros de comprimento por 16 de largura, mas as águas pluviais inundaram a área circunjacente de tal maneira que os primeiros 15 metros do traçado



Fig. 8 — Abaixamento da roda do nariz após a segunda fase do levantamento. (Pág. 337 da mesma noite)

da pista ficaram submersos a uma profundidade média de 15 centímetros, certa seção descendo a 60 centímetros.

Afim de obter uma superfície firme para a aceleração inicial do aparelho, e levar o nível da pista acima da água exis-

tente, uma camada de paus roliços e pranchões de madeira foi utilizada como base de sustentação da rede metálica nos primeiros 30 metros. Para a extensão restante, o embasamento constituiu de 480 metros de paus roliços estendidos longitudinal-

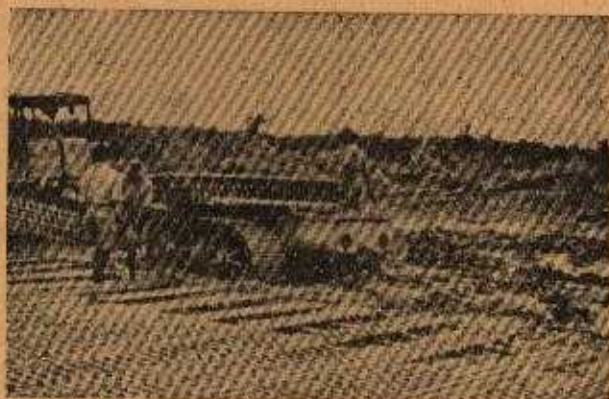


Fig. 9 — Descarregamento e assentamento da rede de aço.
(Pág. 337 da mesma revista)

mente e recobertos por pranchões perfurados dispostos transversalmente. Ocasionalmente, em pontes muito frouxos, duas ou três camadas de paus roliços, em direções alternadas, foram colocadas sob os pranchões perfurados.

Ao estender os pranchões perfurados, havia sido deixada certa folga entre as respectivas juntas, as quais, em consequência, poderiam, por influência do deslocamento rápido de uma carga pesada, vir a se sobrepor e a criar um obstáculo fixo. Para evitar isto, as juntas entre os pranchões foram submetidas a uma tração de distância em distância, por meio de um cabo acionado pelo guincho do trator. A folga suprimida desta maneira foi bastante para permitir a retirada de uma fileira completa de pranchões em cada 150 fileiras asentadas. Fazendo passar o trator sobre a pista, os paus roliços e os pranchões assentaram na lama, forçando o aparecimento de muitos pontos inconsistentes. Tais pontos foram postos a descoberto, desligando-se o pranchão que os cobria e virando-o para o lado. Desta forma, toda a pista foi cuidadosamente inspecionada, colocando-se mais paus roliços nos lugares necessários.

PREPARAÇÃO FINAL E DECOLAGEM

Trinta dias após ter sido dada autorização para início dos trabalhos de salvamento, a pista e o aeroplano estavam em condições de ser utilizados. O C-54 foi empurrado até a pista e, em seguida, rebocado para trás, até a extremidade da mesma, para aí receber os ajustamentos finais.

Dêste ponto em diante, o restante das operações dependeu principalmente do tempo. Durante a noite que se seguiu à terminação da pista, uma chuva torrencial deixou grandes áreas da rede sob 15 centímetros d'água. A savana, ou leito do lago, foi inundada, e as valas circunjacentes à pista ficaram transbordantes d'água que não dava sinal de regredir. Esta circunstância impediu a água excedente de se escoar da pista. Estimou-se haver necessidade de quatro dias consecutivos de sol para que a rede ficasse em condições de permitir a decolagem.

Nas primeiras doze horas que se seguiram à chuvarada, a água se manteve na cota de cinco centímetros. Os três dias se-



Fog. 10 — Colocação da rede de aço sobre paus roliços.
(Pág. 337 da mesma revista)

guintes conservaram-se claros e a decolagem foi projetada para a tarde do quarto dia. A chuva tornou a cair na última noite, mas o igarapé havia baixado de nível e muito facilitou a rápida drenagem da superfície da pista. A decolagem ficou marca-

da para as últimas horas da tarde, quando o ar devia se achar mais fresco e um pouco mais veloz.

Um trator bulldozer foi colocado no prolongamento da pista, no lado da partida, e ancorada a extremidade da rede.

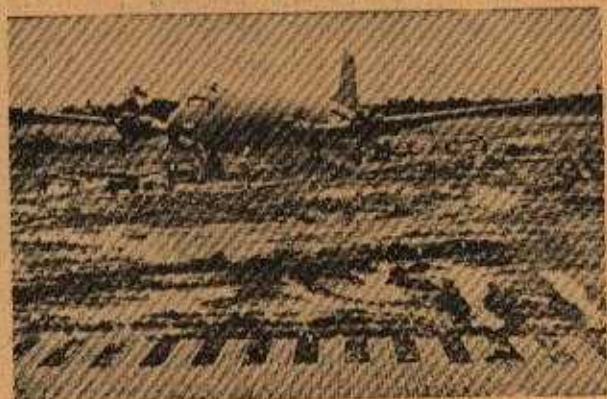


Fig. 11 — O aeroplano junto à pista de voo.
(Pág. 337 da mesma revista)

por meio de um cabo, afim de impedir o deslizando da mesma juntamente com o aeroplano enquanto os motores fossem postos a funcionar com os freios apertados. Toda a água remanescente foi retirada da superfície da pista com auxílio de bombas, assim como removida a lama que se havia entranhado nos orifícios dos pranchões. Pelo fato de não atingir a largura da rede mais do que 3,125 m para cada lado do trem de aterrissagem, uma faixa branca foi pintada ao longo do eixo da pista, para servir de diretriz ao piloto. Os dados técnicos por mitiam afirmar que o aparelho, despojado de todos os elementos não essenciais e abastecido com carga mínima de nafta poderia, a todo o gás, acelerar a máquina a uma velocidade de 9 quilômetros por hora em 230 metros, efetuando a decolagem a 330 metros. Faixas brancas foram pintadas transversalmente à pista nas distâncias mencionadas, de modo que, se a velocidade de 9 quilômetros por hora não fôsse conseguida em 230 metros, os freios pudessem ser aplicados.

Às quatro e trinta da tarde, os retoques finais haviam sido dados à pista, e às cinco o aparelho estava abastecido de gaso-

lina. A tripulação despediu-se e subiu aos seus lugares. Depois de tudo, finalmente, pronto, o motor n.º 2 recusou partir. Examinado novamente e repetida a tentativa de arranco, o resultado foi infrutífero. Permanecer no local ainda uma noite representava a possibilidade de maior atraso, a ser produzido por chuvas iminentes. Em consequência, resolveu o piloto insistir no acionamento do motor de arranco até que a máquina demarrasse, o que sucedeu, finalmente, com um ruído ensurdecedor seguido dos aplausos de centenas de nativos que se haviam reunido para assistir à decolagem. Os outros três motores demarraram facilmente, seguindo-se ao ruído de cada um novas ovações do gentio alvoroçado. O piloto, sustentando os freios, imprimiu máxima aceleração ao motor, e em seguida, afrouxou aqueles, fazendo o aparelho deslizar pela pista. A de-

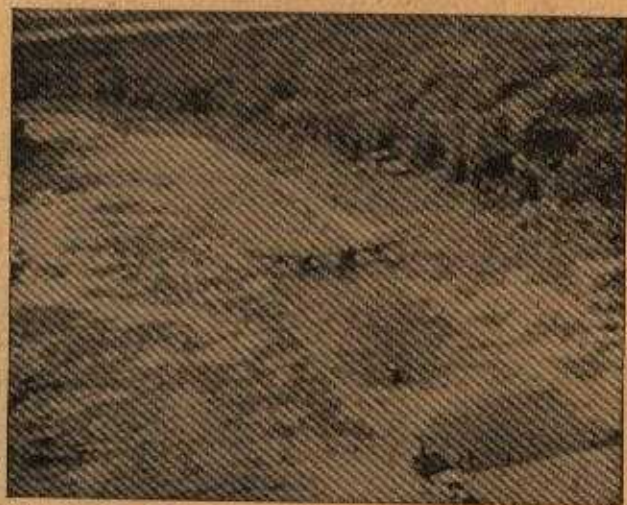


Fig. 12 — O aparelho sobre a pista, preparando-se para a decolagem.
(Pág. 338 da mesma revista).

colagem efetuou-se a 340 metros, contra um vento de 8 quilômetros por hora.

Mais tarde, o piloto asseverou que, da sua nacele, a pista pareceu-lhe, durante a decolagem, macia e segura. O emprego de uma base de paus roliços sem uma camada niveladora ou amortecedora de terra, intermediária, para distribuir unifor-

memente a carga proveniente da rede metálica, tinha sido considerado arriscado, havendo dúvidas quanto à natureza do resultado obtido. A vistoria procedida revelou que a pista não apresentava uma só ruptura, conquanto, com grande surpresa, a roda do nariz tivesse deslocado os pranchões perfurados de maneira mais acentuada que o trem principal de aterrissagem. Nos primeiros 100 metros, a roda do nariz afastou aqueles pranchões de 7 a 10 centímetros, devido ao terrível esforço de cima para abaixo exercido sobre a mesma pela impulsão da hélice. O trem principal de aterrissagem não causou deslocamento apreciável da rede, mas distorceu e dobrou ligeiramente as rugosidades dos pranchões perfurados.

O custo dos trabalhos de salvamento ficou abaixo de 40.000 dólares. O êxito da invulgar operação correu à conta, principalmente, do alto espírito de cooperação e tenacidade dos membros do Air Transport Command, das Forças Aéreas do Exército e do Corpo de Engenheiros que dela participaram.

Espadas que protegem
- precisam também
de Proteção!

Brasso
dá brilho
aos metais!

BRASSO

The advertisement features a dark background. A sword with a scabbard is positioned diagonally from the bottom left towards the top right. The hilt of the sword is wrapped in a light-colored material. In the bottom right corner, there is a can of Brasso metal polish with a label that has the word 'BRASSO' in bold letters. The overall style is that of a vintage print advertisement.

VIRTUDES MILITARES

RUI ALENCAR NOGUEIRA

Cap. de Infantaria

"A força e a dignidade do Exército são labores diários do corpo de oficiais." — André Gavet.

Todas as vezes que retiramos da estante, mais uma vez, o excelente livro "A arte de comandar", de autoria de André Gavet e relemos as suas magistrais páginas, refertas de grandes ensinamentos que tanto "servem para o retemperamento das qualidades morais, não deixamos de achar que tal obra deveria ser difundida sempre no seio dos jovens cadetes.

Concomitantemente, não deixamos de lembrar aos nossos camaradas que têm sobre os ombros a responsabilidade da plasmagem dos futuros oficiais, a necessidade de fazer com que os cadetes tenham como verdadeiro catecismo, a monumental obra de Gavet.

Já temos encontrado até mesmo chefes encanecidos na caserna que recomendam a leitura dos salutareos conselhos daquele eminente official, como um lenitivo para os aborrecimentos próprios da vida profissional e como um remedio para o espirito, no sentido do revigoramento das virtudes militares.

Por nosso lado, temos por principio a leitura semanal de um dos capítulos do livro e muito bem nos temos dado com esta prática, como se fôramos um sacerdote com o seu breviário.

Mas, não é bastante lermos. E' preciso meditarmos um pouco e fazermos um exame introspectivo, vasculhando a própria consciencia e estirpando dela tudo o que não for produtivo ao serviço do Exército.

Realmente, o official ao mesmo tempo instructor e comandante, precisa possuir virtudes e attributos morais que o con-

servem no verdadeiro logar em que deve estar face à sua tropa, agindo pelo exemplo ao mesmo tempo que ensina aos seus subordinados as qualidades morais do bom militar, não esquecendo o velho aforismo: "mais vale um bom exemplo do que mil palavras."

Nada é mais significativo do que o exemplo. A propósito, lembrámo-nos de uma interessante passagem da nossa infância: — o velho, antigo juiz e intranzigente nas suas maneiras, condenava incessantemente o jogo e prometia-nos terríveis castigos se ao menos soubesse que havíamos parado numa casa de bilhar, que fôsse.

Da mesma maneira, combatia acaloradamente o uso do fumo e contava um sem número de desvantagens para os fumantes.

Houve um resultado em tudo isto; todos os seus filhos têm horror ao jogo mas nem todos deixaram de ser fumantes.

E porque razão?

Muito simplesmente porque na condenação ao jogo, havia o exemplo e o velho não fazia sequer, um passatempo caseiro em que houvesse um baralho, enquanto que, no segundo caso, ele condenava mas fumava constantemente e o exemplo valia mais do que todas as suas palavras.

Também observamos estas cousas com a tropa.

Não podemos exigir pontualidade, quando sempre chegamos atrasados nem pensemos em querer entendimentos e ligações morais entre chefes, e subordinados, quando toda a tropa percebe a desunião que reina entre oficiais, desunião por vezes funesta porque traz prejuizos ao serviço, havendo quem, espiritualmente inferior, exerça vinditas contra A e B.

Não podemos exigir espírito militar, quando nós o não demonstramos ter, quando nos deixamos levar por interesses pessoais, atendendo a pedidos de um e de outro ou nos curvamos diante de certos receios para resolução de questões de serviço.

Não podemos exigir attitude militar, quando não a demonstramos ter. E' muito comum o official dizer: — "em pre-

sença de tropa ninguém pode fumar" ou, então, "na posição de sentido ninguém se mexe" enquanto ele próprio faz o contrário daquilo que ensina.

Não podemos exigir amor ao trabalho, quando não o provamos ter e, antes, deixamos de ministrar a instrução prevista sob falsos pretextos.

Impossível é exigir caráter, quando damos provas irrefutáveis de dubiedade de ação e quando mostramos aos nossos subordinados que não temos firmeza para enfrentar destemerosamente os problemas mais importantes e mais sérios.

Não podemos exigir abnegação, quando fraquejamos diante do primeiro obstáculo e, sobreando, quando reclamamos na frente do subordinado ou com ele chegamos a fazer côro, contra medidas do comandante deste ou do escalão superior, medidas estas regulamentares.

Não podemos exigir capacidade de ação, quando demonstramos incapacidade para a decisão ou para resolução mesmo dos casos mais simples.

Não podemos exigir amor à responsabilidade, uma vez que fugimos a ela em todos os casos em que estamos envolvidos procurando, por vezes, torcer a verdade ou culpar sempre os subordinados.

Não podemos exigir perseverança e energia, domínio de si mesmo, igualdade de ânimo e coerência no procedimento, quando provamos ser o contrário, perdendo o controle e praticando desmandos ao mais leve caso.

Não podemos exigir lealdade, quando demonstramos deslealdade para com os chefes e para com os subordinados, vivendo de subterfúgios e de falsas promessas.

Todas as vezes que não praticamos as virtudes militares e demonstramos aos subordinados que somos um simples "cabide de estrelas" e não um oficial com todos os atributos morais, não conquistamos a admiração geral, não somos comandantes de fato, não obtemos o respeito natural e não fazemos mais do que *mandar*, com o R. D. aberto e não *comandar* com todas as qualidades de um verdadeiro chefe.

Abrindo o livro de Gavel, lemos nas primeiras páginas: "*Comandar é governar; os principais elementos morais do chefe são: intelligencia, caráter e, sobretudo, devotimento.*" (1)

Alguns outros grandes soldados atribuem diferentes necessidades morais ao verdadeiro comando ou seja, ao official, porém, todos são unânimes em afirmar que caráter e devotamento são os esteios que alicerçam o grande edificio moral que deve estar sobranceiro, em qualquer situação.

"Quando o coronel diz: Esta companhia é bem comandada, ao passo que aquella não o é, deve-se entender por isso que uma obedeça e a outra não? Jamais. Obedece-se sempre. Somente, de um lado vêdes o capitão que, graças a um segredo todo seu, chega sem esforço aparente, a ter sua companhia bem disciplinada e instruída. Sem castigos sem ruídos, sem arrebatamento, ele obtém todos os resultados desejados; em torno de si, tudo funciona com calma e regularidade, e, quando a guerra explode, essa normalidade continúa com o mesmo caráter de força soberana. E' como o movimento ritmado do coração.

Na outra Companhia, a máquina trabalha, é verdade — e seria surpreendente que tal não se desse, em plena paz, dentro das quatro paredes de um quartel com os poderosos elementos de que dispõe — mas esse trabalho é singularmente barulhento, desordenado e o rendimento não corresponde aos esforços gastos com a sua produção. O official, de corpo e alma entrega-se ao seu papel, fatiga-se improficuamente, *apelando constantemente para a subordinação hierarquica* (1) e termina por esgotar os recursos suasórios, ruge, grita e o castigo não se faz esperar, estafa seu pessoal, e só consegue mediocres frutos, não chegando a formar, com essa direção má, trepa segura, calma e forte como aquella que seu camarada, graças à sua habilidade, arregimentou facilmente.

Um sabe, comandar, outro não."

E' facil comprehendemos; um, comanda pelo exemplo, tendo todos os attributos para conquistar a confiança dos subor-

(1) — Os grifos são do autor deste trabalho.

dinados, impondo-lhes respeito e admiração; outro, não pode *impôr confiança*, porque esta se adquire e não se impõe, não possui princípios rígidos e qualidades que o recomendem como verdadeiro chefe.

“O chefe que se resigna, com impotência, ao seu papel, acusando os seus subordinados de incapazes e negligentes, não está nos casos de merecer conceito.”

Não é difícil vermos como isto ocorre em certos casos. Aqueles que se vêem incapazes e se sentem atropelados pelo escalão superior que lhes exige constantemente a fiel observância de princípios regulamentares, acusam impiedosamente os subordinados, aplicando-lhes os piores epítetos.

O magistral Cavet, ao fim do capítulo II do seu livro, assim se expressa, sobre o que ele chama de elementos do comando: “A inteligência é a estrada banhada de luz.

O caráter equivale ao moral, o mesmo que os músculos vigorosos, que uns fazem vencer as longas caminhadas, equivalem ao corpo.

O devotamento é a força que nos encoraja para irmos ao termo final, custe o que custar. E' ele, o devotamento, o elástico de nossa função elevadíssima e nobre.”

Infelizmente, a parte relativa à educação moral tem sido relegada a um plano inferior havendo mesmo, quem ache que não deva constituir ponto importante da instrução militar.

Não pode haver maior absurdo. Todos nós necessitamos de estímulos e de conselhos.

Aqueles que perdem o ideal na vida e que não sentem mais a razão de ser dela própria, mergulham forçosamente no ostracismo, na ociosidade, quando não chegam a penetrar na ante sala dos vícios e da degradação.

Da mesma forma, os conselhos são necessários e, quantas vezes, uma palavra amiga não destrói tantas atitudes insólitas e não faz resurgir tantas qualidades boas que estavam sendo sedimentadas !

Porque as religiões constituem, para os povos, o elemento moderador das paixões humanas senão pelos excelentes conceitos emitidos em favor dos sãos princípios da moral ?

Quem até hoje não se recorda de um bom conselho e da orientação segura dada pelos pais ?

Como havemos nós de deixar de pregar a educação moral como elemento básico para a consolidação da disciplina no organismo militar ?

Lembramo-nos do nosso tempo de cadete. Poucos foram os oficiais que nos falaram sobre educação moral. Ensinava-se tudo mas ninguém por um motivo ou por outro falava aos cadetes sobre as qualidades morais necessárias ao oficial, como verdadeiro condutor de homens.

E, se a educação moral fôsse ministrada, muita cousa seria evitada, certos rancores não surgiriam e alguns pensamentos erroneos seriam desfeitos rapidamente.

"O oficial está investido de comando pelo dever nacional, ele é o profissional desse dever."

Não é possível pois, adultermos esta idéia nem usarmos a função do comando para subterfugios outros que só podem trazer a desconsideração e o desprestígio.

"Uma mentira, um embuste, uma fraude, uma brutalidade são atos que se guardam de homem para homem merecendo sempre o mesmo caráter e o mesmo desprezo qualquer que seja a situação relativa do individuo que os haja praticado.

Isto significa que não conseguimos ludibriar mesmo aqueles que são semi-analfabetos, porque todos os subordinados têm os olhos voltados para o chefe, como a prescrutar-lhe o recôndito da alma, numa observação muda e continua de todos os atos.

Os que pensam enganar os subordinados com falsas aparências enganam-se redondamente porquanto, não é difficil conhecermos os indivíduos com quem convivemos diariamente para jogarmos por terra todas as suas mistificações.

"A guerra mudou de face, tornando-se singularmente grave;

Não se fá-la mais por amor à gloria não se deseja pela cubiça de subir de postos; hoje ela é obra notável das nações que combatem em prol de sua honra e de sua vida."

"Em torno de quem comanda ha sempre esta interrogação muda e expressiva que se não pode responder a esmo: "Poder-se-á contar com ele?" ou "Saberá ele cumprir *no momento decisivo o seu dever?*" (1) E a única resposta que tranquilisa está encerrada na prática constante, simples, grave e sincera do nosso dever pessoal em tempo de paz."

E' um princípio regulamentar e uma verdade das mais singulares que "a tropa é o reflexo do seu chefe".

Muitas vezes, uma Unidade esplendidamente disciplinada, eficiente, apta para o combate e perfeitamente ajustada nos seus diferentes escalões, pôde se transformar como por encanto e em pouco tempo, num corpo de tropa desorganizado, desengrenado, onde surgem com frequência os casos de indisciplina e se prenuncia a insubordinação e a desordem, sem cõesão dos seus quadros, sem entendimento e sem trabalho produtivo, por culpa da incapacidade de um chefe que não teve perspicácia e não soube continuar a admirável obra dos seus antecessores.

Sabemos nós, profissionais militares, quanto custa pôr tudo nos devidos logares...

Embóra algumas frações permaneçam inalteráveis, seguindo o verdadeiro caminho do trabalho e do dever, sofrem os reflexos da anarquia reinante, surgem os mal entendidos, os casos pessoais, para os quais o chefe é impotente e, dentro em pouco, no meio deste estado caótico, a infeliz Unidade passa a ser cognominada, muito injustamente, de "*caveira de burro*."

Mas, q ue culpa pode ter ela ?

Ha responsáveis por todas as irregularidades, ha a falta de uma prática construtiva das virtudes militares precípuas que, mesmo os incapazes, citam a todo momento aos menos avisados ou quando desejam obter maiores esforços daqueles a quem costumam explorar.

"O poder do chefe é um conjunto de diversas forças: seu valor pessoal, o valor dos seus subalternos, e a colaboração tão perfeita quanto possível, de todos."

(1) — Os grifos são do autor deste trabalho.

Indiscutivelmente, o chefe que não possui valor pessoal não pôde conquistar uma colaboração organizada de todos os seus subordinados e, a partir da máquina administrativa, tudo o mais se emperra, porque são incontáveis os atritos.

Muitas vezes o chefe faz programass, traça plano, estabelece quadros de trabalho, mas não comparece aos locais destinados à execução do que está prescrito, não fiscalisa, não corrige, não estimula e não demonstra interesse pelo que está sendo feito.

Para ele, tudo se resume na papelada, no "dossier" pomposamente chamado, na organização das "pastas de cartolina", por vezes amarradas com fitas nacionais e cheias de desenhos que, em essência, nada representam, porque tudo é fictício.

"Os chefes medíocres gostam mais dos indivíduos frouxos; almejam por verem-se cercados de fracos e dóceis, porque são os que se prestam melhor a seus caprichos; suspeitam desses instrumentos de guerra que cortam com perícia.

Demais, homens corajosos e resolutos são sempre briosos, de um brio que incomoda aos que vivem imbuídos de fôfo orgulho."

Nada mais verdadeiro do que isto e não ha de nós quem já não tenha ouvido alguém dizer: "O Ten. F gosta muito de crear casos".

São, justamente, estes que *criam casos* os que possuem fortaleza moral e não se deixam vencer na primeira procela, quando escudados pelos regulamentos.

São estes os que procuram dar fiel observância aos princípios regulamentares porquanto eles traçam normas para um organismo militar e não distinguem os membros da mesma coletividade.

Infelizmente estamos tendendo ultimamente para a generalização do que comumente chamamos "*bom procismo*", mormente com a convocação de jovens reservistas, oriundos de famílias mais abastadas ou de estudantes provenientes da melhor sociedade.

Procurar a conciliação total dos interesses do serviço, do Exército e da Pátria com os dos individuos isoladamente, formando casos extemporaneos, é criar diferenciações nocivas à disciplina uma vez que só podemos estabelecer distinções entre os militares, com relação aos direitos e regalias, pela classificação do comportamento.

O "*bom moço*" tem idéias de se popularisar na Unidade sob esta fórmula, esquecendo as virtudes militares e olvidando por completo, os perigos que traz à disciplina, concorrendo para que os seus camaradas que procedem de maneira diferente sejam tidos como os "*demonios*".

O "*bom moço*" é generoso, maternal, resolve tudo com benevolencia, faz concessões excepcionais esquecendo inteiramente que se torna um fator de indisciplina e que está concorrendo para o seu proprio desprestígio.

Todos adoram o "*bom moço*" na hora de usufruir vantagens especiais e odeiam-no quando é preciso exigir dele uma decisão firme, porque ele é incapaz de medidas consentaneas com a situação.

Costumamos ouvir sempre a expressão: F. é um ótimo rapaz... Mas nós precisamos, além disto, de ótimos soldados, daqueles que se compenetraram e cumprem o dever militar e que não se prestam ao papel de serviçais.

"O chefe julga sua autoridade decrescida com a liberdade de ação outorgada aos seus comandados; depois... o subalterno poderia perfeitamente enganar-se no modo de jogar com esta liberdade."

Ha, justamente, quem pense que o subordinado quer "comandar" quando tem a iniciativa para tomar medidas, mesmo as regulamentares.

E o resultado desta interpretação oriunda de um orgulho injustificável, é ficarem os subordinados tolhidos completamente deixando de exercer a aprendizagem do comando, segundo preceitos salutarés, para se tornarem meros executores de ordens.

O chefe que pratica as virtudes militares sabe que a iniciativa momentanea salva, em muitos casos, funestos aconteci-

mentos e reconhece as qualidades dos seus subordinados porque está em condições de fazer um julgamento seguro.

O chefe que deva emitir um conceito dos seus subordinados, deve fazê-lo com isenção de ânimo, sem paixões e sem idéias preconcebidas, praticando verdadeiro ato de justiça.

Dar pareceres iguais para indivíduos diferentes é nivelar a todos, é praticar grande injustiça, é não ter amor à responsabilidade, é furtar-se ao cumprimento do dever, é mercantilizar a propria consciência, é ser insincero.

Já temos ouvido alguém dizer: "Eu podia dar um conceito na *batata*; mas, coitado, isto não vai adiantar nada porque ha gente peor por aí..."

Ora, "a força e a dignidade do exército são labores diários do corpo de oficiais."

Nada encerra mais destacada verdade.

Eis, porque, julgamos oportuno aconselhar aos jovens oficiais, aos Aspirantes, que constituem a seiva nova e rica lançada no organismo vivaz que é o Exército e mesmo aos jovens cadetes, que meditem diariamente sobre as virtudes militares, que as pratiquem acima de tudo pois que, se ha injustiças e aborrecimentos algumas vezes, disto não têm culpa o Exército em si e a Pátria, a quem tanto devemos.

Aproveitem, igualmente, os jovens oficiais, a leitura da monumental obra de Gavet — A arte de comandar — a mais completa no genero, para que possamos todos, prosseguir na prática constante do cumprimento do dever militar, acima de tudo e custe o que custar.

A' FEB as homenagens de
BERNARDO ZETTEL
 TAPEÇARIA SOL

Rua 7 de Setembro N. 196

TELEFONE 43-9125

RIO DE JANEIRO

A LINGUA JAPONESA

Por *WILSON VEADO*

2.º Ten. R/2. do 10.º R.I.

Hoje, quando todos os povos se batem contra os imperialismos prussiano e japonês, multiplicam-se as formas de luta, que vão desde os campos de batalha até os campos da inteligência e da cultura. Aliás, foi esse o processo usado pelos germanos na sua eterna mania da conquista do mundo, sonho de uma casta de senhores feudais, por "junkers" e "samurais" conhecidos. Prepararam eles, em primeiro lugar, o ambiente moral e intelectual, isto é, desagregando essas duas forças criadoras, dos povos a serem subjugados; depois, então, atiraram-lhes a massa de autómatos, manada de elefantes enfurecidos! Esse é o sistema das nações-abutres. O famigerado povo de olhos amendoados e de sorriso enigmático — os japoneses — pertence a tal classe. Desde o forçamento dos portões nipões pelos canhões da esquadra de Perry, o comodoro Matthew Calbraith Perry, no dia 7 de julho de 1853, todos os "samurais" e "xoguns" se lançaram à estúpida aventura de fazer chocarem as raças amarela e branca. A China, a primeira que lhes vinha à mão, foi a vítima escolhida para o batismo da conquista. Depois, se espalhariam pelo resto do mundo! Que sonho oriental!

Qual o método que empregaram na consecução de seus ardís e de seus míseros propósitos? O da amizade, o da troca de credenciais, de apertos de mãos, o das missões culturais, o das câmaras de expansão econômica, e dos institutos de cultura japonesa e outros tão "pacíficos" como o seu amarelo sorriso.

E enquanto iam distribuindo amistosos cumprimentos a gregos e tricianos, seus tentáculos sugavam a terra, apertando-a, sufocando-a aos poucos, solapando inteligentemente os orga-

nismos nacionais, até que, num dado propício momento, dariam o seu "xeque-mate" ao povo eleito para a oferenda ao Mino-tauro fulvo. Hora de agonia para o desprevenido!

Tão bem falavam e propagandeavam seus valores que não houve quem não lhes fosse no arrastão. Incauto peixe que morde a isca e que é puxado para fóra de seu elemento, onde se debaterá até perder o fôlego!

Muito bem avisados e lúcidos espíritos de nossa classes intelectuais se deixaram seduzir por sua lábia incomparável. E tão perfeito era o desempenho que davam ao seu papel de "amigos", que, com raras exceções, ninguém chegou a aprofundar-se nas suas manhas, buscando no seu bojo a explicação para tanta demonstração de "camaradagem internacional", que outra não podia ser, senão seus desejos expansionistas. Primeiro a Ásia, depois o mundo sonhavam!!

Napoléão Reys, ex-ministro do Brasil no Japão, foi um desses que se deixavam enlevar pelo canto da sereia. Basta dizer que, em um prefácio que escreveu para o livro "Japão que eu vi", de Henrique Paulo Bahiana, escreveu isto: "... *salvo sua força expansionista* (o grifo é meu), o seu orgulho de povo guerreiro e vitorioso, não vejo gente mais parecida com o legítimo brasileiro do que o japonês" (!) Absurdo! E' óbvio dizer porquê. Com êsse exemplo, quero apenas mostrar quanto o japonês, sorrateiramente, soube se impôr à admiração dos bem intencionados, como nós o fêmos. Muitos foram os que se deixaram iludir. Eu mesmo caí nessa bem armada trapa. Basta dizer que comecei a estudar as cousas do Japão, procurei conhecer seus costumes, língua, etc.; mantive até correspondência com alguns japoneses de Tóquio, Yokchama, Kioto, Tojama-Shi. Assim como eu, outros foram iludidos e vítimas da própria boa fé. Nós os julgávamos de fato dignos de nosso apreço e até de nossa amizade. E porque o julgávamos assim? Porque seus centros culturais, sua embaixada e consulados, o Instituto Brasileiro de Cultura Japonêsa iam trabalhando e incutindo na nossa mente que os nipões eram um povo pacífico e leal.

Mas, aí!

"Guardai-vos dos falsos profetas que vêm a vós com vestidos de ovelhas e dentro são lobos vorazes". (S. Mateus, Cap. VII, v. 15).

Eis os japoneses! Por fóra são ovelhas e por dentro lobos vorazes! Enquanto dos lábios lhes aflora suave sorriso, enquanto nos olhos apertados fulguram raios que inspiram confiança e amizade, a mão, às ocultas, empunha o punhal que vibrará o golpe traiçoeiro no momento que lhes parecer mais oportuno!

Só Pearl Harbor teria força bastante para nos mostrar que estávamos redondamente enganados, e para lhes tirar a pele de cordeiro. A traição desse dia descobriu-nos toda a sua trama, toda a sua crueldade e vilania. As rédes de espionagem desalinhasadas em tempo pelas autoridades brasileiras puzeram a nossa gente alerta. Deixamos de ser os tolos de outros dias. Acabou-se a ilusão. Somos agora um povo que a reage contra suas misérias. Somos agora o carneiro que dá certeiras e demolidoras marradas.

Quanto mais pudermos saber dessa gente côm de açafraão, tanto mais estaremos aptos a lhes fazer frente. E verdade que não estamos em guerra declarada com eles. Isso não importa, porém. Eles se declaram e se julgam nossos inimigos. Portanto, também o somos deles. E como para combater um inimigo é preciso conhecer-lhe a língua, a índole e as manhas, aqui está a contribuição minha: um ligeiro apanhado sobre seu idioma. E' lógico que não se trata do trabalho de um técnico e nem de um curso de língua japonesa, mesmo porque em algum ponto haveria de me faltar "engenho e arte". Assim, após êsse cansativo preâmbulo, passemos ao que vim.

O japonês é um idioma complicado, todos o sabem. Para nós que nos utilizamos de um sistema alfabético herdado do Lácio, então, maior se torna a dificuldade que apresenta, já pelo fáto de termos que aprender novos e estranhos sinais, já porque cada sinal representa uma sílaba, o que constitui uma novidade para aqueles que adotam o alfabeto como base de linguagem escrita.

O japonês, como veremos adiante, adota um silabário. As únicas letras que são empregadas isoladamente nêsse silabário são as vogais e a consoante "n". Todas as outras consoantes aparecem formando combinações-sílabas com as vogais. As consoantes C, F, L, Q, V, X não existem em seu silabário.

Idioma aglutinante que é, o japonês apresenta em seu arcabouço radicais, afixos e infixos que constituem sons ou palavras distintas, às vezes, que, sem se fundir, como na declinação latina, se aglomeram para formar as diferentes relações gramaticais.

Tal é o caráter geral da língua.

No que respeita à formação e origem do idioma, muito divergem os mais abalizados filólogos nipônicos, que encontram várias fontes e afinidades glotológicas para o mesmo. Querem alguns que ele se identifique na sua formação com o chinês ou com o coreano. Essa é a opinião mais aceita.

De fato, bastante valiosa foi a contribuição da língua do Celeste Império para o seu enriquecimento. Admite-se que os filhos de "Oya-Shima" ("oito grandes ilhas", é como os japoneses denominam, às vezes, o seu país) sob a poderosa influência da então florescente cultura chinesa, cuja dominação sobre os japões se marcou por duas épocas — a de Confúcio e a de Buda — adotassem os caracteres ideográficos, sofrendo estes a natural transformação gráfica e fonética, tão comum quando um vocabulário ou uma língua se transporta de uma para outra região do globo.

Entre os três povos — japonês, chinês e coreano — existe uma profunda diferença linguística. No Japão adota-se um silabário para a escrita; na China, ideogramas; na Coréia, um alfabeto.

Estudados os arcabouços dessas línguas, chegou-se a crer que elas tivessem uma origem comum, o que de todo não é impossível, pois o terem elas características diversas no estado em que se acham atualmente, não lhes impede a fonte comum.

Uma língua evolve na razão direta da influência dos meios que a cercam.

Ao passar de um território para outro, a lingua sofre transformações obrigatórias na fonalidade, impostas pela simples imitação que se processou, as quais vão concorrer para a elaboração de novos sons e de novos contornos. Daí surgir um novo sotaque, — que é a maneira peculiar que tem cada povo de pronunciar a seu modo seus próprios fonemas — para a lingua que se forma. É como que a lingua transplantada, procurando se moldar ao ambiente novo em que vai viver, desenvolver-se e — quem sabe do futuro dos idiomas? morrer. Sotaque é liberdade! É a liberdade de cada povo pronunciar a seu modo, como melhor lhe parece, o idioma, autóctone ou importado.

Já as feições topográficas da terra em que se localizou a lingua, imprimem-lhe outros caracteres, o que faz com ela, aos poucos, se distancie da origem, pois sabe-se que o meio físico e a extensão da área territorial enorme influência exercem sobre a construção do vocabulário. São as imposições de ordem geográfica, as necessidades de aspectos biológicos, moral, político, religioso, os interesses, as lutas, as disputas, etc. que muito ou pouco vão concorrer para a criação de novos termos, moldar o idioma, dar-lhe novas formas e novas regras, enfim dar-lhe vida independente. Eis porque, varia sensivelmente de um para outro povo — mesmo entre aqueles que usam um só idioma — a expressão falada e, por consequência, a escrita. Muitas vezes, as duas linguas, que nos parecem tão diversas, são irmãs na origem.

Ora, tudo isso é o que deve ter se dado com o japonês, que ainda não alcançou o ultimo estágio do progresso linguistico, isto é, a adoção de um alfabeto para a sua linguagem escrita.

Como dissemos, o japonês, é uma lingua aglutinante, em que os símbolos já não constituem palavras ou ideias (ideogramas), como no chinês, no siamês, no anamita ou no malaio, sim, silabas. É um idioma fonético por excelência, tal como as linguas negras (bantú, quimbundo), tártaras, finêsas, polinesianas, australianas e o turco que, juntamente com o japonês, é a lingua mais adiantada desse grupo.

O silabário que os filhos do Império do Sol-Nascente usam na sua escrita, cre-se, foi inventado entre os anos 760 e 790 por

Kukai e Kibi Dajin. Por volta do sec. IX, da era cristã, segundo certos autôres, um sábio japonês, o bonzo Kuuâa ou Kôbô-Daichi, como o chamaram depois, compôs uma poesia, da qual faziam parte todos os caracteres do silabário japonês. Esse poema que começava com a frase "*i-ro-ha-ni-ho-he-to*" passou a ser utilizado como processo mnemônico para o estudo do mesmo. Os japoneses tomaram, então, as tres primeiras sílabas "*i-ro-ha*" e com elas formaram o nome do silabário, tal como nós chamados de "*abecê*" ao alfabeto. A tradução da poesia de Kôbô-Daichi daria mais ou menos isto: "Bem que as flores têm o seu perfume, desfolham-se. No mundo em que vivemos, qual é a coisa persistente?... Hoje subi a altas montanhas; o que vi parecia um sonho, mas não me alucinou..."

O sistema fonético japonês, que reduz todos os sons a 47 sílabas, é o resultado da imitação forçada da lingua chinesa ao se transplantar para as ilhas do Império nipônico, nos tempos do filosofo de Lu, o sábio Kong-futse. A invenção veio marcar época na história da literatura japonesa.

O idioma japonês tem seus caracteres próprios, chamados "*kanzi*" (pronuncia-se "*kanji*"), além das letras de origem chinesa. Segundo Miyatake-Seidô, no seu livro "Esuperantogo-Gaki Nippongo Bungô", esses caracteres são chamados "*kanamozu*" (kanamôje).

Dois tipos de escrita há para os caracteres próprios japoneses: um conhecido por "*katakaná*" e outro por "*hirakaná*". Assim o disse Outi-hiromu, um estudante de medicina de Tóquio, em carta a mim dirigida. O "*katakaná*", mais simples, é o resultado da enorme modificação sofrida pelo chinês, e o "*hirakaná*" é o sistema antigo, que já vai sendo relegado a plano inferior.

O sr. Okamoto, no seu "Vortaro Japana-Esperanto", classifica o "*kanzi*" como sendo "ideograma chinês". Realmente, pode-se dizer que é um hieroglifo nascido na antiga China.

Tanto o "*katakaná*", como o "*hirakaná*" são fonéticos e, abreviadamente, são chamados "*kaná*" (segundo o dito dicionário de Okamoto, "*kanao*"). Como diz ainda Outi-hiromu em

sua carta, pode-se traduzir a palavra *katakana*” como “*kanão quadrado*”. De fato, parece ter ele razão, pois o silabário “*katakana*” é composto de uma série de sinais, na maioria usando linhas quasi retas e bem definidas. Já o “*hirakana*” apresenta uma série de voltas e curvas, sendo de aspecto mais complexo que o primeiro. Daí os nomes.

A atual escrita ordinária japonesa é feita de cima para baixo; mas a escrita horizontal é preferível e é a recomendada para uso dos estrangeiros.

Depois do incidente manchú, os japoneses trataram de ampliar pelo mundo o número de seus institutos de cultura nipônica (nós mesmos fomos obsequiados com alguns...), os quais não só distribuíam livros, revistas, folhetos e o que mais lhes pudesse servir de propaganda, como também faziam a espionagem encapada pelo chavão da amizade internacional. Uma dessas maneiras de se expandirem espiritualmente foi o incremento que deram ao estudo do seu idioma no estrangeiro. Escolas, cursos por correspondência, livros em varias linguas e até em esperanto, puzeram eles em campo.

Para facilitar aos estrangeiros tão complicado estudo, os nipões lembraram-se, a exemplo do que se fez na Turquia, de adotar o alfabeto latino. Naturalmente que seu desejo não era o de simplificar a língua, — porque êsse povo é por demais arraigado, até ao fanatismo, às tradições — e sim, o de espalhar pelo mundo as ideias nipônicas e com elas írem ganhando terreno na sua ânsia de conquista.

Mais tarde, os nipônicos idealizaram uma ortografia própria, utilizando os caracteres latinos, à qual chamaram de “*nippon-siki*”, isto é, “estilo japonês”.

Hoje, estamos vendo que eles adotam também um “*nippon-siki*” nas suas relações internacionais e no modo por que travam a guerra: tradição e selvageria! E’ o instinto da raça!

A êsse sistema de escrever, utilizando os caracteres romanos, dão eles o nome de “*romaji*” (pr. rôomaji), isto é, “romano”. E’ claro que com isso os japoneses lucraram bastante em sua propaganda expansionista, pois os caracteres romanos

são conhecidos universalmente e o “*kaná*” só é usado no Japão, felizmente !

O uso do “*romazi*” começou com São Francisco Xavier, quando este santo varão estava em terras nipônicas, pelejando pela divulgação do Evangelho de Cristo. Necessitando propagar o Cristianismo, teve ele de estudar primeiro a língua da terra, havendo, mais tarde, escrito um livro, que é o mais antigo documento japonês escrito em “*romazi*”, pois apareceu no ano de 1591. Intitulava-se “*Sanctos no Gosagveo no chi Nvqigaqi*” (Abstratos das Atas dos Apóstolos) — Depois desta foram aparecendo, uma após outras, obras compostas em “*romazi*”.

Comumente escreve-se o japonês com a mistura dos caracteres “*kanji*” e “*hirakaná*” ou “*kanzi*” e “*katakaná*”. Muito raramente com o “*katakaná*” isoladamente.

Nos nossos dias a ortografia japonesa passa por grandes transformações, o que dá origem a vários debates sobre o verdadeiro modo de se escrever, estando dividida em duas a opinião dos entendidos. Como se sabe, usa-se na escrita a mistura dos caracteres nipônicos com os chineses. Ora, estes — os chineses — constam de mais de 30.000 ideogramas. Daí resulta para o idioma japonês uma complexidade sem par. A isso, os japoneses reformadores chamam de “ortografia histórica”, na qual se deve pronunciar, levando-se em conta mais os fatores de ordem consuetudinária, do que quaisquer leis gramaticais pre-estabelecidas. Contudo essa velha ortografia não pode ser esquecida assim tão facilmente por um povo que crê, firmemente, que o seu imperador, o poeta Hirohito (dizem que ele também compõe versos...) é filho do Sol e da deusa Amaterasu...

Há no Japão dois grupos que se batem contra o emprego das letras chinesas. São eles: o “*Kanamozikai*”, favorável ao “*kanamozi*” ou “*kanzi*” e o “*Nippon Romazikai*”, que é pela adoção do alfabeto latino.

Assim, batendo-se cada um por essa ou aquela forma, os japoneses vão escrevendo de tres modos a história de suas traições e maldades, enquanto que para nós, felizes ocidentais que não temos que lidar com tamanha algarávia, continua seu idioma a ser um verdadeiro tabú, tão impenetravel para nós, como o são para eles — os ambiciosos do Oriente — as terras livres das Américas e de todo o mundo.

Enquanto vão eles discutindo sua maneira de grafar seus garranchos, os americanos vão tambem lhes apertando a corda ao pescoço, até que chegue o momento em que aprendam que Liberdade é um bem natural, que nasce e morre com o homem e que não é nenhum “kanzi”, “katakana” ou “hirakana”, que eles podem modificar, simplificar ou complicar como melhor lhes pareça.

Aí está em pinceladas de mau artista, — não tão ruins quanto as que dava Hitler nos muros, quando era simples pintor de fachadas — um pouco do que há sobre o idioma japonês. Si houver oportunidade, voltarei com um pequeno vocabulário brasileiro-japonês, algumas frases e algo sobre sua gramática. Antecipadamente, prometo não roubar o precioso tempo de quem se dê ao trabalho de chegar até estas linhas finais.

Belo Horizonte, Julho, 1943.

Um acontecimento no comércio de ótica

Está de parabens a população carioca com a inauguração das novas instalações da Ótica Rio, o tradicional estabelecimento de ótica, da rua dos Andradas, 56.

A Ótica Rio, apresenta agora, ao par das suas novas e moderníssimas instalações uma das nossas mais completas Oficinas de Ótica, estando assim, 100 % aparelhada para atender o re-cetivário dos snrs. médicos oculistas.

A CAVALARIA MODERNA

REFLEXÕES SOBRE SUA INSTRUÇÃO E EMPREGO

General Von Seeckt. — *Pensées d'un Soldat.* — Paris, 1932 — 5.^a edição. — Trad. do Cel. R. B. NUNES, da Reserva de 1.^a classe.

NOTA DO TRADUTOR — Somos dos que pensam que as verdades, como as artes e as ciências, pairam acima dos antagonismos humanos, que não lhes podem destruir o valor, nem, indefinidamente, o proveito. Por isto mesmo o livro do general Von Seeckt mereceu logo uma tradução francesa. E' que se trata de um espírito organizador, de particular competência, a cuja clarividente visão e força de ação, deve o exército germânico sua reorganização e eficiência admiráveis, após a derrota de 1918, a despeito dos estreitos moldes que lhe foram impostos por Versailles. As considerações que se seguem não somente me parecem oportunas como dignas de reflexão de nossa parte, embora não constituam novidade para muitos.

Nada exerce tão empolgante impressão nos espíritos como as cousas que apresentam visos de novidade, e o espetáculo da força, impressão, aliás, benéfica quando não se confundem desejos com possibilidades ainda inexistentes, e sonhos com realidades.

Para aquêles que não se obstinam em pensar que numa guerra qualquer, seja qual fôr o teatro em que se efetue, "os campos serão inundados" por vagas sucessivas de carros blindados, e o sol encoberto por nuvens de aviões, a despeito das possibilidades industriais e de combustível, do país, este estudo merece ser lido, meditado e adaptado, com exclusão, é claro, do que não condiz com a nossa organização e princípios fundamentais.

Êi-lo :

* * *

As fórmulas são mortais. E' verdade particular na vida militar, em que cada doutrina devia ser fruto de reflexões amadurecidas e lúcidas, porque de sua applicação dependem a vida e a morte. O sentimento da responsabilidade devia, nas questões militares, impedir a adoção, sem exame, de fórmulas populares. Afirmar que se pode prescindir da cavalaria, é uma fórmula dêsse gênero. Se lhe juntarmos a do "século da mecanização", marcharemos para a supressão de uma arma que deve ser desenvolvida num sentido moderno.

De onde parte a aversão de muitos meios pela cavalaria ? E', primeiramente, a hostilidade compreensível e profundamente enraizada do infante que marcha na poeira contra o cavalariano que o ultrapassa, na aparência, sem penas nem cuidados. Talvez também a auréola que, desde os tempos antigos paira acima do cavaleiro, mortifique os nervos dos que vêem nela uma das últimas lembranças do tempo em que a profissão do soldado se rodeava de glória e de brilho; os esquadrões apparecem-lhes como restos da Cavalaria. E' verdade que existem, também, outras opiniões mais favoráveis à cavalaria: as aclamações saúdam nos concursos hípicos as proezas de nossos regimentos, e o público rejubila-se ao rever alinhados na verde relva dos campos os uniformes cinzentos, como outrora, os de tôdas as côres. As sociedades hípicas, que florescem na provincia, despertam e alimentam o gôsto pelos belos cavalos e pela equitação. Não há difficuldade no recrutamento dos regimentos de cavalaria. E' interessante notar essas disposições favoráveis, porque influem no público e também no Parlamento, onde os cavalos e sua manutenção fornecem sempre uma oportunidade cômoda e vantajosa para fazer economias. Mas, para os militares, semelhantes motivos não podem prevalecer. Em que assentam, então, as dúvidas que subsistem ainda nos meios militares, a respeito da utilidade da cavalaria ? Creio que os conceitos desfavoráveis se explicam, em parte, por uma rivalidade de armas, ostensiva ou latente, digamos com franqueza,

pelo ciúme, ao qual se junta, muitas vezes, um sentimento secreto de incompetência, relativamente a uma arma da qual não se compreende bem a própria natureza. Podemos desprezar estes dois motivos, e considerar aspectos mais sérios da questão.

O desenvolvimento das armas de fogo tornou impossível o emprêgo dos grandes corpos compactos de cavalaria. Então, por que conservar divisões de cavalaria? E' certo que o tempo dos ataques decisivos passou, mas não somente nos tempos que correm. Para prová-lo, não precisaríamos dos exemplos da guerra. Que a impossibilidade de empregar assim a cavalaria não tenha sido reconhecida por toda parte, e que nossa cavalaria tenha recebido, antes da guerra, uma instrução demasiado restrita, não constitui prova contra seu valor, e tão pouco a insuficiência de sua organização e de seu equipamento, em relação ao papel que ela, devia desempenhar num exército moderno. Era fácil colher um ensinamento de tais erros, e ninguém pensou em instruir a nova cavalaria alemã, tendo em mira os grandes combates em fileiras cerradas. No que respeita a sua organização, não tínhamos liberdade de fazer o que quizessemos.

As experiências que podemos tirar da guerra são, muito importantes. Sem dúvida, nossas divisões de cavalaria, no início da guerra, quando as frentes não se achavam ainda estabilizadas, não executaram o que esperávamos delas. Outros seriam os fatos se, em vez de reparti-las sem inteligência, de maneira uniforme, ao longo da frente, e de atirá-las assim contra frentes fortificadas e acidentes do terreno, as tivessem reunido na frente ou atrás da ala direita que estava livre. Na guerra de posição, as divisões de cavalaria nada tinham que fazer; a transformação em divisões de carabineiros e seu emprêgo como infantaria, foram a consequência natural de nossa necessidade de reforços. Uma cavalaria instruída, equipada e comandada em moldes modernos, somente poderia ter executado de novo sua missão, se se houvesse conseguido abrir uma brecha na frente ocidental. A este, onde as condições da luta e a natureza do terreno lhe eram muito mais favoráveis, a cavalaria exerceu

ação proveitosa; a esse respeito, basta-me indicar os livros instrutivos do general Von Poseck.

E' errôneo, porém fácil a qualquer espírito superficial, concluir das experiências da guerra que a cavalaria é inútil e, portanto, prejudicial. E' certo, para os que pensam que a próxima guerra seja uma repetição da última, e que os homens se enterrarão novamente nas trincheiras. Mas, quem acredita que a guerra de posição é o inverso da verdadeira guerra, que ela pode somente conduzir ao desgato lento do adversário mais fraco e nunca à vitória decisiva, quem busca esta vitória do futuro na guerra de movimento, estes, não renunciarão à arma cuja qualidade essencial é o movimento.

O avião veio colaborar com a cavalaria, mas não lhe tomou o lugar. Os reconhecimento aéreos executam missões que não podem dispensar os reconhecimento terrestres; os resultados obtidos se completam. A exploração a pequena distancia continua a ser tarefa da cavalaria, cujas vistas não são embaraçadas pelo tempo encoberto. A eficácia da divisão de cavalaria cresce com sua ligação com a esquadrilha de aviões.

A motorização do exército é uma das questões mais importantes da evolução militar, mas se tornou também uma fórmula na boca dos profanos e dos sectários. Muitos profetas já vêem o exército inteiro transformado em carros de assalto, e efetuada a substituição dos cavaleiros por homens montados em "tanks". Ainda não chegamos lá, e procederemos judiciosamente se levarmos em conta determinadas circunstâncias, a fim de satisfazer as exigências do presente e do futuro próximo. Não devemos, certamente, fechar os olhos ao desenvolvimento do veículo de motor e a sua utilização militar; criaremos, teóricamente, e na medida do possível, praticamente, as bases necessárias para seu emprego; mas nos livremos de desprezar o que é utilizável, experimentado, existente, por uma possibilidade futura. Lembremos ligeiramente que, no presente, estradas, pontes, montanhas constituem ainda obstáculos para o emprego de massas de veículos automóveis. O material existente,

e o que se pode fabricar rapidamente, nos impõem igualmente, limites.

O veículo automóvel tem duas tarefas principais que executar no exército: constituir uma nova arma especial, e servir como meio de transporte de homens, armas, reaprovisionamentos. Os carros de combate formam nova arma ao lado da infantaria, da cavalaria e da artilharia, sem substituir nenhuma delas. Os veículos de transporte, empregados judiciosamente, podem e devem proporcionar um valioso apêlo à cavalaria.

A solução do problema é, então, empregar a técnica para desenvolver e modernizar o que existe, e não pôr qualquer coisa morta no lugar de uma coisa vivente. O que vive, nossa cavalaria, deve ser levada, com espírito moderno, ao mais alto grau de perfeição, sem perder nada de seu caráter próprio.

Nos primeiros tempos que se seguiram à guerra, quando tudo sossobrava e se fazia mister reconstruir tudo novamente, viu-se surgirem idéias extravagantes. Das organizações obrigatórias da época da guerra civil, colunas móveis em que as armas se misturavam segundo as necessidades e as disponibilidades, muitos concluíam que o exército do futuro devia constituir-se de formações desse gênero, as quais não se podia instruir nem empregar numa guerra verdadeira. Viu-se até surgir o soldado universal, que devia poder fazer tudo e que, na verdade, nada sabia fazer perfeitamente. As imposições de Versailles, que fixaram a organização de nosso exército até às menores particularidades, obrigaram-nos a abandonar semelhantes idéias.

Aquêle tratado dava-nos 3 divisões de cavalaria para 7 divisões de infantaria, ou noutras palavras, 18 regimentos de cavalaria para 21 de infantaria. Proporção curiosa.

Por quê razões nossos inimigos a estabeleceram, é coisa que escapa a nossa percepção, mas não foi, sem dúvida, com a intenção de ser-nos favorável. Jamais lamentei esta estipulação, mas lancei-me ao trabalho com a resolução de *to make the best of it*, neste particular como em muitos outros, ou, em bom alemão, de exigir dessas divisões de cavalaria tudo quanto elas

pudessem dar, e de fazer por sua instrução tudo quanto a experiência nos ensinara, dentro do que nossas forças limitadas nos permitiam. Vou expor, em resumo, nas páginas que se seguem as idéias que me inspiraram.

Enuncio, antes de tudo, o princípio que, desde o começo, lembrei à cavalaria, a saber: — que de todos os soldados, são os cavalarianos dos quais mais se exige porque, a par de sua atividade particular, devem também poder executar o que se pede aos soldados das outras armas. É um ideal elevado, mas a profissão do soldado exige ideais.

Em primeiro lugar, trata-se de alimentar e, onde fôr preciso, despertar o espírito de corpo. Este espírito de corpo é cousa inteiramente particular; cada arma deve considerar-se como a primeira entre todas. Daí resulta um estímulo salutar. Pode originar exageros que o comando refreará com cuidado e oportunamente; mas, que ninguém reprove certas manifestações de orgulho juvenil, contra as quais a própria vida e suas exigências quotidianas, na maior parte das vezes, aplica os melhores remédios. Que se não combata nos homens a altivez de pertencer a uma arma; mas desperte-se nos outros o mesmo amor-próprio. Não é o cavalo que nobilita o homem; é o homem que enobrece o cavalo, a arma, a máquina.

Uma arma deve bastar-se a si própria. Nos primeiros tempos de nossa reorganização, com o intuito de tornar suportável, tão igualmente quanto possível a todas as armas, a penúria de oficiais, fomos forçados, de vez que os da infantaria e da artilharia eram proporcionalmente muito mais numerosos, a colocar oficiais das outras armas nos regimentos de cavalaria. Providência obrigada e transitória. Normalmente, uma arma, até ao comandante do regimento, incluído, deve recrutar-se nas próprias fileiras. Um infante poderá montar perfeitamente a cavalo e conhecê-los melhor que muitos cavalarianos, mas não comandará bem um regimento de cavalaria. Há de faltar-lhe a experiência que só os anos de prática facultam. Poderá aprender a conduzir seu regimento ao combate, mas não a prepará-lo para combater. A consideração e a confiança de seus subordina-

dos lhe faltarão, e é isto que importa, acima de tudo, na paz como na guerra.

Se a cavalaria não dispuser sempre de sub-oficiais capazes de preencher os postos vagos de oficiais, é um indício de má instrução. Que se evitem, portanto, experiências temerárias que só resultam da falta de compreensão, da falta de boa vontade, quando não provêm do lamentável hábito de promover por antiguidade.

Em princípio, a instrução em cada arma, incluído o posto de comandante de regimento, deve ser francamente especializada. Isto não suprime a necessidade de familiarizar-se desde cedo, e na medida proporcionada à função que se exerce, com as possibilidades das outras armas; esta educação se processará sob a forma de um ensino geral e de estágios temporários, mas nunca por transferências de uma arma para outra. Quem se iniciou na infantaria ou na cavalaria deverá, a não ser excepcionalmente, permanecer até ao fim nessas armas. E' exigível somente ao general que se coloque acima das armas particulares. Disto resulta que se pode encarregar generais pertencentes a outras armas, particularmente qualificados para tanto, de comandar corpos de cavalaria porque, no caso, a aptidão para comandar e a estratégia geral sobrelevam a preparação para uma arma especial, mas, devia ser de regra que os próprios comandantes da divisão de cavalaria fôsem oriundos da cavalaria.

O intervalo entre as funções de comandante de regimento e de comandante de divisão, uma vez que não estamos autorizados a possuir brigadas de cavalaria, poderia ser útilmente preenchido por um estágio numa outra arma ou em qualquer função provisória.

E' óbvia a necessidade de, qualquer arma prover por si mesma o renovamento de seus quadros. Um comandante de regimento deve ter a liberdade de escolher seus futuros oficiais. Se faz má escolha, é porque não está à altura do posto importante que ocupa, e não deve permanecer nêle. O número de bons candidatos que se oferecem permite felizmente ao chefe escolher os que lhe pareçam mais aptos. Nesta seleção, não deve deixar-se

levar senão pelo interesse da arma e, particularmente, de seu regimento. Tirar-lhe esta responsabilidade, é preferir outras considerações que não a apreciação do valor pessoal, é um absurdo que só pode rebaixar a qualidade do recrutamento. O que acabou de dizer é válido, naturalmente, para todas as armas e para o recrutamento dos homens.

Se nos ocuparmos, agora, da instrução da cavalaria, verificaremos que a importância do que se exige dela, obriga que se dedique a sua instrução um cuidado particular; esta verdade é notadamente positiva no que concerne à instrução dos chefes superiores. Já antes da grande guerra era difícil formar os chefes mediante exercícios práticos, porque a reunião de grandes unidades que pudessem ensinar a manobrar, só raramente podia efetuar-se. A situação melhorou desde que não mais procuramos exercitar-nos nos custosos combates de cavalaria; mas, por outro lado, a necessidade de reunir tão frequentemente quanto possível, grandes corpos de cavalaria subsiste, e aumentou ainda mais por causa do desenvolvimento do raio de ação.

Se os campos de manobra shastam, e miregra, para a instrução das tropas, sob condição de exercitá-las cada uma por sua vez, a preparação da cavalaria exige que ela se exercite em pleno campo, e em ligação com os meios de reconhecimento modernos, os veículos automóveis e os aviões. Os exercícios de combate, que se ligam imediatamente aos das outras armas, poderão executar-se graças à participação dos regimentos de cavalaria nas manobras das divisões de infantaria. Ainda quando a tropa não tome parte diretamente nelas, a participação dos oficiais superiores de cavalaria nessas manobras, como nos diversos exercícios das demais armas e nos cursos especiais, lhes facultarão outras oportunidades de se instruírem praticamente. Resta ainda um vasto domínio para a instrução teórica. O estudo pessoal da história da guerra completará estes ensinamentos. A este respeito, desejo frisar que a história da guerra oferece, precisamente, grande quantidade de exemplos instrutivos de emprego da cavalaria. Trata-se, somente, de distinguir o que é relativo, mutável, do que é permanente. Os grandes princípios

de emprêgo da cavalaria permanecem os mesmos, ainda quando êsse emprêgo se adapte a circunstâncias diferentes.

Pode-se tirar um ensinamento de tudo, até das faltas cometidas, mas não devemos considerar nossos predecessores como mais ignorantes do que nós, porque não dispuseram de nossas experiências e descobertas. Não lançamos mais os esquadrões, como Frederico na tarde da batalha, com ruidoso tilintar de sabres, contra o inimigo abalado; mas um Seydlitz moderno dirigirá, no momento oportuno, a cavalaria que conservou em reserva, contra o flanco e as retaguardas do inimigo, para juntar seus esforços aos das outras armas engajadas, e concorrer para a decisão final. As divisões de cavalaria de um novo Napoleão, apoiadas por infantes, pela artilharia pesada, transportada em autos e aviões, precediam as tropas prussianas batidas em Iena, para exterminá-las no Oder.

Nos tempos modernos, citemos os combates entre os Estados americanos do Norte e do Sul; mais recentemente, ainda, a atividade da cavalaria russa comandada por Budjenny, e a da cavalaria turca, contra a cavalaria grega.

Em regra, deveremos exigir do chefe de cavalaria, como aliás de todos os generais, que se considere, mais do que se fazia antes da guerra e até ao fim de sua carreira, não somente como um homem que ensina, como também um homem que aprende.

Na formação técnica desta arma, a equitação está em primeiro plano. O manejo e o emprêgo do cavalo não pertencem unicamente à cavalaria, mas exercem nela um papel particular. O fim da cavalaria não é somente transportar o cavaleiro e suas armas ao lugar desejado, mas chegar a êsse lugar com a maior segurança e rapidez possíveis, e, ao mesmo tempo, poupando o cavalo o quanto puder. Para isto, é preciso que cavaleiro e cavalo tenham sido adestrados com firmeza e propriedade. Pode-se montar cavaleiros rapidamente instruídos, em cavalos meio adestrados, e empregá-los para certos fins militares, mas não se obtém assim uma cavalaria. A cavalaria não pode ser improvisada, e uma cavalaria de milícia não satisfará nunca ao que se pede a esta arma. A par da qualidade dos cavalos, a qualidade

do equitador assume, também, grande importância. A relevância dos exercícios de picadeiro — que muita gente põe em dúvida, — é novamente reconhecido como um meio de treinamento excelente para homens e cavalos, sob condição de não ser considerado como um fim em si, porque o fim, é montar no campo. Atribue-se maior valor à equitação individual do que à de grupo, por se haver reconhecido ser, mais do que outrora, o cavaleiro e não o grupo compacto, que tem importância no combate. Neste sentido, devemos rejubilar-nos por ver a cavalaria participar dos concursos hípicas. Mas neste caso também, como em todos os desportos, é mister não esquecer jamais que, o importante, do ponto de vista militar, não são as proezas, e sim a média superior do rendimento que estas permitem atingir.

Ao lado das corridas de cavalos, que nada poderá substituir, mas que são acessíveis apenas a um pequeno número, o hábito de montar em campo, a caça com cães, e toda a sorte de equitação desse gênero, exercem influência direta sobre a cavalaria. Conviém que, a par dos oficiais, participem delas muitos sub-oficiais e soldados. Seria de desejar que se difundisse o polo no exército; seu valor, para formar bons cavaleiros, é indiscutível. O que impede a generalização deste desporto, é ser dispendioso, enquanto se tiver de adquirir os "poneys" no exterior. Se se conseguisse obter da raça da Prússia Oriental um cavalo apropriado a este desporto, e se puséssemos à disposição de quem desejasse praticá-lo cavalos do exército poder-se-iam superar as dificuldades ainda existentes. Não seria absolutamente necessário que nossos campeões entrassem desde logo em competição com os jogadores internacionais mas poder-se-ia desenvolver, na própria cavalaria, este desporto tão útil.

Nada há que alegar contra a participação em competições internacionais, com a condição de que sejam controladas, e se executem com o tacto particularmente indispensável nessas ocasiões. Convém lembrar, somente, que todas essas participações desportivas do exército necessitam de benevolência e cuidados, além do auxílio material. É mister que o cavaleiro não dependa de auxílios privados, ou que a equitação seja uma

questão de recursos pessoais. Neste caso, deve-se estar convencido de que o desporto equestre não é um luxo pessoal, mas um fator indispensável ao exército.

A natação constitui parte importante da instrução da cavalaria. Deve e pode ser intensificada com os recursos de que dispomos, para que a maioria de nossos rios da Europa central não sejam um obstáculo para nós.

Não posso terminar este capítulo relativo à instrução da cavalaria, sem lembrar que a cavalaria alemã deve o valor que readquiriu, apesar de tantas dificuldades, à inteligência, ao trabalho e ao exemplo de seu primeiro inspetor, o general de cavalaria von Poseck.

* * *

O papel do cavalo é levar os soldados ao encontro do inimigo. Quando o cavaleiro abandona o cavalo, transforma-se em infante; não se exime de nenhuma das tarefas que incumbem a este, nem no que concerne ao emprego das armas como ao que respeita à utilização do terreno, exceto em que, no combate montado, a decisão deve ser obtida rapidamente, e que se dispõe de menor tempo para preparar a ação. Isto, porém, cabe mais ao chefe do que ao soldado. A aprendizagem do manejo do fuzil e da metralhadora conserva importância primordial para o cavaleiro, do mesmo passo que sua colaboração com a artilharia.

O combate de cavalaria apresenta uma particularidade: desde que se inicia, deve-se prever que, uma vez atingidos seus fins, será interrompido, para recomeçar noutro ponto. Ver-se-á, raramente, um combate de cavalaria perdurar durante horas a fio, até ao esgotamento, como na infantaria; donde, a possibilidade de desenvolver-se em largura com prejuízo da profundidade. A passagem da progressão a cavalo para o desenvolvimento a pé, tem importância decisiva. Deve proceder-se assim: aproximar-se, a cavalo, do inimigo tanto quanto a situação e o terreno permitirem, mas por outro lado, não até tão perto que o desenvolvimento a pé não se possa efetuar a sangue.

frio. A localização dos cavalos assume grande importância; não devem ficar expostos porque, perdendo-os, perde a cavalaria sua mobilidade; mas não podem ficar tão afastados que, para retomá-los, se perca muito tempo.

Nos exercícios do tempo de paz, é preciso empregar particular severidade na escolha do local onde devem estacionar os cavalos de mão e equipagens, porque o fogo inimigo não intervém para impedir que se escolham os sítios mais cômodos. E' mister muita energia e imaginação para adotar precauções contra um ataque eventual por aviões.

A ligação da cavalaria com a artilharia leve é velho hábito entre nós, mas haveria muito que dizer a êsse respeito, se isto não levasse muito longe. Observemos, também, que um tiro tenso de artilharia apoia as divisões de cavalaria com eficácia, e que muitas dessas missões não poderiam ser executadas com a presteza desejável, sem os tiros curvos da artilharia pesada e da artilharia média. E', portanto, dever da cavalaria, familiarizar-se com essas armas, sua mobilidade, emprego e ação.

A instrução dos pioneiros — nos corpos de cavalaria que recebem uma instrução de pioneiros, e nas seções especiais de pioneiros, — deve visar, notadamente, garantir às tropas rapidez de movimento, e aplicar-se, antes de tudo, a transpor os obstáculos, os cursos d'água, a abrir seções automoveis. Convém não perder de vista a antiga prática adquirida na guerra de minas.

Um dos ramos mais importantes da instrução de cavalaria, é a do serviço de informações.

Saímos da guerra com experiências inteiramente novas, e realizamos progressos neste particular; há ainda possibilidades futuras, e a cavalaria não será a última a tirar proveito delas. E' a razão suficiente para que o cavaleiro se inicie cuidadosamente em todos os modos de informação.

A preparação técnica neste serviço não pode ser muito pessoal, nem muito prática. Será preciso, para pôr em ação os diversos meios de informação, que o regimento possua um

posto central, onde todos os fios se reúnam e de onde todos partam; é somente dessa maneira que a colaboração necessária e o emprêgo judicioso de todos os meios humanos e técnicos, das patrulhas, dos aviões, do telégrafo, do telefone e da T.S.F., poderão ser garantidos. O comando trabalha em ligação tão íntima com seu posto de informação, como com sua artilharia. A preparação para esse serviço se fará mediante exercícios de informação a pequenas e a grandes distâncias, precedidos por uma instrução individual aprofundada e por exercícios na carta.

A coordenação entre os reconhecimentos aéreos e os reconhecimentos a cavalo, exige que se conheçam as propriedades particulares da arma aérea, sem o que, não se poderiam impor-lhe as tarefas que lhe são próprias. Resulta, para o alto comando, um novo e importante campo de ação. A coordenação dos dois meios de exploração, mostrará como se completam, quando os limites de suas atividades se tocam, e, às vezes, se superpõem até, e ainda, como uma não poderá substituir a outra.

Vivemos num tempo em que se utilizam cada vez mais os veículos motorizados. Não será possível expor minuciosamente aqui a questão da motorização do exército. Mas, como a motorização serve, sobretudo, para aumentar a rapidez do movimento das tropas, concerne, em primeira plana, à cavalaria. Permitir que a artilharia acompanhe a cavalaria com a mesma velocidade dela, foi sempre de grande importância, e adquirirá nova, se se quiser, de um lado, a potência do combate e, de outro, a independência da cavalaria. Eis porque é de grande interesse para ela estabelecer, mediante estudos teóricos e experiências práticas, até que ponto se poderá pedir nas circunstâncias atuais, esse acréscimo de forças; o que é possível esperar das possibilidades de ação de semelhantes destacamentos; como empregá-los e, antes de tudo, como coordenar sua ação com a da cavalaria.

Não devo terminar estas breves reflexões a respeito da instrução, sem insistir na educação propriamente dita das tropas,

no que chamamos de serviço interno, na mais ampla significação do termo. A formação do caráter de cada homem, o zelo pelo seu moral, a educação dos sub-officiais, a direção do corpo de oficiais, são outras tantas questões que não concernem somente à cavalaria.

A solicitude para com o soldado, durante e após o serviço, é obrigação comum a tôdas as armas. Se faço alusão aqui a esta face do serviço, é para impedir que a multiplicidade dos ramos da instrução, e a variedade dos trabalhos, façam esquecer a educação e o bem estar do soldado. O cavaleiro consciente de sua responsabilidade, põe, antes de tudo, com razão, o cuidado com o cavalo, porque este não é somente um material precioso que lhe é confiado, mas principalmente, por ser a arma que seu dever de soldado lhe impõe conservar em bom estado. E' um prazer percorrer cavalariças claras, assecadas, arejadas, onde se encontram animais bem tratados, de pêlo luzente; mas, do outro lado do pátio do quartel, é preciso que nos acolham alojamentos confortáveis, sítios de agradável camaradagem, onde o homem se sinta à vontade, depois do trabalho árduo. Somente fazendo de cada homem um colaborador zeloso, é que se logra êxito numa instrução tão delicada e variada. O superior preparará entre os sub-officiais, em todos os domínios e, sobretudo, no da cavalaria, auxiliares ativos e inteligentes. Mas o oficial, jamais deixará que as rédeas lhe fujam das mãos; êle é, e deve ser sempre, o senhor, o chefe, o modelo.

* * *

A composição das grandes unidades de cavalaria propõe um problema particular. Pensou-se em escolher, como base, a brigada, com armas auxiliares, e em formar as divisões e corpos de cavalaria pela reunião de algumas brigadas. Creio que o potencial de combate de uma brigada reforçada é muito fraco para executar a maior parte das incumbências que cabem à cavalaria, e que se fará melhor, por consequência, escolhendo como base uma unidade que tenha, ela própria, uma força de combate suficiente. E' de desejar, por outro lado, que esta

unidade de combate constitua, ao mesmo tempo, uma formação independente em tempo de paz, como acontece com a infantaria. Chegamos assim à divisão de cavalaria, que se divide em três brigadas, cada uma de dois regimentos. A articulação por três proporciona grande flexibilidade de movimentos, e a brigada seria capaz de cumprir a maior parte das missões que lhe incumbem no quadro da divisão. O número de regimentos não ultrapassa a capacidade de um divisionário, no que respeita à instrução ou ao controle. Se juntarmos aos regimentos a artilharia que deles faz parte organicamente — três baterias de campanha na divisão, as seções de pioneiros e os serviços de informações, — teremos, assim, com os trens regimentais, todos os elementos fundamentais.

A divisão de cavalaria com esta composição de tempo de paz, não é suficiente em tempo de guerra. Tornar-se-á necessário reforçá-la segundo os casos e a natureza das missões que tiver de cumprir. Estas têm caráter tão diferente, que se terá que juntar-lhe infantaria, artilharia, pioneiros, aviões, trens regimentais, de acôrdo com as circunstâncias.

Isto nos conduz a expor ligeiramente as missões mais importantes que a cavalaria poderá ter que cumprir; veremos, então, se a preparamos convenientemente.

No início das hostilidades, a cavalaria que está sempre pronta, e que não precisa ser completada pela mobilização, é encarregada de cobrir o avanço das tropas, e de proteger as fronteiras. Esta missão pôde ser executada defensiva ou ofensivamente. Se se decidiu assumir a primeira atitude, ter-se-ão frentes extensas, pouco guarnecidas, apoiadas em obstáculos naturais ou criados artificialmente, tais como as inundações, com uma rede de comunicações bem organizada, e com fortes reservas à retaguarda. Serão os aviões que se encarregarão dos reconhecimento a grandes distâncias, para determinar os movimentos do inimigo. A divisão de cavalaria necessitará do apóio de infantaria (unidades de cobertura) para executar sua tarefa.

Se a cavalaria deve agir ofensivamente, para levar a linha de proteção mais à frente, ser-lhe-á preciso romper as tropas de cobertura do inimigo. Isto exigirá coesão, e um ataque por surpresa; far-se-á mister aumentar o potencial de ataque da divisão com artilharia e com infantaria, que a seguirão para manter a posse das posições conquistadas. Se se conseguir a ruptura, os reconhecimentos no terreno completarão os reconhecimentos aéreos a grandes distâncias. A cavalaria deverá, também, colher informações interrogando os habitantes do país, fazendo prisioneiros, interceptando comunicações telefônicas, cortando as comunicações do inimigo.

A guerra pode iniciar-se, também, por operações de cavalaria independentes e mais importantes, quando as formações destinadas a êsse fim estiverem prontas para intervir, antes que a massa do exército possa entrar em atividade. O objetivo dessas operações pode ser entravar a mobilização do inimigo e sua entrada em campanha, mediante engajamentos e destruições; podem, igualmente, visar fins políticos. Para operações dêsse gênero, a divisão de cavalaria precisa ser reforçada, segundo as necessidades particulares de sua tarefa. E', entretanto, indispensável, que a rapidez de seus movimentos não se prejudique por isto, pois que é precisamente a mobilidade que dá força às operações desta espécie.

Quando executa missões tão extensas, a cavalaria necessita do apôio da infantaria porque, sem isto, seu fogo não teria a potência suficiente. A proteção dos acantonamentos e das comunicações exige efetivos que não podem, sem perigo, ser retirados dos da cavalaria. Êstes reforços de infantaria serão transportados em automóveis, para que se possam deslocar rapidamente; a não ser assim, constituirão um embaraço. A variedade das operações de que a divisão é incumbida, exige o apoio de uma artilharia móvel, portanto, eficaz; os tiros diretos serão os mais úteis. Permitem encetar o combate a grande distância, e obrigam o inimigo a reações que só se tornam eficazes quando o assaltante, diante de uma resistência muito forte, se retirou sob a proteção de sua artilharia. Muitas vêzes, o

fim da operação será levar a artilharia pesada aos lugares de onde alcance objetivos importantes, tais como os entroncamentos de estradas de ferro; as outras armas se encarregarão, somente, de cobrir a artilharia; será frequente a necessidade de pôr resolutamente em ação, e com rapidez, tôdas as forças de combate, e uma luta tenaz para lograr o fim prescrito. E' evidente que em operações tão longinquoas, que tanto se afastam de sua base de operações, o serviço de informações, particularmente a T. S. F., desempenhará um papel importante. A colaboração com os aviões assumirá importância especial; as esquadilhas de reconhecimento deverão depender da divisão. Graças às informações que elas lhe fornecem, a cavalaria terá muito maior liberdade e segurança na escolha dos objetivos de suas operações. A ligação íntima com o ponto de partida, o país ou o exército, será dentro em pouco rompida, às vèzes, até no primeiro ou no segundo dia. Isto exigirá uma grande independência em tôdas as questões de reabastecimento e, por consequente, trens regimentais importantes para o transporte de munições, de forragens, de víveres. O vulto dêsses trens dependerá da tarefa a executar; os trens regimentais, cuja importância foi fixada teòricamente, têm, na maioria dos casos, o defeito de não corresponder a seus fins: não transportam aquilo de que se necessita, e fornecem com abundância o que é supérfluo. A principal dificuldade será o fornecimento de munições à artilharia, e a falta de munições pode ocasionar o fracasso da operação; poder-se-ão, talvez, utilizar aviões de transporte. Encontrar-se-ão no local forragem e víveres, porém, em quantidades restritas, raramente suficientes. Faz-se mister pensar no estabelecimento de nova base de reforços, quando a ligação com a base de partida fôr inteiramente cortada. Por outro lado, esta última deve esforçar-se por restabelecer a ligação com a cavalaria, durante sua progressão.

Os trens regimentais deverão ser suficientemente armados para estas operações. Não é bastante prover os condutores e às escoltas, de fuzis e de metralhadoras; é necessário juntar boas tropas de proteção, dotadas dos mesmos meios de transporte que os trens.

A atividade da cavalaria, tal como acabamos de descrever rapidamente, pode manifestar-se não somente no início de uma guerra, como no decurso de sua duração, em certos pontos afastados do centro principal das operações.

Quando se acha estreitamente ligada aos exércitos, a cavalaria será encarregada de completar os reconhecimentos efetuados pela aviação. Dada a instrução especial que a cavalaria recebe, não há grandes cousas que dizer a êste respeito.

Lembremos apenas a necessidade, no momento em que as frentes dos dois exércitos se aproximam, de retirar a tempo os corpos de cavalaria que se acharem entre êles.

Nêste estádio da luta, poderá produzir-se uma pausa na atividade das divisões de cavalaria. Será muito necessária para reparar-lhes as forças. As tropas que lhe houverem sido reunidas para as operações precedentes, serão retiradas, a fim de serem transportadas para outro local. A divisão será retirada para a retaguarda, ou enviada para uma ala onde, sem prejudicar muito o repouso que lhe é necessário, poderá proteger o flanco das tropas por meio de reconhecimentos.

Quando se aproximar a decisão, a cavalaria poderá influenciar consideravelmente no equilíbrio das forças em favor do exército ao qual pertencer, atraindo para êle as forças inimigas. Se conseguir atuar, de flanco, contra o avanço do inimigo, poderá, renovando em vários momentos tais intervenções, desviar contra ela forças importantes, sobretudo quando o inimigo não dispuser de cavalaria, e se vir forçado a engajar infantaria, do que lhe resultará grande perda de tempo e de forças. Vê-se, dessa maneira, quanto será de desejar, quando nós mesmos avançamos, cobrir nossas alas com cavalaria. Para estas operações de flanco, a cavalaria precisará, muito mais, ser apoiada por artilharia de longo alcance, do que por infantaria. Transportar-se rapidamente para o ponto favorável ao ataque, engajar o combate por surpresa, desaparecer em seguida, logo que o fim esteja atingido, surgir de novo para outro engajamento, são caracteres distintivos dêsse gênero de luta, que assim convém à cavalaria.

Na própria batalha, a cavalaria procurará cooperar na ação geral, de um ponto para onde sua mobilidade lhe permita transportar-se, e do qual poderá atingir o inimigo em suas partes mais sensíveis, a saber, nas alas e, se possível, nas retaguardas. Deverá, notadamente, visar a artilharia inimiga que ficar inteiramente para a retaguarda, os postos de comando e os de informações. Importará manter íntima ligação com o alto comando, o que facultará mais rápida decisão.

A rapidez de movimento, e a ação da artilharia, continuam a ser, no caso, fatores decisivos. Poderá ser proveitoso agir em ligação com seções de carros de combate.

Quando se decidir a sorte da batalha, a cavalaria recuperará maior liberdade de ação e terá nova missão a cumprir: a perseguição ao inimigo. Seu êxito dependerá da prudência do comando, da rapidez de movimento e da excelência de seu tiro.

Demos exemplos suficientes do emprêgo da cavalaria. Empenhei-me em provar que os dias de uma cavalaria instruída, equipada e comandada em moldes modernos, não estão absolutamente, contados; e que esta arma pode ainda fazer flutuar, com confiança, as bandeirolas de suas lanças aos ventos do futuro.

NOTA FINAL DO TRADUTOR. — Eis o que pensava em 1932, — quando a grande guerra já estava sem dúvida em preparação — um espírito lúcido, objetivo e organizador — a respeito da cavalaria. Não são suas idéias relativas à organização e instrução da arma, que aliás não constituem novidade para nós (pelo menos como idéias...), a parte mais interessante de seu estudo, mas a defesa da sobrevivência da cavalaria, a despeito das conclusões apressadas de observadores superficiais, que já a consideram um instrumento antiquado, sem lugar nem proveito na guerra moderna.

Esquecem, em geral, que o característico da arma não é o cavalo somente, mas a essência, o espírito de sua ação, e a consequente organização. O carro não substitui o cavalo em tôdas as circunstâncias, nem vai aonde o cavalo é capaz de ir. O apare-

cimento de um novo meio de combate mais poderoso, e de maior raio de ação, não anula nem dispensa o concurso de outros preexistentes; o rádio não destruiu o telefone, como este não desvalorizou o estafeta; a bomba de avião não substituiu o obuz, nem este o fuzil. O que se tem feito, é completar a gama dos materiais, alargando, aprofundando e adensando a área de destruição.

Conhece-se a objeção: que papel representou a cavalaria na guerra atual? Não se pode responder pela negação, na frente russa; na frente ocidental, o caso é particular, e é cedo para doutrinar.

Demais, já o dissemos, todas as guerras, em todos os países, serão como esta? Qual foi o característico tático desta guerra? O desequilíbrio inicial formidável, absoluto, preconcebido e preparado, entre as forças do agressor e as dos agredidos; a destruição imediata e quase total, realizada pela surpresa da velocidade e da massa nos campos inimigos, onde quer que se encontrassem suas forças e seu meio de ação, o que, de certo modo, dispensava maiores cuidados de informação e de segurança iniciais; era o esmagamento brutal de tudo, sem dar tempo às reações. O contacto se estabelecia com rapidez fulminante. Mas a impetuosidade da torrente acaba por atenuar-se quando ela se espraia e, então, a Rússia provou, é possível ir lançando os primeiros alicerces dos diques que a devem deter. E apesar de Dunquerque, apesar da Polónia, a Inglaterra despertou, e a Rússia pôde depois arrancar o punhal que o inimigo lhe cravara no peito, bem junto ao coração. O tempo e o espaço hão de ser sempre fatores essenciais na guerra. A crise sobrevem o equilíbrio, e a ação se contrapõe a reação. A guerra retoma, então, os métodos compassados e metódicos, embora seu ritmo continue subordinado às circunstâncias de ocasião.

É certo que todos se devem preparar para a guerra, tal como poderá ser no futuro, e não deixar-se cristalizar nos meios e processos das guerras passadas. Mas, enquanto não se idealizam esses novos meios e se prepara a execução deles, que outro dever mais premente se apresenta, que a utilização e o aperfeiçoamento dos atuais? Quem sabe quando vem a guerra? Quan-

do se chega a saber, é tarde de mais para impedir o desastre e as consequências que a falta de preparação e de providência acarretam inexoravelmente. E só então, nos apercebemos do erro fatal, que é desprezar os meios atuais para fundar em sonhos de uma organização futura, a resposta às realidades do presente. Precisamos ainda, e muito, de nossa cavalaria, da cavalaria de campanha, e foi a defesa desta arma contra as condenações apressadas, feita por uma autoridade incontestável, que nos levou, principalmente, a divulgar entre os nossos leitores, o estudo do general von Seeckt.

Há nêle, entretanto, outras advertências proveitosas. Destaco, como a mais importante, a questão da instrução prática do conjugado cavalaria-avição, no que toca à sua missão essencial: a informação. Nos tempos áureos da Missão Militar Francesa, conseguiu-se realizar alguns exercícios modestos e elementares, não daquele gênero, mas de simples observação, e da ligação avião-terra; mas isto mesmo, em quadros amigos, isto é, numa situação conhecida por todos. Entre este problema e o de saber o que se pode ver, em nossos terrenos e a diferentes altitudes, de uma grande unidade articulada no campo e em situação "incerta e não sabida", vai uma distância enorme, que só se vence à custa de contínuos e metódicos exercícios. Este, entretanto, é um primeiro estágio da instrução, porque concerne apenas à preparação do observador; o segundo, será a cooperação com as forças terrestres, e mais, o adestramento do conjugado cavalaria-avição, de que nos ocupamos no momento.

"Fazer a sua guerra", bastar-se a si mesmo para ganhar a vitória, esquecer a indispensável cooperação, foi erro em que já incidiram alguns chefes, e inebriou até algumas armas; isto, porém, é coisa do passado, e hoje, todos sabem que a guerra é um empreendimento essencialmente de cooperação, e que ninguém se basta por si só.

Enfim, o estudo que ora reproduzimos é tanto mais interessante quanto, elaborado para uma Alemanha de forças militares, então, limitadas, se adapta perfeitamente às circunstâncias em que vivem os países cujo potencial de guerra não lhes permite se alinharem com as grandes potências mundiais. E até

as cousas sabidas despertam reflexões, quanto ao grau de eficiência prática que se exige do instrumento que deve estar sempre pronto para entrar em ação amanhã, para que se não tenha de ganhar, à custa de sangue e de território, o tempo necessário para remediar os males de um optimismo sem fundamentos, porque assenta mais nas aparências e no comodismo, do que nas realidades e no trabalho honesto e objetivo. A guerra vai ser banida da face da terra, diz-se, mas será necessário que duas gerações mundiais tenham sido educadas nesse ideal; enquanto isto, as guerras serão evitadas com outras guerras.

Camponeza do Minho

PETISQUEIRAS A' PORTUGUESA

F. Costa & Rodrigues

42, RUA DA CONCEIÇÃO, 48
(Antigo 36)

HOMENAGEM A' F.E.B.

Fones: 43-0620 — 43-0434 — RIO DE JANEIRO

1883
Galeria  **Paulista**
DE MODAS

Homenagem às Forças
Expedicionárias Brasileiras

ESTATUTOS

DA

Cooperativa Militar Editora e de Cultura Intelectual "A DEFESA NACIONAL" LIMITADA

TÍTULO I

Da Sociedade

CAPÍTULO I

CONSTITUIÇÃO E FINS

SEÇÃO 1.ª

Denominação, sede e área de ação

Art. 1.º — Sob a denominação de Cooperativa Militar Editora e de Cultura Intelectual, "A Defesa Nacional" Limitada, fica constituída entre os abaixo-assinados, e os que de futuro forem regularmente admitidos, nos termos da legislação em vigor, uma sociedade cooperativa de responsabilidade limitada, que se regerá por estes estatutos.

Art. 2.º — A sede da Sociedade é o Distrito Federal; aí terá sua administração e seu foro jurídico. Sua área de ação, porém, se estende até às sedes de guarnições do Exército Nacional, onde tem possibilidade de controle e de operações.

Art. 3.º — A Sociedade, por suas condições peculiares estendendo-se assim até às sedes das Guarnições do Exército Nacional, estabelece que aos seus associados nas mesmas domiciliados ou residentes, é permitida a representação, em suas Assembleias Gerais, por meio de procuração, não podendo, entretanto, cada associado representar mais de trinta.

Art. 4.º — O prazo da duração da Sociedade é indeterminado e o ano ou exercício social coincidirá com o ano civil.

SEÇÃO 2.ª

Objetivo, operações e programa de ação

Art. 5.º — A Cooperativa tem por objeto:

a) pugnar por tôdas as questões que interessam à defesa nacional, à existência e ao melhoramento de suas forças armadas e à difusão da cultura geral e profissional dos seus associados;

b) publicar mensalmente a revista subordinada ao título "A Defesa Nacional" e sub-título — Revista de assuntos militares, encampando, para tanto, o ativo e passivo, bem como o título da revista de igual nome, já existente, registrada no órgão competente sob número 10.228.

c) formar bibliotecas fixas ou circulantes;

d) editar por conta própria, os regulamentos militares ou outros trabalhos de reconhecida utilidade profissional, inclusive traduções a cargo da Sociedade, anexos à Revista ou separados dela;

e) editar por conta própria, ou de seus associados, trabalhos destes também quando julgados de reconhecida utilidade profissional ou geral;

f) adquirir para seus associados as publicações de toda a natureza, editadas no país ou no estrangeiro, de conformidade com seus pedidos;

g) manter, quando possível, oficinas gráficas próprias;

h) manter *stocks* de livros para revender a seus associados.

Art. 6.º — Na execução do seu programa, a Sociedade procurará atender aos interesses econômicos de seus associados, nos casos em que houver cabimento, e poderá manter representantes ou seções nas sedes das Regiões Militares ou Unidades do Exército se tanto exigir o seu desenvolvimento.

SEÇÃO 3.^a**Do Capital Social**

Art. 7.^o — O capital social varia com o número de associados e de cotas-partes que cada um subscrever, não podendo ser inferior a Cr\$ 5.700,00 (cinco mil e setecentos cruzeiros), sendo, porém, ilimitado quanto ao máximo.

Art. 8.^o — A cota parte é a unidade de divisão do capital; o valor de cada uma é de cinquenta cruzeiros (Cr\$ 50,00), mencionando-se nestes estatutos os números mínimo e máximo que cada associado deve possuir.

Art. 9.^o — As cotas-partes só podem ser transferidas a associados da cooperativa; essa transferência só se poderá realizar mediante autorização da Assembléia Geral e o pagamento de uma taxa de 5% (cinco por cento), e que será recolhida ao Fundo de Reserva.

§ 1.^o — Não será permitida a sua transferência a terceiros estranhos à sociedade, nem poderão ser negociadas na Bôlsa.

§ 2.^o — Não será entregue ao associado nenhum título ou documento que, sob qualquer denominação, represente a sua parte subscrita de capital; todo o movimento de suas cotas-partes, subscrição, pagamentos, transferências, etc., será lançado em conta corrente no "Livro de Matrícula" e no seu título nominativo.

§ 3.^o — A transferência a que se refere este artigo será averbada no título nominativo do associado cedente e no do cessionário e nas respectivas contas correntes do "Livro de Matrícula", transferindo-se, por débito, os créditos correspondentes, mediante a assinatura de ambos os interessados.

Art. 10.^o — As cotas-partes não podem ser objeto de penhor com terceiros, nem entre os associados, para com a Sociedade, por si ou em favor de terceiros.

Art. 11.^o — Cada associado deverá subscrever no mínimo 2 (duas) cotas-partes e no máximo, um quarto do capital inicial, cujo montante poderá ser

pago de uma só vez, ou 10% no ato da subscrição e os 90% restantes em prestações mensais, independente de chamada.

§ 1.º — Uma cota-parte não poderá pertencer a mais de um associado, nem haverá fração de cota-parte.

§ 2.º — Desde o pagamento da primeira cota-parte fica o associado com direito a participar das sobras anuais e de retirar, sem prejuízo da responsabilidade que lhe competir, a importância de suas cotas-partes, nos casos de demissão ou exclusão, na forma destes estatutos.

§ 3.º — Nenhum direito que lhe cabe quanto ao fundo de reserva, pertence exclusivamente à Sociedade.

CAPITULO II

DOS ASSOCIADOS

SEÇÃO 1.ª

Admissão, demissão e exclusão

Art. 12.º — Podem fazer parte da Sociedade os oficiais do Exército, da Armada, das Forças Aéreas Brasileiras, das Forças Estaduais consideradas reservas do Exército, desde que se conformem com estes estatutos.

§ único — Os associados serão em número ilimitado, não podendo ser inferior a doze.

Art. 13.º — Para adquirir a qualidade de associado é preciso ser proposto por dois associados que não pertençam à administração, pagar a jóia de admissão e, pelo menos, 10% (dez por cento) do valor das cotas que subscrever, assinar com o Diretor-Presidente, o Livro de Matrícula, e residir nas sedes de Regiões e de Guarnições até onde a Cooperativa estender sua área de ação.

§ 1.º — Será de Cr\$ 10,00 (dez cruzeiros) a jóia de admissão.

§ 2.º — Quando, por motivo de distância, o associado não puder assinar o Livro de Matrícula, a proposta deve indicar o procurador que assinará por ele.

Art. 14.º — O associado, uma vez inscrito no "Livro de Matrícula", entrará no gozo de seus direitos, e receberá um título nominativo, em forma de caderneta, contendo, além do texto integral do ato constitutivo (estatutos), a reprodução das declarações constantes da matrícula no livro e um certo número de páginas para nelas ser lançada a respectiva conta corrente de capital.

§ único — Essa caderneta título nominativo será assinada pelo associado a que pertencer, e pelos Diretores-Presidente e Gerente da Sociedade.

Art. 15.º — Os associados podem deixar de pertencer à cooperativa por demissão ou por exclusão. A demissão será concedida exclusivamente a pedido do interessado e a exclusão só poderá ser deliberada na forma destes estatutos, e por fatos neles previstos, tudo de acordo com a lei em vigor.

Art. 16.º — Além dos motivos de direito, o Conselho de Administração é obrigado a excluir o associado:

a) que tiver perdido o direito de dispor livremente de sua pessoa ou de seus bens;

b) que tiver perdido os seus direitos civis e militares;

c) que tenha praticado atos desonrosos que o desabonem no conceito público ou no seio da Sociedade;

d) que tenha compelido a Sociedade a atos judiciais para obter satisfação das obrigações por ele contraídas com a mesma, por débitos próprios ou em garantias;

e) que ceder a outro associado o valor de suas cotas-partes, sem observação do que consta nos artigos 9.º e 10.º.

f) que venha a exercer qualquer atividade considerada prejudicial à Cooperativa, ou que entre em conflito com os interesses dela;

g) que deixe, reiteradamente, de cumprir determinações do Conselho de Administração ou estatutárias;

h) que deixe de pagar três prestações sucessivas para integralização das cotas-partes que subcreveu.

§ único — Os casos previstos nas alíneas *a, b* e *c* deste artigo, serão julgados em face de atos dos Poderes ou das autoridades competentes que nos mesmos enquadrem o associado. Os das alíneas *d* a *h* serão julgados à vista de fatos administrativos da Sociedade.

Art. 17.º — A qualidade de associado, para aquêle que pede demissão ou é excluído, cessará somente após a terminação do ano social em que o pedido de demissão for feito ou a exclusão tiver lugar. Da decisão que excluir o associado cabe recurso voluntário para a Assembléia Geral.

Art. 18.º O direito do associado excluído quanto à sua participação nos atos da Assembléia Geral ou nos demais órgãos da Administração ou fiscalização, se extinguirá na data do recebimento da comunicação, se o recurso no tiver tido interposto dentro de oito dias para os associados domiciliados na sede social, ou sessenta dias para os domiciliados em outros lugares compreendidos na sua área de ação, tudo a contar dessa data.

§ 1.º — A decisão de exclusão é remetida ao interessado sob registro-postal, com aviso de recebimento, ou por qualquer outro processo em que fiquem comprovados a remessa e o recebimento.

§ 2.º — A interposição do recurso suspende os efeitos da exclusão até definitiva deliberação da Assembléia.

Art. 19.º — A demissão do associado far-se-á por averbação lançada no "Livro de Matrícula", na caderneta-título nominativo, e também no livro de atas do Conselho de Administração, assinando-a os Diretores Presidente e Gerente e o demissionário, em caso de exclusão.

SEÇÃO 2.ª

Dos direitos e deveres

Art. 20.º — Desde o momento que fôr feita sua inscrição no "Livro de Matrícula", o associado tem direito de:

a) tomar parte nas Assembléias Gerais da Sociedade, discutir e votar os assuntos que nelas se

tratarem, não podendo, entretanto, votar naqueles que direta ou indiretamente a êle se refiram de maneira pessoal e particular, exercendo sempre êsse direito dentro das normas da ética e da disciplina militar;

b) propôr à Administração ou à Assembléia Geral as medidas que julgar convenientes ao interesse social;

c) ser eleito para os cargos de administração ou da fiscalização, qualquer que seja o número de suas cotas-partes;

d) efetuar as operações que forem objeto da Sociedade, observadas as regras que a Assembléia Geral ou a Administração estabelecerem;

e) pedir, por escrito, dentro do mês que preceder à reunião ordinária anual da Assembléia Geral para aprovação de contas, qualquer informação sobre os negócios da Sociedade;

f) examinar em qualquer tempo, na sede social, o "Livro de Matrícula" dos associados.

g) pedir, quando lhe convier, a sua demissão, que não poderá ser negada;

h) participar dos resultados do exercício social, nos termos do art. 56.

§ 1.º Para exercer cargos da administração ou da fiscalização é necessário que o associado tenha seu domicílio na sede da sociedade.

§ 2.º — O associado admitido depois de convocada uma Assembléia Geral não poderá tomar parte na mesma.

Art. 21.º — Cada associado se obriga:

a) a subscrever, no mínimo, duas (2) cotas-partes do capital social que não poderão ser transferidas;

b) a satisfazer pontualmente os pagamentos dos compromissos que contrair com a Sociedade;

c) a zelar pelos interesses morais e materiais da Sociedade e esforçar-se, na medida de suas possibilidades, para que seus objetivos sejam atingidos;

d) a cumprir fielmente as disposições destes estatutos, e a respeitar as deliberações regulares da Assembléia Geral e do Conselho de Administração.

§ único — Observadas as disposições destes estatutos, o associado poderá transferir as cotas-

partes que possuir menos as duas (2) previstas como mínimo.

Art. 22.º — Os associados respondem subsidiariamente pelas obrigações da Cooperativa, até ao valor da soma das cotas partes que subscreverem.

§ 1.º — Essa responsabilidade subsidiária do associado, em caso de demissão ou exclusão, é relativa aos compromissos assumidos por êle e pela Cooperativa, até ao fim do ano em que ocorreu a demissão ou exclusão, e perdura por 2 (dois) anos contados da aprovação do balanço respectivo.

§ 2.º — Em caso de falecimento, essa responsabilidade passa aos herdeiros, perdurando durante um ano, a contar da data da abertura da sucessão, e sòmente pelos compromissos assumidos até à mesma data.

Art. 23.º — A aprovação pela Assembléia Geral das contas, dos atos e dos fatos administrativos referentes ao exercício financeiro social do ano em que ocorreu a demissão ou exclusão, desonera para com a Sociedade o associado demissionário ou excluído, por qualquer prejuízo verificado, salvo casos de erro, dolo, fraude ou simulação, cuja responsabilidade lhe seja imputada.

CAPITULO III

DA ADMINISTRAÇÃO SOCIAL

SEÇÃO 1.ª

Art. 24.º — São órgãos de ação e de administração da Cooperativa:

- 1 — a Assembléia Geral dos Associados;
- 2 — o Conselho de Administração;
- 3 — a Diretoria Executiva;
- 4 — o Conselho Fiscal.

§ 1.º — A Assembléia Geral dos associados, que pode reunir-se ordinária ou extraordinariamente, é o órgão soberano da direção geral e administração da Sociedade, dentro dos limites da lei e destes estatutos, com poderes para resolver todos os negócios, tomar quaisquer decisões e deliberar, aprovar e ratificar, ou não, todos os atos que

interessem aos associados em geral, a um ou alguns em particular, ou à própria Sociedade.

§ 2.º — O Conselho de Administração, cujos membros não podem ter entre si as relações de parentesco previstas na lei, é constituído pelo Director Presidente, Director Secretário, Director Gerente e por dois Conselheiros, todos oficiais da ativa, ou da reserva de primeira classe, eleitos especificamente pela Assembléia Geral, para mandato de três anos, podendo ser reeleitos ou destituídos, e sendo suas funções indelegáveis.

§ 3.º — A Diretoria Executiva é constituída pelo Director Presidente, pelo Director Secretário e pelo Director Gerente, cabendo-lhe a execução das deliberações do Conselho de Administração e das Assembléias Gerais.

§ 4.º — O Conselho Fiscal é o órgão de fiscalização e de vigilância social; compõe-se de três membros efetivos e três suplentes, todos eleitos pela Assembléia Gral, para mandato de um ano, não podendo ser reeleitos, como fiscais, para o ano imediato.

Art. 25.º — Para auxiliar o Conselho de Administração, em suas funções de execução, haverá número determinado de auxiliares previstos nestes estatutos, nomeados ou admitidos por contrato entre pessoas idóneas e capazes para o cargo.

§ único — Esses funcionários podem ser designados, quando preciso, para auxiliar os trabalhos do Conselho Fiscal e da Assembléia Geral.

SECÇÃO 2.ª

Da Assembléia Geral

Art. 26.º — A Assembléia Geral funciona e delibera válidamente com a presença de, pelo menos, um terço do número total de associados, na primeira convocação, de um quarto na segunda, e com qualquer número na terceira, sendo as decisões tomadas por maioria de votos.

Art. 27.º — As Assembléias gerais, ordinárias ou extraordinárias são habitualmente convocadas pelo Director Presidente e por este sempre

presididas. A convocação se faz por meio de editais, com especificação dos assuntos de deliberação, publicados num jornal, local, afixados na sede da Cooperativa e comunicados aos associados por qualquer processo que comprove a remessa e o recebimento, e sempre com a antecedência de 15 (quinze) dias para a primeira, de 8 (oito) para a segunda e de 5 (cinco) para a última.

§ 1.º — A convocação da Assembléia Geral Extraordinária deverá ser sempre motivada.

§ 2.º — Em casos de ausência do Diretor Presidente, será eleito pelos presentes, para presidir a sessão, um dos membros do Conselho de Administração.

§ 3.º — 20% (vinte por cento) do número total dos associados poderão solicitar por escrito, ao Diretor Presidente, a convocação de uma Assembléia Geral Extraordinária, e, em caso de ausência, impedimento ou recusa, convocá-la eles próprios, dentro de 30 (trinta) dias, elegendo, então, um Presidente *ad-hoc*, pedida a assistência do Poder Público, na forma da lei.

§ 4.º — No caso de convocação na forma do parágrafo anterior, a ata deve ser assinada por todos os associados convocados presentes, bem como, nos casos de destituição, pelos associados que terminaram a deliberação.

§ 5.º — Para ter ingresso na Assembléia, o associado deve exhibir seu título nominativo, e assinar o livro de presença.

§ 6.º — As deliberações só podem versar os assuntos constantes do edital de convocação ou os que tenham com estes íntima relação.

§ 7.º — As deliberações serão tomadas por maioria de votos, excetuados os casos previstos nestes estatutos.

§ 8.º — Cada associado tem direito a um voto mas, em virtude da grande área de ação desta Cooperativa, é permitido aos associados fazer-se representar, nas Assembléias, por procuradores, até ao máximo de 20 (vinte) para cada procurador.

§ 9.º — Habitualmente, a votação é simbólica, mas cabe à Assembléia determinar qualquer outro processo, sendo que, nas decisões sobre exclusões,

recursos e eleições para cargos sociais, a votação é secreta.

§ 10.º — Todo o associado poderá apresentar qualquer proposta ou projeto de estudo ao Conselho de Administração, a qual decidirá sobre a inclusão do mesmo em ordem do dia da Assembléia Geral. Todo o projeto ou proposta, apresentada por vinte associados com antecipação de trinta dias, da reunião, será apresentado à Assembléia Geral.

§ 11.º — Por deliberação da Assembléia, poderá ela permanecer em "sessão permanente" até à solução final dos assuntos submetidos à deliberação.

§ 12.º — Sempre que a deliberação versar matérias que possam interessar particularmente aos componentes da mesa, a Assembléia indicará outra *ad-hoc* para presidir a reunião.

§ 13.º — Das ocorrências da Assembléia são lavradas atas circunstanciadas, em livro próprio, assinadas pelos membros da mesa, por uma comissão designada pela Assembléia e pelos demais associados presentes que o quizerem.

Art. 28.º — A Assembléia Geral Ordinária reúne-se anualmente, na primeira quinze de fevereiro, e nos limites legais e estatutários, cabendo-lhe, entre outras, as seguintes atribuições:

a) deliberar sobre o Relatório e Balanço anual apresentados pelo Conselho de Administração e sobre o respectivo Parecer do Conselho Fiscal;

b) eleger, reeleger ou destituir os membros dos órgãos sociais; serão eleitos, nessa reunião, os membros do Conselho Fiscal;

c) fixar os honorários dos membros da Diretoria Executiva e os valores das cédulas de presença para os Conselhos de Administração e Fiscal, com as restrições legais;

§ único — As deliberações sobre destituição só podem ser tomadas, no mínimo, por 2/3 (dois terços) dos associados presentes em qualquer convocação.

Art. 29.º — A Assembléia Geral Extraordinária reúne-se quando necessário, nos limites legais e estatutários, e tem poderes para resolver qualquer

assunto constante da ordem do dia, ou que com eles tenham ligação direta ou indireta, incluídos os especificados nas letras b) e c) do artigo anterior.

Art. 30.º — As deliberações que tiverem por objeto a reforma de estatutos, a incorporação, a fusão, a dissolução da Cooperativa e nomeação do liquidante, só podem ser tomadas por Assembleia Geral Extraordinária, especialmente convocada para cada caso, nos termos da lei, e só se constituirá com a presença mínima de metade do número total de associados, na primeira convocação, com um terço, na segunda, e qualquer número, na última.

§ único — Nos casos especificados neste artigo, as deliberações devem ser tomadas por 2/3 (dois terços) dos associados presentes, em qualquer das convocações, cabendo a estes, no mínimo, assinar a respectiva ata.

SEÇÃO 3.ª

Do Conselho de Administração

Art. 31.º — São membros do Conselho de Administração:

- a) — o Diretor Presidente;
- b) — o Diretor Secretário;
- c) — o Diretor Gerente;
- d) — os dois Conselheiros.

Art. 32.º — O Conselho de Administração rege-se pelas seguintes normas:

1.º — reúne-se mensalmente e, quando necessário, extraordinariamente, sendo a convocação feita pelo Diretor Presidente, ou a requerimento da maioria de seus membros, excluído aquele;

2.º — não é permitida a representação por procuração nas reuniões;

3.º — as reuniões deliberam com a maioria dos integrantes e por maioria de votos, cabendo ao Presidente o voto de desempate;

4.º — nos impedimentos inferiores a 90 (noventa) dias, o Diretor Presidente é substituído pelo Diretor Secretário, e este pelo Diretor Gerente; um dos conselheiros substituirá o Gerente, e os conse-

lheiros, por associados, cabendo ao próprio Conselho de Administração fazer as designações;

5.º — quando exercidos por substituição os cargos devem ser seguidos da expressão "em exercício";

6.º — nos impedimentos de mais de 90 (noventa) dias, ou se ficarem vagos, por qualquer prazo, mais da metade dos cargos do Conselho, cabe ao Diretor Presidente, ou aos conselheiros restantes, se a Presidência estiver vaga, convocar imediatamente a Assembléia Geral, para eleger os novos membros sociais;

7.º — se as vagas forem totais, cabe ao Conselho Fiscal convocar a Assembléia Geral para os fins do número anterior;

8.º — o novo ocupante exerce o cargo até ao final do mandato de seu antecessor;

9.º — as deliberações são consignadas em ata circunstanciada, lavrada em Livro próprio, aprovadas e assinadas no ato;

10.º — perde automaticamente o cargo, o componente do Conselho de Administração que, sem justificativa, faltar a 3 (três) reuniões consecutivas, ou a 8 (oito) durante o ano.

Art. 33.º — Nos limites legais e estatutários, compete ao Conselho de Administração:

a) regulamentar as atividades e operações da Cooperativa;

b) elaborar o "Regimento Interno", e apresentar o Relatório anual;

c) deliberar sobre admissões, demissões e exclusões;

d) contratar os técnicos necessários;

e) tomar conhecimento dos Balancetes mensais, submetendo-os à apreciação do Conselho Fiscal e, mensalmente verificar o estado econômico da Cooperativa;

f) aplicar o fundo de reserva, o de beneficência social e o de desenvolvimento, e instituir normas para a contabilidade;

g) constituir a "Mesa", nas Assembléias gerais;

h) convocar a Assembléia Geral ordinária e resolver sobre a convocação das extraordinárias;

i) comprar, vender, hipotecar ou gravar bens imóveis, somente com autorização da Assembléia Geral;

j) deliberar sobre as despesas da administração; incluída a fixação dos ordenados, percentagens ou gratificações anuais do pessoal, de acôrdo com as possibilidades financeiras da Cooperativa;

k) resolver tôdas as questões relativas à sua gestão, inclusive deliberar sobre empréstimos a serem contraídos pela Cooperativa, ouvida a Assembléia Geral;

l) autorizar a transferência de cotas partes;

m) decidir sobre casos omissos ou duvidosos dêstes estatutos até à primeira reunião da Assembléia Geral.

§ único — Os membros do Conselho de Administração, exceto os da Diretoria Executiva, receberão uma cédula de presença correspondente a cada reunião, no valor de 50% (cinquenta por cento) do estipulado para a cota parte, não podendo, entretanto, a soma total das cédulas de presença a serem recebidas durante o mês, ultrapassar o valor de duas cotas partes.

Art. 34.º — Das decisões do Conselho de Administração cabe recurso para a Assembléia Geral.

SEÇÃO 4.ª

Da Diretoria Executiva

Art. 35.º — A Diretoria Executiva reúne-se quinzenalmente e, extraordinariamente, quando necessário, sendo a convocação feita pelo Diretor Presidente, ou a pedido de um dos integrantes.

§ único — Suas reuniões funcionam com o totalidade de seus constituintes, e delas são lavradas atas circunstanciadas, aprovadas e assinadas no ato.

Art. 36.º — Compete à Diretoria Executiva as deliberações das Assembléias Gerais e do Conselho de Administração.

Art. 37.º — Ao Diretor Presidente, compete, entre outras, as seguintes atribuições:

- a) — representar a Cooperativa em todos os atos que estabeleçam relações jurídicas, ativa ou passivamente;
- b) — supervisionar as atividades da Cooperativa e admitir ou demitir empregados, por proposta do Diretor Gerente;
- c) — verificar, semanalmente, com o Diretor Gerente, a exatidão do saldo em caixa;
- d) — assinar, com o Diretor Gerente, cheques, instrumentos de procuração, contratos, e demais documentos de ordem comercial;
- e) — assinar, no Livro de Matrícula e nos Títulos Nominativos as admissões e exclusões, bem como as necessárias comunicações;
- f) — assinar a correspondência conjuntamente com o Diretor Gerente e o Diretor Secretário;
- g) — redigir o Relatório anual;
- h) — convocar e presidir Assembléias Gerais e reuniões do Conselho de Administração e da Diretoria Administrativa;
- i) — autorizar as despesas de administração, apondo o "pague-se" nas respectivas contas;
- j) — dar posse aos associados eleitos para os cargos da associação.

Art. 38.º — Ao Diretor Secretário, além de outras, cabem as seguintes atribuições:

- a) secretariar e lavrar as atas das Assembléias Gerais, do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva;
- b) — redigir a correspondência de caráter social, exceto a que for peculiar ao Diretor Gerente, para assinatura conjunta com o Diretor Presidente, responsabilizando-se por livros, arquivos e documentos referentes;
- c) — redigir minutas dos atos de que decorram relações jurídicas para a Sociedade;
- d) — encarregar-se da organização e impressão mensal da Revista no que se refere à reunião dos trabalhos e colaborações que devam ser publicados, revisão, paginação e parte gráfica em geral.

§ 1.º — Os artigos que impliquem na responsabilidade da Diretoria só poderão ser publicados com o "Aprovo" dos Diretores.

§ 2.º — O Diretor Secretário terá um auxiliar, quando o volume de seus encargos assim o exigir.

Art. 39.º — Ao Diretor Gerente, além de outras, cabem as seguintes atribuições:

a) — organizar, dar orientação técnica e superintender os serviços necessários aos fins sociais;

b) — fiscalizar a contabilidade geral, os valores, títulos e documentos à mesma referentes;

c) — Fazer depositar as importâncias disponíveis, excedentes de 1.000 (mil) cruzeiros em estabelecimento bancário designado pelo Conselho de Administração;

d) — determinar os pagamentos e recebimentos autorizados pelo Diretor Presidente;

e) — cientificar o Conselho de Administração de suas atividades e sugerir as providências que julgar convenientes;

f) — redigir a correspondência comercial, para assinatura conjunta com o Diretor Presidente;

g) — fazer os lançamentos das cotas-partes no Livro de Matrícula, nos títulos nominativos e determinar a expedição destes;

h) — colher tôdas as informações necessárias à vida da Cooperativa;

i) — ter sob sua guarda e responsabilidade tôda a documentação relativa à vida econômico-financeira da Cooperativa;

j) — apresentar ao Conselho de Administração os preceitos que devem ser levados ao conhecimento das Assembléias Gerais, referentes aos assuntos econômico-financeiros que interessam à Cooperativa;

k) — promover todos os meios tendentes a assegurar o progresso moral e material da Sociedade;

l) — influir com seu exemplo e dedicação, no sentido de fazer compreender aos associados que devem sobrepor o interesse coletivo ao individual para que disso resulte uma união, forte, necessária às finalidades sociais;

m) — lavrar, no livro e título respectivos, os termos de matrícula do associado, quando admitido, quando solicitar demissão ou fôr excluído;

n) — fazer todas as compras da Sociedade, de acordo com as normas aprovadas pelo Conselho de Administração;

o) — conferir diariamente a arrecadação da receita e verificar semanalmente ou sempre que julgar necessário os saldos de caixa;

p) — assinar com o Diretor Presidente ou com o suplente em exercício nessas funções, os cheques bancários;

q) — fiscalizar os serviços de contabilidade em geral; pôr o "visto" nas contas e faturas e assinar, em nome da Sociedade os títulos provenientes de compras que efetuar, sem prejuízo da assinatura do Diretor Presidente, e do conhecimento de tais compromissos por parte do Conselho de Administração;

r) — regular e traçar normas para as aquisições e fornecimentos, segundo os objetivos da cooperativa;

s) — submeter ao Conselho de Administração quaisquer alterações nos serviços a seu cargo e dar contas dos que tiver realizado por sua iniciativa.

§ único — Enquanto o progresso da Sociedade não exigir o contrário, o Diretor Gerente poderá acumular as funções de Tesoureiro.

Art. 40.º — O Diretor Gerente disporá dos seguintes auxiliares:

1) Nomeados:

a) — Encarregado de Publicações; auxiliá-lo-ão agentes de publicidade, em número variável, caso esta não seja contratada com uma agência especializada;

b) — Tesoureiro, também oficial;

2) Admitidos ou contratados:

a) — Protocolista, encarregado dos recebimentos, registro e expedição de toda a correspondência;

b) — Contador, encarregado dos serviços contabilidade;

c) — Secretário do Gerente, encarregado dos fichários, guarda da correspondência recebida e auxiliar dos serviços Administrativos;

d) — Chefe da Expedição — Encarregado de preparar a expedição da Revista;

e) — Dactilógrafo — serviços de dactilografia em geral.

Art. 41.^o — O encarregado de Publicações poderá dispor:

a) — de um auxiliar, admitido ou contratado;

b) — de um auxiliar, nas mesmas condições, para o serviço de venda de livros e guarda dos estoques respectivos.

§ 1.^o — São atribuições do Encarregado de Publicações:

a) — dirigir e orientar a parte relativa às aquisições de livros, impressos, etc. para a Sociedade e para os fornecimentos aos associados e assinantes;

b) — superintender os serviços de Biblioteca e da venda de livros adquiridos ou editados pela Sociedade, e as oficinas gráficas, quando esta os possuir;

c) — elaborar orçamentos e fazer as concorrências para a execução dos trabalhos a serem editados, no sentido de obter as melhores condições de qualidade e preço;

d) — ter a escrituração do movimento de entradas, saídas e existência de livros;

e) — fazer recolher semanalmente aos cofres da Tesouraria as importâncias relativas aos lucros líquidos de vendas de livros editados ou adquiridos pela Cooperativa, mediante uma sumária prestação de contas;

f) — recolher mensalmente as importâncias referentes à venda de livros de consignatários, associados, deduzidas da percentagem arbitrada pelo Conselho de Administração, acompanhadas de uma relação discriminativa dos referidos consignatários;

g) — entender-se com os Diretores Presidente e Gerente quanto à parte económico-financeira de suas atribuições;

h) — fazer agenciar ou contratar, por autorização do Conselho de Administração, com agência especializada, anúncios para a Revista, segundo as condições e preços estabelecidos;

i) — receber dos anunciantes, ou da agência, as importâncias respectivas e recolhê-las aos cofres da Tesouraria em guia própria;

§ 2.º — O encarregado das publicações, terá um ordenado fixo e uma percentagem sobre as vendas de livros fixados o quantum e as condições pelo Conselho de Administração.

§ 3.º — Da renda bruta dos anúncios e de outras matérias pagas caberá ao encarregado das publicações, ou à agência especializada contratada, uma percentagem que não ultrapassará de 50% (cinquenta por cento), fixada pelo Conselho de Administração, por prazo não inferior de um ano.

Art. 42.º — São atribuições do Tesoureiro:

a) — tomar parte, como auxiliar do Diretor Gerente, quando assim fôr julgado necessário, nas reuniões do Conselho de Administração;

b) — receber tôdas as importâncias da sociedade e depositá-las diariamente em conta corrente em Banco idôneo ou na Caixa Econômica, conforme fôr estabelecido pelo Conselho de Administração;

c) — realizar todos os pagamentos que forem determinados, de acôrdo com as ordens competentes responsabilizando-se pelas importâncias em caixa;

d) — ter sob sua guarda os títulos e documentos de valores da Sociedade;

e) — manter em cofre o numerário suficiente para os movimentos de caixa, previstos pelo Conselho de Administração;

f) — fazer a escrita analítica da caixa.

§ 1.º — O Conselho de Administração estabelecerá a importância que deve ficar a cargo do Tesoureiro, em cofre, para o movimento normal.

§ 2.º — Enquanto a Sociedade não tiver atingido um desenvolvimento que, pelo seu volume, exija o contrário, o cargo de Tesoureiro pode ser exercido cumulativamente pelo Diretor Gerente.

Art. 43.^o — O contador, admitido ou contratado, na forma destes Estatutos, tem por atribuições:

a) organizar, dirigir e executar a contabilidade e a escrituração da Sociedade;

b) — registrar todos os fatos administrativos sociais de acordo com o método contábil das partidas dobradas;

c) — levantar os balanços, de acordo com a lei, e os balancetes mensais;

d) — assegurar o perfeito equilíbrio entre a contabilidade sintética e analítica da Sociedade;

e) — prestar assistência aos membros dos Conselhos Administrativo e Fiscal no que se refere aos fatos administrativos e contábeis.

§ único — Os balanços da Sociedade serão levantados anualmente até 30 de janeiro.

Art. 44.^o — Os demais empregados deverão cumprir fielmente as funções que lhes forem atribuídas, segundo as diretivas traçadas pelos Diretores a que estiverem diretamente subordinados, a quem deverão solicitar instruções sempre que julgarem necessárias.

SEÇÃO 5.^a

Do Conselho Fiscal

Art. 45.^o — Ao Conselho Fiscal compete exercer assídua fiscalização sobre os negócios da Sociedade, sendo as seguintes as suas atribuições principais:

a) — examinar os livros, documentos, correspondência e proceder aos inquéritos de qualquer natureza;

b) — estudar minuciosamente os balancetes mensais da escrituração social e verificar o estado da caixa, e dar parecer sobre estes balancetes.

c) — apresentar à Assembléa Geral anual parecer escrito sobre o relatório da Administração, o balanço geral do ativo e do passivo e as contas da Sociedade e sobre as atividades da Cooperativa.

d) — convocar extraordinariamente, em qualquer tempo, a assembléia geral, se ocorrerem motivos graves e urgentes, e fazer parte da mesa;

e) — emitir opinião sobre os assuntos em que o Conselho de Administração julgar conveniente ouvi-lo;

f) — velar para que sejam feitas as remessas de cópias dos balancetes mensais e balanços anuais e dos documentos exigidos pela lei, às repartições nesta previstas;

g) — denunciar os erros, fraudes ou crimes verificados sugerindo as providências necessárias;

§ 1.º — Se o Conselho Fiscal, ciente das irregularidades ou crimes praticados pelo Conselho de Administração, ou pela Diretoria Executiva, não propuzer à Assembléia Geral dos associados as providências necessárias à punição dos culpados, tornar-se-á solidariamente responsável.

§ 2.º — Sempre que assim o entender, o Conselho Fiscal poderá submeter os balanços a exame de peritos contadores de sua confiança, e que serão remunerados pela cooperativa, de acôrdo com o que a Assembléia fixar.

Art. 46.º — O Conselho Fiscal fará suas reuniões mensalmente, cabendo a orientação dessas reuniões a um de seus membros escolhidos pelos seus pares segundo a precedência hierárquica militar.

§ 1.º — Essas reuniões mensais terão lugar entre os dias 20 e 30 de cada mês, salvo caso de força maior, que deverá constar da ata, quando fôr o caso.

§ 2.º — Dessas reuniões serão lavradas atas em livro próprio, fazendo um dos membros as vezes de secretário.

§ 3.º — Os membros do C.F., que comparecerem às reuniões mensais, receberão uma cédula de presença, de acôrdo com o § único do art. 33.º, mas não poderão perceber mais de 50% (cinquenta por cento) do total ali estipulado.

Art. 47.º — Os membros dos Conselhos Administrativo e Fiscal, e os da Diretoria Executiva, não respondem pessoalmente pelos compromissos assumi-

dos pela Cooperativa, mas são responsáveis para com esta e para com terceiros, solidária e ilimitadamente, pelas omissões, pelo excesso de mandato e pelos atos praticados com violação da lei ou dos estatutos.

§ único — Esta responsabilidade prescreve no prazo de cinco anos, contados da data da aprovação, pela Assembléia Geral, das contas e do balanço em que terminou o mandato.

TÍTULO II

Funcionamento da Sociedade

CAPÍTULO I

AQUISIÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE LIVROS

Art. 48.º — Cabe ao Diretor de Publicações tomar as necessárias providências para fazer diretamente aos editores propostas ou pedidos de fornecimento de livros, sendo ouvido o Conselho de Administração quando se tratar de grandes compras.

Art. 49.º — Os livros adquiridos ou editados serão devidamente escriturados em carga pela sua entrada e descarregados pela sua saída.

Art. 50.º — As distribuições e remessas serão feitas pelos meios mais seguros e sólidos, cobradas as percentagens estabelecidas pelo Conselho de Administração, em favor da Cooperativa, sem prejuízo do retorno.

Art. 51.º — Um recibo a decalque, com a assinatura do encarregado de Publicações, será entregue ao associado, dando direito ao retorno na proporção das aquisições feitas.

Art. 52.º — As aquisições de livros de interesse geral e profissional serão feitas de forma que possam ser conseguidas para os associados as melhores condições de preços em relação aos preços gerais do comércio, sem ultrapassar, 50% (cinquenta por cento) do abatimento conseguido sobre estes preços.

Art. 53.º — O Conselho de Administração tem a faculdade de dar crédito aos associados que, por motivo de moléstias ou sérios revezes na vida, não

possam adquirir livros necessários ao exercício de suas funções, cobrindo as despesas respectivas pelo "Fundo de Beneficência".

§ único — É indispensável a comprovação por parte do associado da sua situação de infortúnio, para que possa fazer jus a esse direito.

CAPÍTULO II

REPARTIÇÃO DOS LUCROS OU PREJUÍZOS

SEÇÃO 1.ª

Das Economias realizadas

Art. 54.º — O Balanço anual da Cooperativa deve ser encerrado em 31 de dezembro.

Art. 55.º Ao capital social será atribuído um juro de 6% (seis por cento) ao ano, e a dedução da respectiva importância será feita antes de qualquer outra para fundos sociais e retornos.

§ 1.º — Havendo prejuízo, o juro será creditado ao capital para pagamento no exercício seguinte;

§ 2.º — O juro não será pago ao associado que estiver em mora com suas prestações de capital, mas será creditado como amortização dessas prestações.

Art. 56.º — As sobras líquidas do exercício social são distribuídas na seguinte ordem:

a) — 10% (dez por cento) para o Fundo de Reserva;

b) — 15% (quinze por cento) para o Fundo de Beneficência;

c) — 25% (vinte e cinco por cento) para o Fundo de Desenvolvimento Social;

d) — 50% (cinquenta por cento) para retorno aos associados, na razão das aquisições por eles efetuadas e pagas na Cooperativa.

Art. 57.º — O montante dessa distribuição constará, devidamente escriturada, do balanço anual, devendo ser feita a remessa da parte que tocar aos associados dentro de trinta dias, a contar da data

em que fôr esse balanço aprovado em Assembléia Geral. Os associados residentes na sede da Cooperativa receberão a quantia que lhes tocar na Tesouraria respectiva.

§ único — Das remessas serão deduzidas as despesas com as taxas postais ou bancárias a que derem lugar.

Art. 58.º — Os recursos provenientes de taxas, doações, subvenções, quando instituídas ou feitas para determinado fim, serão escriturados e movimentados como títulos próprios e só podem ser aplicados em operações condizentes aos mesmos fins, e os saldos, se houver, não serão computados como sobras liquidas de balanço anual, para efeito de retôrno aos associados, e sim como renda eventual do Fundo de Reserva.

SEÇÃO 2.ª

Do Fundo de Reserva

Art. 59.º — O Fundo de Reserva é destinado a reparar as perdas eventuais da Sociedade e como tal deverá ser aplicado, pelo menos 50% em títulos de renda de primeira ordem, facilmente disponíveis, os quais deverão ter na escrituração conta especial.

§ único — O Fundo de Reserva é indivisível, mesmo no caso de dissolução e liquidação da Sociedade assim como também não poderá ser aplicado em suas operações comuns.

Art. 60.º — O Fundo de Reserva é constituído:

- a) — pela joia de admissão dos associados ou seu saldo;
- b) — pela percentagem prevista na alínea a do artigo 56.º destes estatutos;
- c) — por quaisquer rendas eventuais;
- d) — pelos juros de mora;
- e) — pelas taxas de transferência;
- f) — pelos juros dos títulos de renda;
- g) — pelos proventos não reclamados dentro do prazo de cinco anos;

Art. 61.º — A aplicação da importância do Fundo de Reserva, nos termos do Art. 56.º destes estatutos, será feita pelo Conselho de Administração,

com o conhecimento do Conselho Fiscal, devendo ser esse fato submetido à Assembléia Geral, na primeira reunião que se realizar após o mesmo.

SEÇÃO 3.^a

Do Fundo de Beneficência

Art. 62.^o — É instituído, a fim de assegurar a realização dos objetivos da Cooperativa em relação aos seus associados que estiverem atravessando situação difícil por motivos de moléstias ou de qualquer sério revés na vida, o fundo de beneficência, que será aplicado:

a) — na aquisição de livros escolares para os filhos dos associados, mediante pedidos destes;

b) — idem de livros necessários ao desenvolvimento de seus conhecimentos profissionais;

c) — em auxílios para fins culturais seus ou de seus filhos em idade escolar;

d) — excepcionalmente, em auxílios para assistência sanitária.

§ 1.^o — Para regular a forma da prestação dos auxílios, previstos neste artigo deverá ser baixado um regulamento, e será aprovado pela Assembléia Geral.

§ 2.^o — A aplicação desse regulamento, nos casos em que tiver lugar ficará a cargo dos Conselhos de Administração e Fiscal, que a fará constar do relatório anual.

Art. 63.^o — A solicitação da beneficência será dirigida ao Diretor Presidente, pela forma que for estabelecida no Regulamento acima referido, o qual a submeterá aos Conselhos de Administração e Fiscal, cujo parecer favorável ou não, deverá ser dado dentro de 15 dias no máximo.

§ único — As solicitações serão julgadas pela ordem de precedência cronológica.

SEÇÃO 4.^a

Do Fundo de desenvolvimento Social

Art. 64.^o — O Fundo de desenvolvimento Social constituído pela parte dos resultados anuais da coope-

rativa prevista no art. 56, letra c, terá seu emprêgo regulado pelo Conselho de Administração, com audiência do Conselho Fiscal, sem prejuizo de aprovação da Assembléia Geral.

§ único — O modo como forem empregadas quantias à conta dessa parte dos resultados sociais deverá também ser consignado no relatório anual.

Art. 65.^o — Em regra será destinado:

- a) — ao custeio do desdobramento dos serviços gerais;
- b) — aos reparos das instalações da sede;
- c) — à aquisição de móveis e utensílios;
- d) — à aquisição de máquinas e artigos de escritório;
- e) — a outras despesas congêneres.

SEÇÃO 5.^a

Das sobras de retôrno

Art. 66.^o — Da parte destinada ao retôrno aos associados (art. 56 letra d), deverá ser feita a distribuição de acôrdo com o Art. 57.

Art. 67.^o — O associado que assim desejar poderá empregar a quantia que couber de retôrno, na subscrição de mais quotas-partes, observados os limites previstos na lei e nestes estatutos.

Art. 68.^o — As quantias de retôrno só poderão ser retiradas pelo associado em atrazo depois da cobertura de quotas-partes não pagas em tempo.

SEÇÃO 6.^a

Dos prejuizos

Art. 69.^o — Na hipótese de haver em alguns dos exercicios sociais prejuizos acusados em balanço esses serão cobertos pelo Fundo de Reserva, na forma do art. 59 dêstes Estatutos.

CAPITULO III

Da Edição de Trabalhos

Art. 70.^o — Os trabalhos a serem editados serão julgados pelo C.A. depois de relatados por um de seus membros, designado pelo Diretor Presidente.

Art. 71.º — Os trabalhos que obtiverem aprovação, nesse julgamento, devem ser encaminhados ao Diretor Gerente para fins de orçamento e edição, consultadas as possibilidades financeiras da Sociedade.

Art. 72.º — O Conselho de Administração estabelecerá normas para esse julgamento.

CAPITULO IV

Restituições de quotas partes

Art. 73.º — Ao associado demissionário falecido, interdito ou excluído será restituído o valor de suas quotas-partes, contanto que esteja quite com a Sociedade de qualquer compromisso, e sempre depois de aprovado o balanço do ano social em que fôr demitido ou excluído.

Art. 74.º — Ocorrendo simultaneamente muitos pedidos de demissão, de modo que possam acarretar dificuldades financeiras à Sociedade pela retirada de grande parte do capital social, a administração poderá estabelecer que a restituição das quotas-partes dos associados demissionários se faça por parcelas, são menores de 10% ao mês, e dentro do prazo máximo de um ano, contado da aprovação do balanço do ano em que ocorreram aquelas demissões.

§ único — Se as retiradas em conjunto das quotas-partes importar na redução do capital abaixo do mínimo fixado nestes estatutos, a sociedade poderá retê-las até que aquele valor fique restabelecido.

Art. 75.º — Em caso de morte ou interdição de qualquer associado, o Diretor Gerente fará a averbação ex-officio no "Livro de Matrícula", declarando a data do falecimento ou da sentença interditória e assinará essa declaração.

§ único — No primeiro caso, se os herdeiros do associado falecido não quizerem entrar para a Sociedade, ou querendo, não forem por esta admitidos, a importância do valor das quotas-partes do "de cujus" será posta à disposição do inventariante

ou de quem de direito, depois de aprovado o balanço do ano social em que ocorrer o óbito.

CAPÍTULO V

Da Contabilidade

Art. 76.º — O sistema de contabilidade e escrituração será organizado segundo os princípios do método das partidas dobradas, devendo ser adotados os livros que a lei exigir, além dos livros auxiliares que a prática aconselhar.

Art. 77.º — Serão obrigatoriamente exigidos os seguintes livros:

- 1) — Livro de Matrícula dos Associados;
- 2) — o Diário;
- 3) — o Razão;
- 4) — o Caixa;
- 5) — o Copiador de Correspondência;
- 6) — o registro de Inventários e Balanços;

7) — os livros de Atas das reuniões da Assembléia Geral, do Conselho de Administração, da Diretoria Executiva, de reuniões e pareceres do Conselho Fiscal;

- 8) — Livro de presença dos associados.

Art. 78.º — Entre os livros não obrigatórios, porém, necessários a uma boa escrituração, devem ser adotados:

- 1) — os contas correntes diversos;
- 2) — os livros carga e descarga das diversas dependências;
- 3) — o livro de tombo dos bens da Sociedade, móveis e imóveis.

§ único — Todos os livros, obrigatórios ou facultativos, serão autenticados com termos de abertura e de encerramento, numerados e rubricados pela autoridade competente, de acôrdo com a lei das Sociedades Cooperativas.

TÍTULO III**Da Revista****CAPÍTULO I****DA ADMINISTRAÇÃO**

Art. 79.º — A Administração da Revista incumbê ao Conselho de Administração da Sociedade, que terá suas atribuições especificadas em um regimento interno, elaborado pela Secretaria, e pelo mesmo Conselho aprovado.

Art. 80.º — Da redação dos assuntos gerais da Revista encarregar-se-á sua Administração, ficando o Diretor-Secretário encarregado de reunir e selecionar os originais de artigos de colaboração, organizar os números mensais e providenciar sobre a sua publicação em tempo útil.

Art. 81.º — A Revista, além dos assuntos gerais da Redação, só publicará trabalhos que interessem a defesa nacional, devendo a Administração empregar todos os esforços para que em cada número apareça um trabalho que se relacione com cada uma das Armas ou Serviços.

§ único — Os artigos publicados tanto podem ser de autoria dos membros da Administração como dos colaboradores; os trabalhos traduzidos ou transcritos de outros autores só serão publicados de conformidade com as normas legais que regem o assunto.

Art. 82.º — A Administração é responsável pelas publicações não assinadas que a Revista editar, e declinam de qualquer solidariedade, não expressamente declarada, as idéias expendidas nas colaborações assinadas.

§ único — Não serão restituídos, em caso algum, originais dos trabalhos recebidos para publicação.

Art. 83.º — Compete à Administração:

a) — exigir a observância das normas de educação civil e disciplina militar nas publicações da Revista;

b) — vedar a publicação de artigos ou notas sobre questões pessoais ou que não se relacionem com a defesa nacional bem com de aprovação ou crítica a qualquer sistema político, filosófico ou religioso.

CAPITULO II

Dos Assinantes

Art. 84.º — Aos assinantes compete:

a) — pagar adiantadamente a importância da assinatura (semestral ou anual);

b) — pagar à vista os exemplares avulsos da Revista e seus anexos;

c) — dirigir-se ao representante da Revista ou a um dos seus diretores, toda vez que necessitar de quaisquer informações. Na falta de representante, qualquer associado ou assinante, poderá espontaneamente substituí-lo.

§ 1.º — Haverá assinaturas de preço reduzido, segundo critério da Administração para os cadetes, sargentos, as praças de pret e o C.P.O.R..

§ 2.º — Poderão ser distribuídos, a juízo da Administração ou por proposta de qualquer sócio,, exemplares da Revista, a título gratuito, às instituições, órgãos de imprensa, revistas, autoridades e excepcionalmente a pessoas interessadas nos problemas ventilados em suas páginas.

§ 3.º — A relação dos destinatários a que se refere o parágrafo anterior será revista semestralmente pela Administração.

CAPITULO III

Dos Colaboradores

Art. 85.º — São colaboradores da Revista:

a) — os membros da Administração da Sociedade, quando assinarem seus trabalhos;

b) — os sócios em geral, e quaisquer pessoas idôneas que enviarem trabalhos assinados para publicação.

§ 1.º — Os colaboradores receberão por seus trabalhos publicados, uma remuneração fixada pelo Diretor Secretário.

§ 2.º — A Revista reserva-se a liberdade de corrigir a ortografia dos artigos de colaboração.

CAPITULO IV

Dos Representantes

Art. 86.º — Em cada corpo de tropa, quartel-general, repartição ou estabelecimento militar, haverá um representante da Revista, escolhido entre os assinantes ou associados.

Art. 87.º — São deveres do representante:

a) — servir em todos os atos de intermediário entre a Revista e os assinantes;

b) — angariar assinantes, trazer a Gerência informada sobre o movimento das assinaturas e a ela enviar semestralmente uma relação nominal dos oficiais prontos, no corpo, repartição, etc.;

c) — distribuir prontamente os números recebidos, devendo logo reclamar à Gerência sobre quaisquer irregularidades do recebimento da Revista;

d) — enviar ao Diretor Secretário os trabalhos dos colaboradores, e bem assim as sugestões ou reclamações provocadas pelos artigos publicados;

e) — receber as importâncias das assinaturas e remetê-las ao Gerente, deduzidas as despesas indispensáveis à execução desse serviço;

f) — providenciar, quando tiver de deixar as suas funções, sobre quem o deve substituir, e entregar ao seu substituto todos os documentos relativos à Revista, acompanhados dos indispensáveis esclarecimentos de tudo dando conhecimento à Gerência;

g) — remeter diretamente à Gerência tôdas as quantias pertencentes à Revista e que se acharem em seu poder, quando tiver de passar a outrem as suas funções.

§ único — O representante que em cada ano ou semestre relacionar dez assinantes, novos ou antigos terá direito a um prêmio, escolhido a critério do C. A.

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 88.º — Os estatutos da Sociedade podem ser reformáveis, desde que se observem as disposições da legislação sobre as cooperativas. As deliberações sobre sua reforma só podem ser tomadas por Assembléa Geral especialmente convocada para esse fim.

Art. 89.º — No caso de dissolução, a Assembléa Geral determinará o modo de liquidação e nomeará liquidantes, tendo o fundo de reserva o destino previsto pela lei vigente relativa às cooperativas.

Art. 90.º — Os casos omissos nestes estatutos, serão regulados pela legislação em vigor sobre as Sociedades Cooperativas e à falta destas pelos princípios gerais de Direito.

DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

Art. 91.º — Os atuais membros dos órgãos sociais continuarão a exercer as funções para que foram eleitos, durante os prazos dos mandatos, constantes destes estatutos, contados das datas das respectivas eleições.



Shell coopera no Progresso do Brasil

Na guerra ou na paz a SHELL tem desempenhado papel saliente no progresso desta grande Nação, procurando sempre cooperar com o governo e as indústrias em todos os problemas relacionados com os fornecimentos de produtos petrolíferos

ANGLO-MEXICAN PETROLEUM C^o LTD

PRAÇA 15 DE NOVEMBRO N.º 10 • RIO

LIVROS NOVOS

*TOPOGRAFIA MILITAR — Major Olivio Gondim de Uzêda —
CURSO DE TOPOGRAFIA MILITAR — Pap. Velho —
1944.*

Registo grato o desse trabalho do Major Olivio Gondim de Uzêda.

Topografia é uma dessas materias em que o official brasileiro nunca é dado como pronto. Por toda a parte, nos quartéis e nos cursos, tem que enfrentá-la. Mas em vez de ser isso um fator de aperfeiçoamento, como seria natural e de de-sejar, é, pelo contrário, a causa de grandes confusões e resulta, em última analyse, em muito esforço inutil.

Vai-se à topografia constantemente, mas nunca até o fim. Não chega, pois, a ser descontinuidade. E' um perpetuo recommear. E ninguém tem oportunidade de fazer um curso completo e metódico. Daí deficiencias graves em todos aqueles que não se lançarem a uma auto-aprendizagem.

Mas como realizá-la? Onde um compendio autorizado, completo e metódico que facilitasse esse estudo?

A materia encontrava-se extremamente dispersa. Poucos disporiam dos "Precis de Topographie" do Comt. Mathieu ou da clássica "Topographie de Campagne" do Cap. Philippot, que se podem considerar fundamentais num apelo à bibliografia estrangeira mais accessivel a nós. A contribuição nacional era pobre. Raros volumes e esses raros muito imperfeitos. A "Topografia de Campanha" do General Pais de Andrade constituia uma altitude apreciavel e as sucessivas edições em que se reproduziu, bem indicam o quanto vem sendo util aos nossos quadros.

Nós, pessoalmente, temo-la como sufficiente, no sentido de que pôde considerar-se aparelhado quem esteja em condições

de utilizar todas as noções nela contidas. Na atividade habitual de campanha não iremos, certamente, além do que ali é apresentado. Por outro lado a própria natureza do serviço em campanha exige conhecimentos sumários, mas que devem ser sólidos e prontos. E' indispensável que não haja hesitação ao aplicá-los. Cremos não exagerar avançando que a "topografia de campanha" deve constituir um dos reflexos do oficial.

Essa orientação, porem, limita a extensão dos conhecimentos e assim cria problemas para o instrutor consciencioso, que se verá a braços com a questão de estabelecer o que é realmente fundamental e o que é accessório ou de aplicação eventual.

Infelizmente são muito raros aqueles que se dão a essas canseiras... Ha, pelo contrário, a frequente preocupação de "valorizar" a materia ministrada alargando-a, complicando-a, tornando-a um território obscuro, praticavel apenas pelo instrutor ou professor. Esse fenomeno tem um nome que por si mesmo o explica: cincoenta anos de atraso pedagogico. E' do tempo em que bom professor era o que enrascava maior numero de alunos... Agora o conceito está invertido: classe atrasada, alunos reprovados, significam mau professor.

No ensino militar esse conceito deve ser mais rigoroso que em qualquer outro, porque nós, sobre todos, temos a obrigação de fazer com que seja aprendido, de fato, aquilo que ministramos.

A Topografia tem sido, talvez, a maior vítima das nossas falhas pedagogicas. Está presente em todos os programas, mas ou falta a continuidade ou o senso da medida ao ensiná-la. E sanadas essas duas coisas, porque quasi sempre se somam, está assegurado o quadro de insuficiência e complicação que todos conhecemos.

Qualquer de nós poderá fornecer alguns casos ilustrativos. Seriam assim: um curso que nunca passou do estudo das erosões, outro que estacou na distinção ou confusão entre azimuth e angulo de marcha, outro que se consumiu no desenvolvimento de problemas puramente teóricos, muito uteis para brilhata-

ras do instrutor, muito interessantes para questões de sabatinas, mas sem oportunidade no serviço em campanha.

A "Topografia Militar" do Major Uzêda está longe de tais vícios. Sua marca é a exposição direta e metódica. O volume, na verdade, é alentado. Enfeixa muita matéria que não será de utilização corrente, mas cumpre esclarecer que se trata de um "curso", o ministrado na antiga Escola das Armas. A vantagem e o certo, nesse caso, é ser completo. O livro deve conter tudo, deve proporcionar todos os elementos possíveis. No desenvolvimento prático do "curso" caberá, então, selecionar a matéria, insistindo, criando "reflexos topográficos", se nos permitem a expressão, daquilo que é preciso saber para aplicar constantemente, em qualquer situação.

Deve ser assinalado um importante aspecto do "Curso de Topografia Militar" do Major Uzêda: a sua associação a certas partes de instrução, como sejam tiro, observação e outras. Assim; por exemplo, vamos encontrar, pela primeira vez em compendio dessa natureza, ampla e minuciosamente estudada a preparação topográfica do tiro.

Muito contribue, também, para o mérito do trabalho do Major Uzêda o contingente de experiência pessoal, a preciosa experiência de quem foi, durante largo tempo, instrutor de matéria na Escola das Armas.

Pois bem, apesar do valor indiscutível desse trabalho, cujo interesse, oportunidade e até mesmo urgência eram afiançados em francas declarações escritas de autoridades como o então Cel. Henrique Lott, Ten. Cel. Floriano de Lima Brainer, Ten.-Cel. Artur da Costa e Silva, Maj. Osvaldo de Araujo Mota, Maj. Aureliano Luis de Faria (professor de Topografia da E.T.E.), o Major Uzêda teve, ao que parece, sérias dificuldades para publicá-lo. Pelo menos é o que transparece nesta sua explicação um tanto e tão justamente amarga, lançada na 1.^a edição: "Devo esclarecer aos meus camaradas que de ha muito esperavam este meu trabalho, sobretudo aos meus amigos, que os motivos que retardaram a sua publicação foram muitos e os mais diversos: uns normais, justos e proveitosos, outros, cujas

razões não me interessam syndicar nem esclarecer. Tudo me serviu de estímulo para o prosseguimento da tarefa a que me propuz, e ao finalizá-la sinto crescer em mim a já tão grande admiração que tenho pelos que escrevem para viver”.

Não participamos é claro, da surpresa que parec haver tido o autor do “Curso de Topografia Militar”. Já vinha registrando de longa data as dificuldades do ofício de escrever... Em verdade escrever inda é o menos... Os problemas subsequentes é que derrotam muitas vezes o autor: ser apresentado ao leitor (problema da edição), ser lido e depois de lido compreendido.

O Major Uzêda tem a fortuna de só queixar-se das dificuldades materiais da impressão, porque quanto ao mais o seu livro é um livro magnificamente vitorioso.

A' FEB as homenagens

de Affonso Costa & Cia.

MOVEIS PARA REPARTIÇÕES

RUA SENHOR DOS PASSOS, 87

TEL. 43-1209

RIO DE JANEIRO

Às Forças Expedicionarias às homenagens

de Alves Guimarães & Cia.

RUA 7 DE SETEMBRO, 88 — RIO DE JANEIRO

Telefone 22-1191 — Endereço: Telegrama «Iman» — Caixa Postal 112

Codigos em uso: Ilbeiro, Mascotte e A. B. C. 5ª Ed.

REVISTAS EM REVISTA

De FUERZAS ARMADAS ECUATORIANAS — Número de janeiro-fevereiro de 1945 — A INSTRUÇÃO PRÉ-MILITAR — Pelo Capitão ALFREDO PONCE.

Muito pouco, sobretudo em relação à importância da matéria, se tem ventilado entre nós os problemas de instrução pré-militar.

Outros países sul-americanos estão francamente na nossa dianteira, nesse terreno. O Perú, por exemplo, parece adiantadíssimo. Pelo menos possui uma exemplar organização de instrução pré-militar e ostenta até uma revista especializada.

Quanto a nós, consoante foi dito, não temos emprestado à matéria toda atenção que deve merecer pela sua delicadeza e pelas repercussões que, bem conduzida, pode ter no potencial humano à disposição da defesa nacional.

Como forma, pois, de despertar um pouco mais de interesse por tão relevante instrução nos meios responsáveis do nosso Exército, vamos passar em rápida revista o estudo do Cap. Alfredo Ponce.

Inicialmente asinalaremos o conceito em que fixa os fundamentos da instrução pré-militar.

A escola — escreve o articulista — deve ter íntima relação com a vida do exército. O exército não pode viver fazendo abstração da Escola. Na passagem por ela o educando deve receber todas as noções morais e patrióticas em que assentará a sua formação de cidadão. É preciso, pois intervir nessa fase tendo em vista os interesses de natureza militar. Isso será feito por intermédio, da instrução Pré-Militar.

A instrução Pré-Militar deverá, pois, modelar o corpo e a alma dos educandos. O corpo, mediante o exercício físico, científico, progressivo e ameno, fazendo com que o menino se aproxime da natureza e a ame. A alma, formando-a nos princípios de ordem, disciplina, responsabilidade e, sobretudo, firme desejo de ser útil à pátria.

Assim, teremos a semente para um grande exército, ainda que seus efetivos sejam modestos.

Não é uma instrução militar a que se dará nas escolas, mas apenas uma instrução preparatoria da militar.

O instrutor pré-militar deve ser especializado em educação física, e demonstrará pelo seu próprio exemplo as virtudes que o estudante deve procurar, isto é, que cada um seja: digno de toda confiança; leal; eficaz na ajuda aos companheiros; cortês; admirador da natureza; obediente; responsável; alegre e otimista; econômico.

Também se iniciará o educando a conhecer, amar e respeitar: o conceito de pátria; o símbolo da bandeira; a terra natal.

Para conseguir que estas virtudes sejam praticadas não há melhor forma que estimular os jovens pelo exemplo. Ensinar-lhes-à a história da sua cidade e do seu povo. A vida dos grandes homens nacionais ser-lhes-à narrada de forma atraente. E como complemento dessa preparação cívica será instruído sobre a grandeza da missão do soldado, sobre os deveres de cada um na defesa do país e aprenderá o seguinte de organização militar: hierarquia, divisão militar do país, armas, serviços.

As aptidões físicas deverão desenvolver-se mediante uma adequada ginástica, relacionando os exercícios, com a idade do aluno e fazendo-os praticar em ambiente próprio.

Completa essa instrução o aprendizado de regras de higiene, criando no jovem o amor do asseio.

Algumas especialidades devem ser desde cedo lançadas ao interesse dos educandos:

Observação — Que o aluno seja exercitado em distinguir os objetos a diferentes distancias e a assinalar nas coisas todos os detalhes. Observar especialmente a natureza e transferir ao papel tudo que vê.

Orientação — O educando aprenderá a conhecer os pontos cardinais, a orientar-se pelo sol e ao uso da bussola. Pequenos problemas de orientação serão propostos com frequencia. O jovem será treinado em vencer obstaculos sem perder a direção previamente estabelecida.

Conhecimento da natureza. Que o joven identifique os diversos tipos de arvores, animais, aves e insetos e conheça os acidentes naturais do terreno.

Sinais — Ha necessidade de ensinar a sinalização por bandeirolas, utilizando o alfabeto Morse. Pode-se ampliar essa instrução até os sinais óticos.

Campanha — Essa instrução será ministrada através de excursões e acampamentos. A vida do acampamento pode ser rude, mas será sã. O educando aprenderá a vencer obstaculos em provas de "cross-country". Será a oportunidade de acostumar-lo a bastar-se a si mesmo. Assim, os proprios alunos prepararão seu acampamento e sua alimentação.

Socorros urgentes — E' necessário ensinar ao jovem a prática dos primeiros socorros; cuidados em casos de fraturas, hemorragias, syncope, contusões, insolação.

Desportos e atletismo — Há que inculcar no jovem o espirito desportivo, através de jogos adequados à idade. Não se descuidará a pratica de certas provas atleticas como corrida de velocidade, saltos, box, luta livre, natação, lançamentos, trepar em arvores.

Pratica do tiro — O jovem será esclarecido sobre o efeito das armas de fogo, aprenderá a fazer a pontaria e atirar.

Cantos — Em todas as oportunidades praticar-se-á o canto, sobretudo o canto patriótico.

Eis ai. Nessas sugestões do Cap. Alfredo Ponce temos, por certo, um excelente roteiro para o encaminhamento prático da instrução pré-militar entre nós.

A CASA DOS "3 B"

á rua do Catete, 212,

prestando homenagens aos bravos da F.E.B. oferece aos seus componentes o desconto de 10 % sobre o valor das compras que efetuarem em seu estabelecimento, que constarem dos seguintes artigos: roupas em geral, fazendas e armarinho.

ALFREDO FIANI

BOLETIM

Consoante um geólogo norte-americano, o mundo consumiu mais metais nos 40 anos últimos do que nos 6.000 anteriores.

Partindo desses dados a revista "Mineração e Metalurgia" (maio) admite que dentro de 28 anos deverão esgotar-se as reservas de ferro dos Estados Unidos, cujo ritmo actual de produção anda em perto de 100 milhões de toneladas, quando era de 65 antes da guerra.

Devemos esperar que, normalizados os transportes, os E.E.U.U. importem ferro em larga escala, e os nossos depósitos serão certamente os seus principais fornecedores.

* * *

Conta William Frye, correspondente de guerra norte-americano, sobre os campos de concentração da Alemanha:

"Vi também os mortos-vivos. Vivos porque andavam, e olhavam para tudo, mas sem reacção. Apanhavam pontas de cigarros atiradas no chão, iam à cozinha preparar alimentos, e ajoelhavam diante do fogo. Havia uns 20.000 desses "vivos" quando os ingleses chegaram. Não eram mais homens ou mulheres. Seu espírito estava de tal forma degradado, que o horror indizível que os cercava não tinha significação. Não havia sexo, nem vergonha, nem amor próprio. Tinham-nos feito recuar milhões de anos na escala da civilização. Alguns hábitos perduravam. Mulheres nuas procuravam se limpar com latas d'agua, alheias à sua completa nudez. Homens igualmente despidos se recordavam do hábito de banho. Roupas para esses desgraçados, apenas calor."

* * *

O Cel. Renato B. Nunes traduziu a "Arte da Guerra" de Nicolau Maquiavel, com grande mestria e pureza de linguagem.

* * *

Palavras do Gen. Mascarenhas de Moraes, no seu discurso à apresentação dos oficiais da FEB:

"O soldado americano e o soldado inglês foram para a guerra revestidos de uma superioridade moral esmagadora sobre o soldado alemão. Longe de serem automatizados, aqueles dois tipos de guerreiro, disciplinados irrepreensivelmente, bem representaram a vontade de cada uma de suas nações."

* * *

Alguns dados sobre Zhukov, o conquistador de Berlim:
Filho de um campones, foi operário de fábrica, até ser convocado para o exército do Tzar Nicolau II, no qual serviu como soldado durante 3 anos, na guerra passada. Nos quatro anos de guerra civil que se

seguiram foi oficial subalterno do Exército Vermelho. Depois cursou a Academia de Oficiais e por escolha de Voroshiloff entrou para o Estado Maior. Em 1938-9 comandou forças blindadas contra os japoneses, na Mandchuria.

Mas seu primeiro grande feito foi em outubro de 1941, quando salvou Moscou, parализando os nazistas. Daí por diante multiplicaram-se as suas façanhas: partilhou da defesa de Stalingrado, do avanço sobre o Don, da libertação de Leningrado, e foi a Berlim...

* * *

Vão ser reunidos em volumes os notáveis artigos do Cel. Lima Figueiredo, publicados no "Estado de S. Paulo" sobre a atuação militar da FEB nos campos de batalha da Itália.

* * *

Ha uma vaga na "Comissão Diretora" da Biblioteca Militar, com o falecimento do Gen. Souza Doca.

Nomes em cogitação: Ten. Cel. Jonatas Correia — membro do Instituto de Geografia e Historia Militar do Brasil, autor de vários estudos históricos insertos nas nossas revistas de cultura. Maj. Salm de Miranda — frequentador assíduo das nossas revistas militares e autor dos seguintes volumes: "Um periodo de recrutas", "Ensaio sobre a instrução militar" (tradução) "Ensaio sobre a tática alemã" (tradução). Cap. Umberto Peregrino — redator na "A Defesa Nacional" da seção "Livros Novos" e autor dos seguintes volumes: "A moto-mecanização e a Cavalaria", "Euclides da Cunha, historiador militar", "Desencontros" (contos), "Imagens do Tocantins e da Amazonia"; é membro do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil. Major De Paranhos Antunes — também faz parte do Instituto de Geografia e Historia Militar do Brasil e é ainda do Instituto Histórico do Rio Grande do Sul e da Academia Rio Grandense de Letras; é autor do volume "História do Grande Chanceler" crônica biográfica do Barão de Rio Branco.

Homenagem á F.E.B.

DA CASA

Ferragens
e Cufelarias

A Confiança
MARCA REGISTRAÇÃO

RUA URUGUAIANA, 79

NOTICIÁRIO & LEGISLAÇÃO

ATOS OFICIAIS DO MINISTRO DA GUERRA, PUBLICADOS NO
"DIÁRIO OFICIAL" NO PERÍODO DE 20 DE MAIO A
20 DE JUNHO DE 1945

ALISTAMENTO — (Exclusão).

— O art. 233 do Decreto-Lei número 1.187, de 4 de abril de 1939 (Lei do Serviço Militar), estabeleceu que os brasileiros ainda não alistados, que a 1 de janeiro de 1940 tivessem idade maior de 19 anos e 8 meses e menor de 45 se alistassem na primeira época de alistamento sob pena de incorrerem no disposto no art. 34 da referida lei.

Indiscutivelmente ficou claro que naquela data foram excluídos da obrigação de alistar-se todos quantos já tivessem 45 ou mais anos de idade.

Nessas condições, fica entendida, como medida interpretativa, que o disposto no art. 12 do Decreto-lei n.º 7.343, de 26 de fevereiro de 1945, não é aplicável a brasileiro que a 1 de janeiro de 1940 já tivesse completado 45 anos de idade.

(Aviso n.º 1.421 de 26. — D.O. de 29-5-945).

AUTONOMIA ADMINISTRATIVA — (Passa a ter).

— O 2.º e 3.º Batalhões de Carros de Combate da Divisão Motomecanizada, passam a ter autonomia administrativa, de acordo com o disposto no art. 25, do Regulamento de Administração do Exército, aprovado por Decreto n.º 3.251, de 9 de novembro de 1938.

(Aviso n.º 1.487 de 6. — D.O. de 8-6-945).

— O Polígono de Tiro de Marambaia passa ter autonomia administrativa, de conformidade com o disposto no art. 25 do Regulamento para Administração do Exército, aprovado por Decreto n.º 3.251, de 9 de novembro de 1938.

(Aviso n.º 1.549 de 14. — D.O. de 16-6-945).

— I — O 3.º Corpo de Trem Misto, com sede em Campo Grande Estado de Mato Grosso, passa a ter autonomia administrativa, de acordo com o disposto no art. 25 do Regulamento de Administração do Exército, aprovado por Decreto n.º 3.251, de 9 de novembro de 1938.

(Aviso n.º 1.146 de 30-5-945. — D.O. de 1-6-945.)

CONTINGENTE — (Constituição).

— I — O Contingente da Comissão de Recebimento de Material dos Estados Unidos passa a ter, a partir desta data, a seguinte constituição :

- 3 — (três) 2.ºs ou 3.ºs sargentos
- 2 — (dois) cabos
- 8 — (oito) soldados dactilógrafos
- 2 — (dois) soldados estafetas
- 2 — (dois) soldados motoristas.

2 — Ficam sem efeito os Avisos ns. 1.968, de 6 de Agosto de 1943 e 2.498, de 12 de outubro do mesmo ano.
(Aviso n.º 1.630 de 13. — D.O. de 15-6-945.)

CORPO DE TROPA — (Ordem).

I. — O 2.º B.C.C./D.M. criado pelo Decreto-lei n.º 7.594, de 31 de maio findo absorverá todos os elementos (oficiais e praças) dos antigos Núcleos de Formação de Novas Unidades e do 2.º B.C.C./D.M. que, em face dos Avisos anteriores, permaneceram adidos à Escola de Motomecanização.

II. — O 3.º B.C.C./D.M. criado pelo mesmo Decreto-lei absorverá os oficiais e praças do Núcleo do 3.º B.C.C./D.M. que se achava adido ao 1.º B.C.C./D.M.

III. — Os materiais dos Núcleos do 2.º e do 3.º B.C.C./D.M. que ora são extintos passarão a fazer parte das cargas das novas unidades criadas pelo Decreto-lei supra citado.
(Aviso n.º 1.476 de 6. — D.O. de 7-6-945).

CORPO DE TROPA — (Criação).

Ficam criados, para instalação imediata, o 2.º e o 3.º Batalhão de Carros de Combate do Grupo de Carros de Combate da Divisão Motomecanizada (2.º B.C.C./D.M. e 3.º B.C.C./D.M.), com sedes provisórias na Capital Federal e definitivas na cidade de Campinas (Estado de São Paulo).
(Decreto-Lei n.º 7.594 de 31-5-945. — D.O. de 2-6-945).

CURSO PARA OFICIAIS DA ESCOLA MOTO-MECANIZAÇÃO — (Início).

— O curso para oficiais da Escola de Moto-Mecanização deverá ser iniciado a 1 de julho próximo, com a duração de seis meses, e não como foi fixado no Aviso n.º 1.210, de 27 de abril último.
(Aviso n.º 1.504 de 8. — D.O. de 11-6-945).

DESERTOR OU INSUBMISSO — (Capturados).

O desertor ou insubmisso que se apresentar ou for capturado deve ser submetido a inspeção de saúde e, se julgado incapaz definitivamente, fica isento do processo e da reinclusão ou incorporação.

A ata de inspeção de saúde e os papéis relativos à deserção ou insubmissão são remetidos ao Conselho de Justiça, da unidade, com urgência, para que seja determinado o arquivamento do processo e feitas as comunicações, para os fins de direito, à Auditoria competente e ao Serviço de Recrutamento
(Decreto-Lei n.º 7.611 de 5 — D.O. de 7-6-945).

JUNTA MEDICA — (Instituição).

Fica instituída, no Ministério da Guerra, uma Junta Médica de três membros, destinada à inspeção de servidores civis, para efeitos de posse e de licenças previstas no Estatuto dos Funcionários Públicos Civis da União e demais legislação em vigor e de todos os civis, candidatos a emprego neste Ministério.

Do parecer dessa Junta poderá a autoridade deliberante, ou a parte, apelar para nova inspeção, em grau de recurso, para a Junta Militar de Saúde da Diretoria de Saúde do Exército.

A Junta Militar será constituída por médicos em serviço no Hospital Central do Exército, onde funcionará. Seus membros, designados, pelo Diretor do Estabelecimento, serão substituídos mensalmente.

Os exames complementares indispensáveis à elucidação de diagnósticos serão realizados no Hospital Central do Exército e no Instituto de Biologia do Exército, a requisição da Junta Médica de Inspeção de Servidores Civis.

O Presidente da Junta Médica tem autorização para dirigir-se diretamente a qualquer autoridade militar, tratando de assunto que se relacionar com o serviço.

Quando não for possível à Junta deliberar no mesmo dia, por falta de exames complementares, seu Presidente fará a comunicação ao Chefe da Repartição em que servir o interessado, marcando dia, hora e local para o novo comparecimento.

O serventuário civil deverá aguardar, em exercício de sua função, a decisão final da Junta Militar, sendo abonados apenas os dias em que, a pedido da Junta, comparecer à inspeção ou a exames complementares. Quando, desde o primeiro exame, for verificado que o funcionário não pode continuar em exercício, a Junta arbitrar imediatamente, um prazo para licenciamento provisório e, durante a vigência desse prazo, procederá, se necessário, a exames complementares.

Sempre que for possível, o funcionário apresentando à inspeção, será acompanhado de uma observação médica, ou de uma resenha clínica dos antecedentes, do tratamento já feito, da produtividade do serventuário afetada, ou não pela doença.

No caso de encontrar-se enfermo o servidor e impossibilitado de comparecer à inspeção, esta será realizada na própria residência. Tratando-se de candidato à admissão em emprego civil, será notada pela Junta Médica a respectiva residência, a fim de ser chamado, caso a sua presença se torne necessária.

Os exames médicos para admissão de pessoal extranumerário poderão ser feitos pelos clínicos do estabelecimento.

Os servidores civis poderão obter licença para tratamento de saúde, até 30 dias, mediante atestado médico, nos termos do § 2.º do art. 162 do Estatuto dos Funcionários Civis.

Os laudos de inspeção de saúde poderão ser entregues aos próprios interessados, em envelope fechado, mediante recibo, ou remetidos, com simples encaminhamento à autoridade que houver requisitado a inspeção.

(Aviso n.º 1.447 de 31-5-945. — D.O. de 5-6-945).

MONTEPIO MILITAR — (Contribuição).

A partir da data da publicação do presente Decreto-lei, os músicos militares, que foram equiparados, unicamente em vencimentos, aos Sargentos pelo Decreto n.º 5.073, de 11 de novembro de 1926, passarão a contribuir para o montepio militar na forma das disposições em vigor para os sargentos.

Os herdeiros dos músicos militares beneficiados pelo Decreto n.º 5.073, de 11 de novembro de 1926 e falecidos depois da vigência da Lei n.º 5.167-A, de 12 de janeiro de 1927 poderão, desde que descontem as treze cotas de contribuição de acordo com o n.º 2 do artigo 91 do Decreto n.º 18.712, de 25 de abril de 1929, gozar do montepio militar, que será calculado segundo a tabela de vencimentos pela qual percebiam os referidos músicos na data do óbito.

O montepio a que se refere o artigo 2.º é devido a partir da data da publicação do presente Decreto-lei e sem direito à percepção de atrasados.

(Decreto-Lei n.º 7.565 de 21. — D.O. de 23-5-945).

As contribuições para o montepio militar dos aspirantes a oficial, guardas-marinha, sub-tenentes, sub-oficiais e sargentos do Exército, da Armada e da Aeronáutica, em serviço ativo, são iguais a um dia de soldo da Tabela de Vencimentos anexa ao Decreto-lei n.º 5.976, de 10 de novembro de 1943, sendo o cálculo da pensão feito de acordo com o § 2.º do artigo 75 do Decreto-lei n.º 3.864, de 24 de novembro de 1941.

Essas contribuições são devidas a partir da vigência do Decreto-lei n.º 6.280, de 17 de fevereiro de 1944.

Respeitada a legislação vigente, os herdeiros de militar da ativa, falecido a partir de 1 de dezembro de 1943, se não fizerem jus à pensão especial, gozarão, a partir da data do falecimento do contribuinte, do montepio militar que resulta da aplicação do artigo 1.º deste Decreto-lei ou do artigo 2.º do citado Decreto-lei n.º 6.280.

(Decreto-Lei n.º 7.610 de 5. — D.O. de 7-6-945).

PROMOÇÕES NO EXÉRCITO — (Interstício).

Para as promoções no Exército durante o corrente ano fica o interstício dos 1.ªs Tenentes das Armas e Serviços constantes do art. 13 do Decreto-lei n.º 5.625, de 28 de junho de 1943, reduzido para 30 meses.

O presente Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

(Decreto-Lei n.º 18.737 de 22-5-945. — D.O. de 31-5-945).

PROFESSORES VITALÍCIOS DOS ESTABELECIMENTOS DE ENSINO. — (Gratificação).

Os atuais professores vitalícios dos estabelecimentos de ensino do Exército, oficiais da reserva ou reformados, nomeados em virtude da Lei 3.565, de 13 de novembro de 1918, e que percebiam até a vigência do Decreto-lei n.º 103, de 23 de dezem-

bro de 1937, o soldo da patente e vantagens civis correspondentes ao cargo de professor, perceberão, além do vencimento que lhes couber por seus postos na reserva ou como reformados, de acordo com o artigo 14 do referido Decreto-lei n.º 193, a gratificação de magistério de que trata o Decreto-lei n.º 3.840, de 19 de novembro de 1941, a partir da entrada em vigor do presente Decreto-lei e respeitado, no total, o limite de 5.000 cruzeiros mensais.

Na concessão e processamento da gratificação, a que se refere o presente artigo, observar-se-á o disposto no referido Decreto-lei n.º 3.840.

(Decreto-Lei n.º 7.60 de 2. — D.O. de 5-6-945).

QUADRO E EFETIVOS DO EXÉRCITO — (Organização).

O artigo 42 do Decreto-lei n.º 5.388, de 12 de abril de 1943 (Lei de Organização dos Quadros e Efetivos do Exército) passa a ter a seguinte redação:

Sua organização compreende:

1 — Órgão de direção geral

Diretoria de Recrutamento:

— Diretor, Coronel de Qualquer das Armas, do Quadro Suplementar Geral, apto para o Serviço de Estado Maior.

— Gabinete

— Seções

— Órgãos especiais

2 — Órgãos de direção e execução regionais:

Serviços de Recrutamento Regionais

3 — Órgãos de execução local:

Delegacias do Serviço de Recrutamento.

O presente Decreto-lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

(Decreto-Lei n.º 7.592 de 31-5-945. — D.O. de 2-6-945).

REFORMA DOS MILITARES — (Determinação).

O "Diário Oficial" n.º 136 de 16-6-945, (página n.º 10.713) publica o aviso n.º 1.548, do Ministro da Guerra, que determina o estudo dos processos de reforma por incapacidade física dos militares e facilitar o cumprimento das disposições contidas no Decreto-lei n.º 7.270 de 25-1-1945.

RELAÇÃO PARA QUALIFICAÇÃO — (Remessa).

Aviso n.º 1.565, de 18 de junho de 1945 — Declaro, em aditamento o Aviso n.º 1.558, de 18 d'êste mês, que os diretores, comandos, estabelecimentos e demais repartições d'êste Ministério devem remeter, em duas vias, as relações, para qualificação ex-officio de que trata o artigo 23 do Decreto-lei n.º 7.586, de 28 de maio do corrente ano, providenciando, os que já o fizeram em uma só via sobre a remessa de uma outra, com a possível urgência.

(Aviso n.º 1.565 de 19. — D.O. de 20-6-945).

RESERVISTAS CONVOCADOS — (Licenciamento).

— Tendo em vista a cessação da guerra na Europa e o próximo regresso da Fôrça Expedicionária Brasileira ao Brasil, é tornado insubsistente o Aviso n.º 1.410, de 29 de maio de 1944. Em consequência, deverá a 4.ª Região Militar licenciar, imediatamente, todos os reservistas convocados por fôrça do citado Aviso.

(Aviso n.º 1.505 de 8. — D.O. de 11-6-945).

SERVIÇO DE INTENDENCIA REGIONAIS — (Resolução).

O Diário Oficial n.º 113 de 21-5-945, (página n. 9.023) publica a portaria n.º 8.206 do Ministro da Guerra, que resolve aprovar as Instruções para fornecimento dos Serviços de Intendencia Regionais, com as modificações apresentadas pelo Estado Maior do Exército.

SELO NOS REQUERIMENTOS QUE INTERESSAM AS PRAÇAS DE PRÉ. — (Isenção).

— Em solução à dúvida surgida com o parecer da Recebedoria do Distrito Federal, sem estar estampilhado, em que João Cunha pede retificação de seu nome constante da caderneta militar, o Exmo. Sr. Ministro da Fazenda, em Aviso n.º 2.523, de 23 de dezembro de 1944, declarou estar de acôrdo com o parecer da República do Distrito Federal que opina gozar de ampla isenção do imposto do selo qualquer papel atinente ao serviço militar, no interesse de praças de pré, reservistas e sorteados (art. 52 n.º 20 do Regulamento aprovado por Decreto-lei número 4.655, de 3 de setembro de 1942).

Isto pôsto, não se deve exigir selo nos requerimentos em que, no seu interesse, praças de pré, sorteadas ou convocadas e reservistas, façam qualquer pedido relativo ao serviço militar.

(Aviso n.º 1.440 de 29. — D.O. de 31-5-945).

SUB-TENENTES E SARGENTOS — (Transferencia).

Fica revogado o Decreto-lei n.º 5.165, de 31 de dezembro de 1942, que dispõe sobre a transferência de Sub-Tenentes e Sargentos para a Reserva e convocação para o serviço ativo no pôsto de 2.ª Tenente.

Compete ao Ministro da Guerra regular os licenciamentos e retorno à inatividade de que tratam os artigos 6.º, 7.º e 8.º do Decreto-lei n.º 5.165, de 31 de dezembro de 1942, de forma que fiquem terminados até noventa dias após a chegada da Fôrça Expedicionária Brasileira ao Brasil.

(Decreto-Lei n.º 7.606 de 2. — D.O. de 5-6-945).

TENENTES DA RESERVA CONVOCADOS — (Vantagens).

— São extensivos aos segundos Tenentes da Reserva convocados e licenciados nos termos do disposto no art. 7.º do Decreto-lei

n.º 5.165, de 31 de dezembro de 1942, as vantagens constantes do art. 231, alínea c, do Decreto-lei n.º 2.186, de 13 de maio de 1940.

(Aviso n.º 1.473 de 6. — D.O. de 7-6-945).

UNIFORMES E DISTINTIVOS — (Permissões).

— É permitido aos alunos da Escola Agrícola de Barbacena e dos Aprendizes Agrícolas, subordinados à Superintendência do Ensino Agrícola e Veterinário do Ministério da Agricultura, o uso nos exercícios militares das Escolas de Instrução Militar e nos uniformes e distintivos adotados naquêles educandários.

(Aviso n.º 1.543 de 13. — D.O. de 15-6-945).

UNIFORME — (Permissão).

— Permito o uso do Jaquetão, de lã, tipo oficial e da Bota Natal pelas oficiais das 3.ª e 5.ª Regiões Militares.

(Aviso n.º 1.444 de 30-5-945). — D.O. de 1-6-945).

Art. 1.º Ficam revogados os Decretos-leis números 4.874, de 23 de outubro de 1942, que suspende a concessão de licença para tratamento de pessoa de família, durante o estado de guerra; 5.208, de 20 de janeiro de 1943, que regula a contagem do tempo de efetivo serviço, para efeito de convocação e licenciamento durante o estado de guerra; 5.274, de 23 de fevereiro de 1943, que dispõe sobre a permanência de militar em hospital, durante 2/3 da licença arbitrada, e 5.430, de 28 de abril de 1943, que dispõe sobre o comissionamento de oficiais em posto superior, durante o estado de guerra.

Art. 2.º O presente Decreto-lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Decreto-Lei n. 7.593 de 31-5-945. — D.O. de 2-6-945).

A' FEB às homenagens

de A. Mendes & Morais

Filial: RUA DA ALFANDEGA, 192

TELEFONE 43-4190

RIO DE JANEIRO

Profilaxia da Lepra
no Estado de São
Paulo — Organisa-
ção de Leprosarios
— Declarações do
Dr. Sales Gomes Ju-
nior, Diretor do
Departamento de
de Profilaxia da
Lepra.



Intervenotr Fernando Costa

Dentre os multiplos problemas que merecem a acurada atenção e a assistência permanente da fecunda administração do Sr. Fernando Costa na interventoria de São Paulo, avulta o da profilaxia da lépra.

Problema delicado, de natureza complexa, onde o sentimentalismo intervem em alta dóse, exige dos que têm a obrigação de enfrenta-lo, muito trabalho, muita tenacidade e muita independência. O Estado de São Paulo, aliás, sempre o encarou de frente e a sua ação benemerita se vem fazendo sentir, cada vez mais acentuada, atravez da sua organização hópitalar da especialidade, devéras modelar, e dos eus abnegados cien-

tistas que não medem esforços para levar a bom termos sua alta missão.

Estas notas vêm focalisar o que se está fazendo atualmente no Estado bandeirante, em benefício da profilaxia da lepra, e ao mesmo tempo pôr em relevo um dos seus aspectos delicados, que muitos tropeços crea ao administrador e ao ciêntista — a revolta do doente, a sua insubmissão e as consequências desse gesto.

Levantou-se, há poucos dias, em S. Paulo uma forte celeuma em torno do problema hospitalar e administrativo dos hanseanos, celeuma que conseguiu alarmar boa parte da população paulista, em virtude da fuga de alguns leprosos dos respectivos sanatórios a que estavam recolhidos.

A reportagem, com o intuito de apurar a verdade e de tranquilisar o público, procurou ouvir o Dr. Sales Gomes Junior, Diretor do Departamento de Profilaxia da Lepra, sanitarista de projeção universal, leprologo eminente, acatado em todos os círculos científicos do mundo pela contribuição preciosa de seus trabalhos sobre a especialidade. S. S. a princípio evitou fazer declarações, mas à vista da insistência do jornalista, explicou que o caso teve origem no fato de certo doente, fichado pelo Departamento de Profilaxia da Lepra, em Dezembro de 1938 e possuidor de fortuna, não ter querido sujeitar-se ao tratamento em igualdade de condições dos demais companheiros de desdita. Desaparecera, certa vez, fôra localizado e tivera sua situação regularisada com o isolamento domiciliar. Mesmo assim, infringiu as determinações do D.P.L. e, com tamanha reincidência que, a bem da coletividade teve de ser internado, pois que a forma de sua doença era grave. Na sua família houve sete casos de lépra dentro dos últimos vinte anos.

As providências do Diretor do D.P.L. revoltaram esse doente que, dispondo de amizades, conseguiu aliciar alguns internados do Sanatório Padre Bento e provocar o caso que, felizmente, não passou de uma tentativa frustrada de comprometer a boa marcha dos trabalhos do Departamento sob sua direção. A maioria dos fugitivos já voltou ao sanatório.



Nos leprosanários do Estado, as divisas são de "cerca viva"

Esclarece o Dr. Sales Gomes Junior que nos sanatórios se encontram doentes cuja índole, educação e princípios são os mais diversos. Há-os de todos os matizes sociais e de antecedentes os mais dissemelhantes, donde a diversidade de tratamento a lhes ser aplicado. Todos, porém, se irmanam no mesmo infortúnio. Daí o recalque do isolamento, do odio social. Há também a diversidade de aspecto da molestia que impõe a de convívio.

Os que lidam com os leprosos e têm o encargo de minorar-lhes os sofrimentos, não se deixam abater pelos comentários leigos de irresponsáveis e apaixonados portadores do terrível mal ou de advogados suspeitos de suas causas. O que tem valor é o depoimento dos visitantes sadios, nacionais e estrangeiros, idoneos e inumeros, que têm atestado a eficiência do serviço realizado naquele Departamento.

O Departamento de Profilaxia da Lepra desenvolve o programa que a lei lhe traça e o executa com amais estrita justiça, tanto assim que até hoje nenhuma de suas medidas foi invalidada pelo Poder Judiciário. Os doentes não são interditos e os que recorreram à Justiça tiveram de reconhecer que o Departamento cumpria, apenas, a lei em benefício da coletividade sã.

No que diz respeito à pretença falta de medicamentos, o Diretor do D.P.L. informou que, em absoluto, tal falta não existe e que mesmo no período agudo da guerra o Departamento cumpria, apenas, a lei em benefício da coletividade sã.

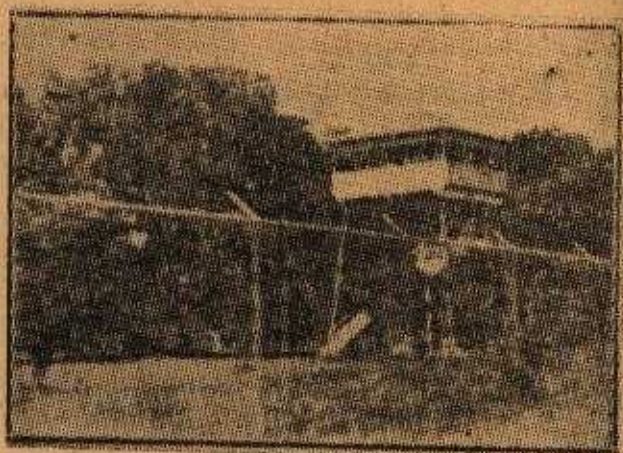
No que diz respeito à pretensa falta de medicamentos, o Diretor do D.P.L. informou que, em absoluto, tal falta não existe e que mesmo no período agudo da guerra o Departamento, sempre solícito, não permitiu que faltasse o tratamento básico — a chaulmoogra — importado diretamente das Índias. Está claro — acrescentou — que não vamos ficar à mercê da fantasia dos doentes e só os remédios legalmente registrados no Departamento Nacional de Saúde Pública, são adquiridos e aplicados pelo D.P.L.

O Diretor do Departamento de Profilaxia da Lepra res-

todas as acusações levianas surgidas nestes últimos dias e provocadas pelo caso acima explicado.

A certa altura da palestra s. s. diz :

— Trabalhamos no momento com 9.600 doentes internados, compulsoriamente, sempre dentro da lei. A internação compulsoria, como medida de isolamento, sobre ser um dos meios essenciais e o mais importante no conjunto de medidas



A fotografia mostra os meios de isolamento e um dos postos de fiscalização do Leprosário Nacional de Carville, no sul dos Estados Unidos

que devem regular a profilaxia da lepra, é feito no Estado de São Paulo para todos os doentes tidos como infecciosos. Esse isolamento, às vezes domiciliário, fica sob assidua e eficaz vigilância. E quando os doentes possuem recursos para a efetividade da medida, redundando em instauração nosocomial por qualquer infração desse isolamento domiciliário. O doente verifi-

cado pelo serviço oficial pode contestar o diagnostico da repartição pública, que é o D. P. L., sendo permitido um novo exame, ao qual comparece um médico da confiança do enfermo, um especialista de escola médica oficial ou reconhecida pelo Governo e um representante técnico do Departamento. A lei é bastante liberal e muitos enfermos já têm recorrido a essas comissões para elucidação de seus casos, quando contestam ou suspeitam do diagnostico do Serviço Estadual.

Meditando sobre as declarações do sábio patricio, vemos o quanto São Paulo tem avançado nesse terreno, agigantando-se na campanha e se constituindo hoje, com os seus próprios esforços, unidade de primeira plana na batalha cruel que se processa em todo o universo. O amparo decidido do seu Govêrno, o patriotismo e o devotamento de seus cientistas, expressos na organização modelar que hoje possui o grande Estado no combate ao mal de Hansen, nos dão a convicção plena de que dentro de muito pouco tempo o nosso país estará livre de tão horrorosa molestia. — S. P.

Colaboram neste número:

Col. J. B. Magalhães.

Col. R. B. Nunes.

Col. Paulo Mac Cord

Maj. J. F. Moreira Couto.

Cap. Rui Alencar Nogueira.

1.º Ten. J. F. L. Serpa.

2.º Ten. Wilson Vendo.



Cr\$ 5,00

EDITORA HENRIQUE VELHO

(Empresa "A Noite")

Mai. Floriano, 15 — Rio de Janeiro, D. F.